

M. E. C.

SECRETARIA GERAL

SEMINÁRIO MEC / BIRD

- RELATÓRIO -

- DEZEMBRO - 1968

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA -  
- SECRETARIA GERAL -

SEMINÁRIO: MEC/BIRD

RELATÓRIO :

- I - Programação
- II - Relação de Participantes
- III - Resumo dos Temas desenvolvidos
- IV - Documentos de Trabalho / BIRD
- V - Documentos Complementares
- VI - Equipe Técnica e Administrativa

I - PROGRAMAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA GERAL

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E  
BANCO MUNDIAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

TEMA: Elaboração de Proposta de Financiamento de Projetos Educacionais

DIA e HORA	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
Segunda-feira - 16 9.30	Edson Franco	Abertura	
10.00-10.45	C.L. Germanacos	O Banco Mundial e projetos educacionais	(i) Critério do Banco Mundial (ii) Apresentação da proposta de financiamento. (iii) Funções dos Grupos de Trabalho (iv) Das relações entre a União e os Estados. (v) Roteiro para a coleta e elaboração de dados.
11.45-12.00	J. Torfs	Debates  Dados econômicos e financeiros	Aos níveis federais e Estaduais:  (i) Dados demográficos



DIA e HORA	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
12.00-12.30	-	Debates	(ii) Os planos e programas de desenvolvimento econômico e suas implicações no sistema educacional. (iii) Necessidade de mão de obra (iv) Estrutura de salários. (v) Financiamento da Educação. (vi) Orçamento e despesas com o ensino capital e custeio. (vii) Despesas dos demais Ministérios e recursos privados p/educação e treinamento.
15.00-16.00	C. L. Germanacos	A Educação e o Sistema de Treinamento.	Nos níveis Federal (a) e Estadual (b): Legislação (i) Legislação existente; proposta.

3.

DIA e HORA	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
			<p>(ii) <u>A</u>utoridades educacionais, suas <u>f</u>unções e <u>g</u>ruu de <u>r</u>esponsabilidade.</p> <p>(iii) <u>O</u>rganização dos <u>s</u>erviços <u>a</u>dminis<u>t</u>rativos fazendo referência espe<u>c</u>ial às <u>f</u>unções de <u>p</u>lanejamento e <u>s</u>upervisão.</p> <p>(iv) <u>E</u>strutura do sistema educacional existente, <u>m</u>atrículas, <u>c</u>urriculos, <u>p</u>rogramas de estudo e <u>c</u>arga <u>h</u>orária por dia, semana e ano;</p> <p>(v) <u>A</u>tividade de outros <u>M</u>inistério e <u>o</u>rganizações no setor da <u>e</u>ducação e <u>t</u>reinamento;</p> <p>(vi) <u>P</u>lanos e <u>p</u>rogramas no setor da <u>e</u>ducação.</p> <p>(vii) <u>F</u>ontes atuais e <u>f</u>uturas de <u>p</u>rodução de <u>p</u>roffesores.</p>



DIA e HORA	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
16.00-16.30		Debates	
16.30-17.15	J. Torfs	Construção e Aquisição	<p>Ao nível Federal (a) e Estadual (b):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Disponibilidades de serviços de arquitetura.</li> <li>(ii) Disponibilidade de firmas construtoras e operários do ramo.</li> <li>(iii) Despesas de construção nos últimos anos - em todas as categorias.</li> <li>(iv) Despesas com construções de escolas nos últimos anos.</li> <li>(v) Facilidades para organização e administração de plantas, construção e manutenção de escolas regulamentos e procedimentos.</li> <li>(vi) Normas e procedimentos para solicitar ofertas e concluir contratos;</li> </ul>



DIA e HORA	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
			(vii) Normas e padrões existentes relativos a prédios escolares, equipamento e mobiliário. (viii) Informações sobre os custos. (ix) Sistemas de compra. ( x ) Organização e composição dos departamentos de prédios escolares do Ministério da Educação e dos Estados.
17.15-17.45	-	Debates	
17.45-18.00	-	Debates	
Terça-feira, 17	C.L. Germanacos	Conteúdo dos projetos (ginásios)	(i) Definição de <u>finásio</u> (ii) Identificação das escolas incluídas. (iii) Critério e justificativa (incluindo <u>inputs</u> e <u>outputs</u> ) (iv) Currículos: programas de estudo. (v) Administração: admissão de estudantes. (vi) Dados necessários para cada nosa escola:

DIA e HOR.	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
			<p>(a) - Localização - atividades econômicas locais e distribuição da população.</p> <p>(b) - Plano local e posição em relação à comunidade; propriedade local.</p> <p>(c) - Matrícula atual e proposta; estrutura de matrículas.</p> <p>(d) - Necessidade e custos de prédios, equipamento e mobiliário.</p> <p>(e) - Despesas de custeio quando a escola estiver em funcionamento.</p> <p>(f) - Demais utilizações da escola.</p> <p>(vii) - Dados necessários para cada escola que deva ser expandida ou modernizada: como para o item acima, (vi), mas acrescentando planos e plantas dos prédios existentes mostrando a área total e indicando como é usado o atual espaço disponível.</p> <p>Acrescentar observações sobre a atual condição dos prédios, equipamento e mobiliário indicando o que deve ser substituído ou modificado.</p>



DIA e HORA	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
10.30-11.00	-	Debates	-
11.00-11.30	R. Telles Molina	Conteúdo do projeto (Escolas Agrícolas e Industriais) -	ATENÇÃO: o mesmo que foi pedido para os ginásios.
11.30-11.45	-	Debates	-
11.45-12.15	C.L. Germanacos	O Professor - Instituições de Treinamento.	ATENÇÃO: o mesmo que foi pedido para os ginásios.
12.15-12.30	-	Debates	
15.00-15.45	J. Torfs	Cálculos e custos do financiamento.	
15.45-16.15	-	Debates	
16.15-16.30	C.L. Germanacos	Execução	



6.

DIA e HORA	ORADORES	TEMA	PONTOS PRINCIPAIS
16.30-16.45	-	Debates	
16.45-18.00	-	Debates Encerramento	

II - RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA GERAL

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

SEMINÁRIO MEC / BIRD

II - RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

1. - Distrito Federal

- Eduardo Jobim - Secretaria de Educação e Cultura
- Eduardo Luiz Sáfê Carneiro - Secretaria de Educação e Cultura

2. - Estados

2.1 - Minas Gerais

- Eunice Silveira de Castilho - Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte

2.2 - Mato Grosso

- Wilson Rodrigues - Secretaria de Educação e Cultura

2.3 - Pará

- David Salomão Mufarrej - Conselho Estadual de Educação
- Francisco Antônio Bonifácio Guzzo - Fundação Educacional
- Hélio Antônio Mocarzel - Fundação Educacional Grupo Executivo Estadual - FIN/BIRD
- Raymundo Alberto Papaléo Paes - Secretaria Estadual de Educação
- Yolanda Ferreira Pinto - Escola Técnica Federal do Pará

2.4 - São Paulo

- Jair de Andrade - Chefe do Ensino Secundário e Normal/SEC



- 2 -

- Laerte Ramos de Carvalho - Conselho Estadual de Educação - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UF-SP
- José Washington Boarin - Fundo Estadual de Construções Escolares
- Carlindo Paroli - Escola Federal de Mococa
- José Lopes dos Santos Filho - G.E. Escola Técnica de Santos

2.5 - Sergipe

- Theotônio Narciso Cruz - Escola Técnica Federal
- Lêda Maria Cabral Aguiar - Secretaria de Educação e Cultura
- Maria Inês S. de Andrade Lima - Secretaria de Educação e Cultura

3. - Órgãos do MEC

3.1 - Gabinete do Ministro

José Teixeira Dias

3.2 - Secretaria Geral

- Prof. Édson Franco - Secretário Geral /MEC

a) - Gabinete:

- Marília Velloso /Gb

- Itana Maria Carneiro da Cunha Moraes / Bsb

b) - Divisão de Planejamento /Gb

- Maria Elisa Carrazzoni

- Zélia Nunes

- Vera Bandeira de Mello

- Ieda Aboumrad

- Fausto Machado Freire

- 3 -

c) - Divisão de Coordenação / Gb

- Maria Carlota Braga Santoro

- Herbert Alencar

- Sônia Botelho Junqueira

d) - Divisão de Orçamento / Gb

- Antônio da Silva Figueiredo Neto

- Antônio Damasceno Paixão

3.3 - Departamento Nacional de Educação / Gb- Marcílio Augusto Veloso - Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário - (PAMP)3.4 - Diretoria do Ensino Agrícola

- Wanderley Prado Barreto - / Bsb

- Hélio Lobato Valle - / Bsb

- Wolga Peçanha - / Bsb

3.5 - Diretoria do Ensino Comercial

- Waldir da Rocha

3.6 - Diretoria do Ensino Industrial

- Jeremias Pinheiro Filho

3.7 - Diretoria do Ensino Secundário

- Theodolindo Cerdeira / EPEN

3.8 - Divisão de Obras

- Alcyr de Souza Coelho

- Dircio Guilhen

4. - Ministério do Planejamento

IPEA :

- Carlos Henrique Coelho

5. - Organismos Regionais

4.1 - SUDAM

- Maria da Graça Gonçalves

4.2 - SUDENE

- Eurides Simões Duarte

6. - Organismos Internacionais

FAO : Ricardo Tellez Molina

UNESCO : Jacques Torfs

BIRD : C.L. Germanacos.



III - RESUMO DOS TEMAS DESENVOLVIDOS

III - RESUMO DOS TEMAS DESENVOLVIDOS

- 16/12/68 -

1. - Abertura: Prof. Édson Franco - Secretário Geral do MEC.

**"Histórico da Missão BIRD"**

- 1.1 - Vinda da Missão em junho/julho de 1968, composta pelos senhores: Christo Germanacos, Sylvain Loufier e Tellez Molina
- 1.2 - Carta do Banco Mundial ao Sr. Ministro da Educação, dando início oficial aos entendimentos em: 9/9/68
- 1.3 - Ida do Sr. Ministro a Washington para entendimentos com a Direção Central do Banco
- 1.4 - Formação de um Grupo de Trabalho Interministerial - /MEC - MINIPLAN (Portaria nº 805, de 5/11/68)
- 1.5 - Chegada da Missão/BIRD em dezembro de 1968, composta pelos senhores: Christo Germanacos, Tellez Molina, Jacques Torfs e ~~Alphonse~~ Shibusawa
- 1.6 - Tipos de Projetos a serem financiados:
  - A - Projetos Definidos:
    - a) - colégios agrícolas
    - b) - colégios industriais
  - B - Centros de Treinamento de Professores
    - a) - Centro Ensino Técnico de Brasília (CETEB)/DF
    - b) - Centro Ensino de Técnicas Agrícolas /DF
    - c) - Centro (a ser estudado)
  - C - Educação Secundária Geral -
    - Criação de Ginásios Polivalentes



2. - O Banco Mundial e os projetos educacionais

C. L. Germanacos

- A política adotada pelo BIRD em relação a projetos educacionais considera como financiáveis aqueles de alta prioridade, destinados ao treinamento de mão-de-obra necessária a promover o desenvolvimento dos países membros.

- A justificativa econômica de qualquer projeto deve estar intimamente ligada ao plano de desenvolvimento econômico do País que receberá o financiamento.

- A estrutura desse plano de desenvolvimento econômico deverá mostrar as futuras linhas de progresso previstas.

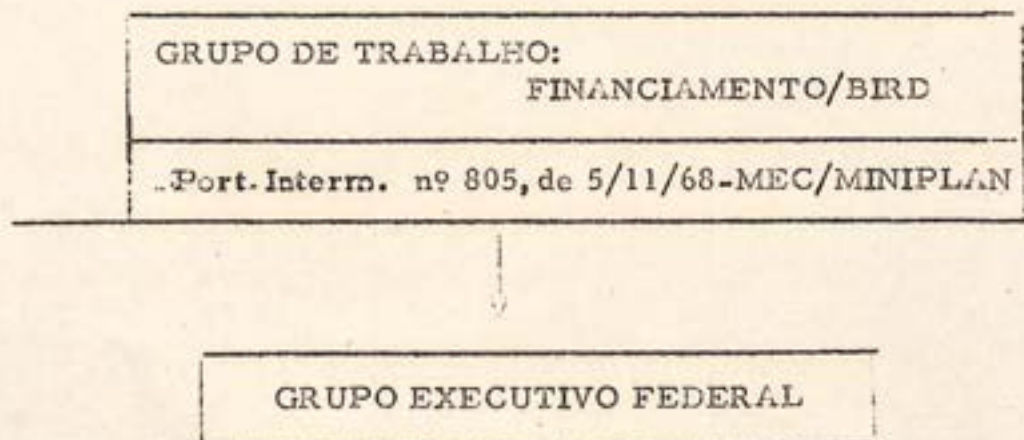
- O Banco exige um minucioso trabalho preparatório. Na fase final da elaboração costuma enviar uma missão para fazer avaliação dos projetos elaborados.

- Recomendação preliminar: Verificar se o País ou Estado pode fazer face às despesas com o projeto.

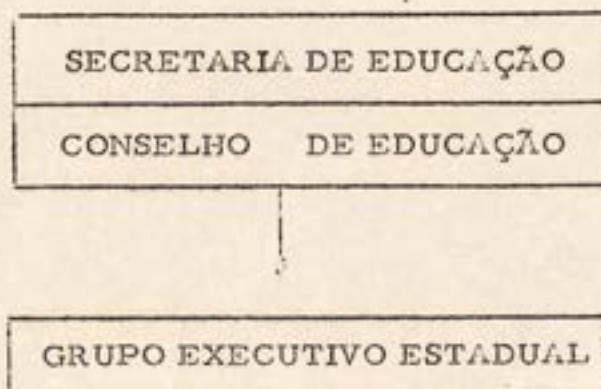


## 2.1 - Estrutura da elaboração do Projeto:

## a) - NÍVEL FEDERAL:



## b) - NÍVEL ESTADUAL



## c) - MONTAGEM DOS GRUPOS EXECUTIVOS:

- c.1 - Composição:      1 economista  
                                  1 educador  
                                  1 arquiteto  
                                  1 estatístico

- c.2 - Regime de Trabalho:    Tempo integral

2.2 - Tramitação do Projeto:a) ELABORAÇÃO:

- Grupo Executivo Estadual/SEC
- Assistência Técnica: Grupo Executivo Federal

b) AVALIAÇÃO E MONTAGEM:

- Grupo Executivo Federal

c) ELABORAÇÃO PROJETO GLOBAL:

- Grupo Executivo Federal
- Grupo de Trabalho/Financiamento/BIRD.

RECOMENDAÇÕES:

- i) - Iniciar o trabalho dentro do menor prazo possível;
- ii) - Selecionar os terrenos onde deverão ser construídos os centros ou escolas antes da chegada da missão do Banco que deverá avaliar os projetos elaborados;
- iii) - Os terrenos só deverão ser comprados depois de concedido o empréstimo

3 - "Dados Econômicos e Financeiros"

Jacques Torfs.

3.1 - Recomendação

- Cada projeto deve ser explicado ou justificado, de acordo com as metas e objetivos dos Planos Estaduais ou do Plano Nacional de Educação, e apresentar dados sobre:

- i - a mão-de-obra em geral com estimativas da demanda futura;
- ii - o salário do magistério em todos os níveis, relacionando tipo de treinamento e diploma;
- iii - o orçamento Estadual e a distribuição de recursos para os três níveis de ensino;
- iv - o salário de operários e outras categorias profissionais;
- v - estudo do Produto Bruto do Estado e Produto Nacional Bruto;
- vi - distribuição de responsabilidades nas áreas: /  
Federal/Estadual/Municipal e Particular.



#### 4. - A Educação e o Sistema de Treinamento

##### 4.1 - Educação e o Sistema de Treinamento:

Educação - qualquer tipo de instrução ou de ensino dado dentro do sistema formal e educacional do País ou do Estado, pelo Ministério da Educação e Cultura e pelas Secretarias de Educação.

Treinamento - são atividades de treinamento básico de pessoas, para funções específicas, fora do sistema formal escolar, executadas pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Educação, por outros Ministérios e empresas privadas.

##### 4.2 - Legislação Federal e Estadual

(i) - Resumo da legislação existente, da interpretação e comentários à Constituição, anexando cópia das leis. Anexar informe sobre novas leis ou decretos em estudo. Explicar a razão da elaboração dessas novas leis (modificações que venham trazer ao sistema existente).

##### (ii) - Definição de responsabilidades

- Fornecer idéia clara das funções e responsabilidades de Governo Federal e Estadual na área da educação. Definir o poder de controle exercido. Mostrar a relação entre as autoridades responsáveis/pela educação.

(iii) - Organização dos serviços administrativos com referência especial às funções de planejamento e supervisão. Juntar organograma da estrutura administrativa do MEC e das Secretarias de Educação, definindo funções e responsabilidades de cada Departamento e principais seções. Dados completos sobre a formação do pessoal que integra os departamentos / ou núcleos de planejamento existentes. Informe detalhado sobre os órgãos encarregados das construções: funções e responsabilidades, quadro do pes



soal e formação domesmo. Informe detalhado sôbre os órgãos encarregados da tarefa de supervisão.

- (iv) - Estrutura do sistema educacional existente, matrículas currículos, programas de estudo e carga horária por dia, semana e ano. Mostrar a diferença entre a estrutura do sistema federal e estadual, quando existir. (Por exemplo, S. Paulo - 6 anos de primário).

Quanto à matrículas, tomar como base para os cálculos os dados referentes ao ano de 1966. Apresentação de tabelas detalhadas sôbre matrículas, por série, sexo, idade, em cada Estado.

Currículo do curso primário, ginásial, colegial, agrícola, industrial, Programa de estudos de todos os níveis, acrescido de comentários, se fôr possível. A relação entre o programa de capacidade mental da criança. Permanência da criança na escola: quantos períodos por semana, por dia, por ano. (período - duração da aula).

- (v) - Atividades de outros Ministérios e organizações no setor da educação e treinamento. (Por exemplo, na área do Ministério da Guerra, os Colégios Militares). O SENAI - o SENAC - o SETAC, etc. Informar o nº de pessoas que freqüentam os cursos dessas instituições, nº de adolescentes e adultos, alfabetização de adultos.

- (vi) - Planos e Programas no setor da educação. Informar detalhadamente: a estratégia dêsses planos. Juntar interpretações e análises. No planejamento educacional o mais importante a ser feito pelo grupo de trabalho é a parte de planos e programas. Planos provisórios também serão considerados. Metas a serem atingidas em cada nível de ensino. Quantidade e qualidade. Diferença entre planos e programas.

- (vii) - Indicar fontes atuais e futuras de produção de professores. Necessidade de planejamento integrado no setor



de construção de escolas e treinamento de professores. O fenômeno da pequena percentagem de professores formados pelas Faculdades de Filosofia estarem lecionando no nível secundário. Necessidade de reforma ou modificação legislativa que permita atrair para as escolas o pessoal qualificado. Da real necessidade de assegurar o efetivo exercício do magistério aos professores qualificados.

5. - Construção e Aquisição (ao nível federal e estadual) Orador: Jacques Torf.

Informar quais os Estados onde a Secretaria de Educação está também encarregada da construção. Em caso contrário dizer a que órgão estadual ou federal estas se acham subordinadas, por exemplo, Divisão de Obras Estadual ou etc. A documentação deve ser preparada / sob a forma de tabelas, com o mínimo de comentários. Anexar legislação relativa.

Serviços técnicos profissionais. Enumerar quais os que se pode obter no setor oficial e quais as disponibilidades no setor da empresa privada.

Normas existentes para elaboração de plantas para construções escolares. Número de metros quadrados em construção por aluno e turno. Dimensão das janelas, / altura do teto, serviços de água etc.

Valor anual dos trabalhos de construção realizados pela indústria de construção durante os últimos cinco anos.

Indicar a capacidade local da indústria de construção.

Normas e procedimentos para solicitar ofertas e concluir contratos.

A utilização do trabalho de firmas empreiteiras.

Situação dessas firmas nos Estados. Fornecer lista de empreiteiros disponíveis e descrever qual o processo / usado na seleção.

Situação do país no que se refere à mão-de-obra especializada e não especializada. Cifras e estimativas.



Documentos e tipo de contratos. Forma de pagamento aos empreiteiros. Sistema de pagamento e controle. Responsabilidade do seguro das obras em construção. (Governo do Estado Federal).

Métodos locais de construção. Características da arquitetura escolar local. Materiais empregados. Materiais fabricados na região. Indicar quando houver a necessidade da compra de material de construção / em outros Estados.

Número de escolas construídas nos últimos cinco anos mencionando nº de matrículas, superfície total, custo, projeto realizado por órgão oficial ou firma / particular.

Estado geral dos prédios escolares. Escolas onde existem turnos de primário e ginásio.

Serviços: - água corrente, instalações sanitárias, conexão com o sistema de esgotos, gás e eletricidade.

Planos uniformes para construções escolares no País. Indicar em forma de tabela: tipos de construção, finalidade das salas de aula, dimensão, materiais utilizados, custo total por unidade de construção e por metro quadrado. Tipo de mobiliário utilizado. Indicar se é fabricado no País ou importado. Indicar quando é comprado em outro Estado da União. (Por exemplo: Sergipe compra carteiras de S. Paulo). Distinguir claramente o mobiliário do que é considerado / equipamento. Informar se existe um tipo padrão de mobiliário. Equipamento para laboratórios de química, de física, biologia, ciências naturais. Equipamento para bibliotecas, incluindo livros. Equipamento para classes de instrução musical. Equipamento para classes de ensino comercial (máquinas de escrever e calcular por exemplo). Equipamento para classes de desenho, artes e ofícios. Idem para artes industriais. Equipamento para cantinas, enfermarias, etc.





- d) Ginásios que vão ser utilizados para outros objetivos, diferentes dos ginasiais.

Justificativa: O Ginásio ao ser construído, é montado para atender à alunos de 11, 12, 13, 14 e 15 anos e não à alunos de nível colegial.

Esquema: Ginásio 
 / DIURNO - 2 Turnos/Ginásio  
 \ NOTURNO - Cursos Especiais

- 6.3 - **INFORMES:** . Cada escola a ser incluída no projeto, deve apresentar informações sobre:

- a - objetivos do ginásio
- b - currículos
- c - administração da escola
- d - programas de estudo
- e - matrícula e estrutura de matrículas

(MODELO DE TABELA)

M A T R Í C U L A				
CAPACIDADE DA MATRÍCULA	M A T R Í C U L A			
	1º Turno	2º Turno	3º Turno	TOTAL

- . capacidade da escola = capacidade física
- . matrícula = ns. reais por turmas.

- f) localização das escolas
- g) custo de prédios, equipamentos e mobiliário.

- 6.4 - **SUGESTÕES :**

- a) Critérios para escolha de terreno para construção de escolas, devem ser dados pelo Departamento de Construções.
- b) Levantamento do número de escolas e a localização das mesmas no mapa do Estado.

- 6.5 - **NOTA:** Verificar esquema apresentado pelo Sr. C.L. Germana - cos, na Programação e maiores detalhes nas notas taquigráficas no item VI, bem como nos Documentos de Estudo do BIRD, item



7. Conteúdo dos Projetos - Escolas Agrícolas e Industriais

- R. Telles Molina -

7.1 - O sistema indicativo apresentado pelo Sr. Germanacos, quanto à formulação do conteúdo do projeto, é o mesmo a ser adotado para o nível colegial (Escolas Agrícolas e Industriais)

a) - A fundamentação filosófica é a mesma:

O critério adotado pelo Banco, não permite apoiar a filosofia dos ginásios industriais, agrícolas ou comerciais.

b) - O currículo deve ser montado em função das necessidades de desenvolvimento econômico do país.

c) - Formação do tipo de professor adequado para desenvolver esse currículo, em centros de treinamento.

7.2 - Cálculo e produção de estoque de pessoal:

a) - levantamento do estoque de técnicos disponíveis;

b) - alistagem mais ou menos aproximada do estoque atual profissional;

c) - projeção estatística;

d) - projeção dos programas de desenvolvimento dos governos, federal e estadual. (federações, bancos agrícolas, ABCAR), como fonte de informação;

e) - cálculo das necessidades de estoque para anos futuros;

f) - adequação de currículos para se ter uma massa de pessoal técnico bem preparado.

i - análise detalhada dos currículos

ii - balanceamento no currículo de matérias de caráter técnico e geral bem como matérias comuns e brasileiras

iii - matérias de especialização devem estar no último estágio do currículo e não se constituírem em cursos específicos, como: técnicos florestais, agrícolas de pecuários.



iv - modificação do calendário escolar, de acordo com o número de dias utilizados para um de terminado tipo de trabalho.

### 7.3 - Professorado:

- a) - do currículo se deduz o número de professores igual ao de aulas;
- b) - cálculo do número de horas por matéria, ou grupo de matérias;
- c) - legalmente se estabelece para o professorado de 20 a 30 horas.

### 7.4 - Laboratórios:

- a) - Laboratório não especializado: desenho, biologia ou outros ramos agrícolas;
- b) - Laboratório de análise: química, física ou de maquinarias

### 7.5 - Currículo para um Colégio Agrícola

MATÉRIAS	1º	2º	3º
Mat. Gerais.....	17,5	17,5	17,5
Mat. Básicas.....	32,5	22,5	12,5
Mat. Agr. Básicas.....	50	40	30
Mat. Agr. Espec. ....		20	40

## 8. O Professor - Instituições de Treinamento

C. L. Germanacos -

O Banco Mundial está interessado em ajudar os países a desenvolver sua educação e suas capacidades de treinamento para professores para se obter melhor nível de vida e recursos econômicos do país.

8.1 - Elementos necessários para uma boa educação:

- a) - construir edifícios educativos, para melhor adequação da aprendizagem;
- b) - equipamento adequado;
- c) - professor:
  - . CHAVE E PARTE VITAL do processo educativo
    - i - que saiba ensinar
    - ii - que saiba o que ensinar

8.2 - Finalidades:

- produzir o tipo adequado do professor para o objetivo particular e específico da escola
- modificar a legislação estadual, naquilo que for necessário para assegurar o bom treinamento de professores e sua permanência nas escolas.

8.3 - Situação atual quanto à formação de professores

- a) - Universidades \_\_\_\_\_ professores de nível secundário: 1º e 2º ciclo
- b) - Escolas Normais \_\_\_\_\_ professores de nível primário ou elementar.

8.4 - Proposição:

- a) - desvinculação quanto à formação de professores, de 1º e 2º ciclo (nível secundário).

Justificativa:

x cada ciclo tem seus próprios objetivos.

8.5 - Cursos de Treinamento:

Instituições (3) a serem criadas no D.F., para treinamento de professores de:

- 1º) - matérias acadêmicas - (ser montado, no D.F.)
- 2º) - matérias específicas para o ensino industrial - CETEB/DI
- 3º) - matérias específicas para o ensino agrícola - CETEA/Planaltina/DI.



8.6 - Tipos de Treinamento:

- a) um ano: Alunos que terminaram o 2º Ciclo para lecionar no 1º e 2º Ciclo.
- b) dois anos: Alunos que terminaram o 1º Ciclo para lecionar no 1º Ciclo
- c) seis meses: Alunos que cursam o 1º e 2º ano de Universidade para lecionar no 2º Ciclo

8.7 - Currículo:

- i - ênfase no conteúdo específico
- ii - Percentagem:
- . matérias de conteúdo: 80%
  - . matérias pedagógica : 20%

8.8 - Observação:

Pedi o Sr. Germanacos, que o MEC desse prioridade, a elaboração do projeto dos Centros de Treinamento, pois é o que está menos adiantado, e isto poderá prejudicar o projeto total.

9. Execução:

- O Sr. Germanacos deu início às atividades programadas informando que a palestra do Sr. Jacques Torfs, foi suprimida em face de sua viagem de regresso.

9.1 - Código relativo à expansão das escolas existentes:

- N = nova  
E = expansão  
C = conversão  
R = renovação (substituição)

9.2 - Exemplo de uma Situação Problema: Expansão da matrícula.

Atualmente estão matriculados 400 alunos por turno. Quer-se expandir de modo a elevar a matrícula para 600 alunos por turno. Seria necessária a criação de 200 novos lugares.

Como Proceder?

- a) - Construir outro prédio?  
Seria a fórmula mais simples, mas não a mais econômica e mais educacional.



- i - Faz-se um estudo do problema
  - ii - verifica-se a capacidade real da escola
  - iii - Examina-se a situação atual
  - iv - Procedo-se a cálculos empregando normas e padrões adequados.
- b) - A maneira de trabalhar é no sentido de que a escola se torne mais econômica, do tipo certo e adequadamente utilizada.

9.3 - Implantação da Escola: pontos a serem observados:

- exame do terreno
- adequação do terreno à construção ou a reconstrução da escola
- um pavimento ou mais

9.4 - Implementação ou Execução dos Projetos:

i - Responsável:

Brasil: Governo Federal  
Governo Estadual.

ii - Processo para Implementação:

a). Levantamento sobre o Departamento de Arquitetura do Brasil, caso haja, quanto ao:

- . - nº de arquitetos
- . - nº de desenhistas
- . - tipo de trabalho que executam

b). Em face do apurado, criação de uma unidade de projetos que administrará o empréstimo e fará a execução, sob a administração de um Diretor Geral.

c). A unidade de projetos seria no âmbito federal, com unidades estaduais.

d). Os Estados poderiam dispor de Fundações que se encarregassem desses projetos.

e). A unidade de projetos será constituída de:

- e.1 - economista (1)
- e.2 - educador (1)
- e.3 - administrador (1)
- e.4 - contador (1)
- e.5 - arquiteto (1)

Se o Diretor for economista, basta pensar no educador e vice-versa.

- f) - O arquiteto verifica e supervisiona as obras; o educador trata da parte educacional, verificando se obedece aos padrões / estabelecidos.
- g) - Arquiteto e educador trabalham juntos.
- h) - A equipe da unidade de Projetos é que prepara os contratos / para aquisição de equipamentos, segundo a L.I do País.
- i) - Pronto o edifício, a unidade transfere o mesmo aos Departamentos responsáveis, que passam a ser à autoridade constituída.

### iii - Recursos para a Implementação:

- a) - Quando o País ou o Estado não podem arcar com as responsabilidades financeiras, para a montagem da Unidade de Projetos, deve-se incluir no empréstimo custos operacionais e salários, principalmente no tocante a pessoal.
- b) - O pessoal da Unidade de Projetos deve ser qualificado e remunerado condignamente, sem o que não se obterá pessoal / em condições para executar o projeto.
- c) - O Grupo de Trabalho Interministerial, deve ter especialistas que darão assistência aos Estados, que não dispõem de pessoal.

### 9.5 - Cálculos e custos do Financiamento.

O Banco Mundial examinará com o Governo Brasileiro, o financiamento relativos aos projetos.

## 10. - ENCERRAMENTO -

Prof. Édson Franco

### 10.1 - Agradecimento:

- a) A equipe de técnicos do Banco Mundial.
- b) A presença de todos os participantes.

### 10.2 - Considerações Fundamentais:

- a) Este financiamento, no setor educação, é o primeiro inves-



timento do Banco Mundial, no Brasil.

- b) - Estamos nas tarefas preliminares, no trabalho relacionado com os projetos definidos e não definidos de financiamento para a educação.

Conclusão:

- falta ao Brasil pessoal necessário à elaboração desses projetos
- possibilidade de desvinculação total das pessoas exclusivamente para fins de elaboração desses projetos.

10.3 - Atribuições

- a) 

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL
------------------------------------

 —> . disciplinar os trabalhos a serem executados pelo Grupo Executivo, e montar o projeto final.
- b) 

GRUPO EXECUTIVO
-----------------

 —> . parlamentar com os Estados  
. executar as diretrizes traçadas
- c) 

SECRETARIA GERAL
Div. Planej.   Div. de Coorden.

 —> . suporte de infra-estrutura
- d) 

DIRETORIAS DO MEC
-------------------

 —> . atividades específicas em cada tipo de financiamento
- e) 

ESTADOS
---------

 —> . tarefas específicas

10.4 - Problemática

a) - Caracterização dos projetos:

- i - projetos definidos: Escolas Técnicas do Ensino Agrícola e Industrial.

- 22 -

ii - projetos relacionados com os Estados:

Pará, Goiás, Sergipe, São Paulo e Distrito Federal

## iii - centros de treinamento (3) \* em Brasília.

b) - Constituição do Grupo Executivo Estadual:

i - adoção da política de financiamento, pelo Governo Estadual ou D.F.

ii - ato governamental, constituindo o Grupo Executivo - (Gov. Estado ou Prefeito do D.F.)

iii - comunicação até 30 de dezembro, da constituição do Grupo Executivo.

c) - Atribuições do Grupo Executivo Estadual:

Executar as tarefas que lhes forem cometidas sem esperar a confirmação por parte do MEC, da aceitação ou não do Grupo . Cabe ao Estado definir quem será e quais as condições indicadas.

x Tarefas:

i - levantar todos os dados necessários à elaboração dos projetos

- articulação: . Grupo Executivo Federal  
 . Grupo Interministerial  
 . Missão Banco Mundial

ii - comunicar, a instalação do Grupo:

. local em que vai funcionar  
 . telefone  
 . endereço telegráfico

para facilitar comunicação.

iii - promover contactos e estabelecer cronograma de trabalho, em face do resultado dessa reunião.

iv - elaborar o projeto, encaixando o material levantado com o Plano Estadual de Educação ou tendo em vista o Plano Integrado de Educação.

10.5 - Centros de Treinamento:

A tarefa mais importante e a mais urgente dos Projetos,



e a montagem dos Centros Treinamentos, dos quais vai depender a viabilidade econômica e técnica dos projetos de ginásios.

Os Centros serão os "alimentadores" das técnicas a serem traçadas ao magistério, nesses ginásios.

A Diretoria do Ensino Industrial, e Agrícola devem dar prioridade para elaboração dos projetos dos respectivos Centros.

Para elaboração e montagem do projeto do Centro para formação de professores de matérias acadêmicas, devem as Diretorias de Ensino do MEC, preparar o anteprojeto do mesmo.

#### 10.6 - Considerações Finais

- a) Na Reunião com os Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos, sobre o Financiamento BIRD, foi pedida a manifestação oficial do Estado no sentido da aceitação ou não do financiamento.
- b) O Estado de Goiás, ainda não se manifestou a respeito e na ausência do mesmo o Estado do Mato Grosso poderá ser incluído, dependendo da aceitação pelo Banco Mundial.
- c) A Divisão de Obras do MEC, está a postos para oferecer assistência técnica aos Estados, se preciso for.
- d) A articulação com os organismos Regionais, no caso SUDAM e SUDENE deve ser feita de maneira adequada e precisa.
- e) Recomendações emanarão de Washington para orientação da Comissão Interministerial e conseqüentemente / de todos os trabalhos decorrentes de projetos para o financiamento.
- f) Estas recomendações serão encaminhadas aos Estados, para conhecimento.

-X-X-X-X-X-





SECRETARIA GERAL  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

SEMINÁRIO MEC / BIRD

QUESTIONÁRIO PARA INSTITUIÇÕES EXISTENTES A SEREM  
INCLUÍDAS NO PEDIDO DE EMPRÉSTIMO

1. Nome da Instituição: -----
2. Localização: -----
3. Tipo de Ensino (Geral, Comercial, Agricultura, etc.) -----  
Grau de Ensino (médio 1º e 2º ciclo) -----
4. Informações sobre local (preferivelmente com planta em anexo)
  - 4.1 - Qual é a área total em m<sup>2</sup> dos:
 

i - prédios escolares; -----	v - circulação externa;-----
ii - 'playgrounds'; -----	vi - estacionamento; -----
iii - campos de esporte; -----	vii - terreno para cultivo; -----
iv - Jardins; -----	viii- especifique qualquer outra área não citada acima; -----
  - 4.2 - Para cada prédio da instituição, dar o nº de andares e a área por andar mostrando suas funções (salas de aula, laboratórios, administração etc.) suas condições físicas (manutenção: boa, média ou ruim); -----  
-----  
-----  
-----
  - 4.3 - Indique a data de construção de cada prédio: -----  
-----  
-----

1/ Este formulário deve ser preenchido p/cada escola



4.4 - O terreno (onde está a escola) e a localização da mesma apresentam condições para uma futura expansão do grau de ensino existente ?

Se não, indique a razão (ex: terreno ao lado não pode ser comprado etc.)

-----  
 -----

4.5 - Os prédios que foram originalmente construídos para escolas são utilizados para esse fim atualmente ?

Se não, explique, por favor:

-----

4.6 - Os prédios pertencem ao governo ou são alugados? -----

4.7 - Assinale a disponibilidade dos seguintes serviços:

i) Suprimento de energia elétrica por empresa pública ou privada?

ii) Se não, indicar como é fornecida energia: -----

iii) Suprimento d'água p/serviço público ou privado: -----

O presente suprimento d'água é suficiente: -----

iv) Os esgotos são do serviço público? ----- Se não, indicar qual o sistema de esgotos em uso (ex.: -----)

v) A estrada(s) que dá acesso a escola é transitável durante o ano inteiro (apesar do tempo, enchentes, neve, etc.) ?

Se não, indicar as condições da estrada: -----

-----  
 -----

## 5. Informe Educacional

5.1 - Indicar o total atual de matrículas:

i) número de estudantes p/turno (classes em tempo integral ou manhã/tarde/noite;

ii) Tipos de cursos (áreas abrangidas p/matérias especializadas : Artes, Ciências, Comércio, etc.);

iii) número de turmas em cada curso em cada grau de ensino;

iv) número de estudantes por curso - grau e sexo.



A seguinte tabela serve como modelo (uma tabela para cada turno).

Turno diurno: Total de matrículas (nº de estudantes) -----

SÉRIE	Nº de turmas e estudantes	MATÉRIAS							Total por série
		Letras / Artes	Ciências	Práticas	Etc.				
	Turmas	3	4						7
1	Homens	50	100						150
	Mulheres	70	60						130
	Sub-total	120	160						280
	Turmas	3	4						7
2	Homens	45	90						135
	Mulheres	63	53						116
	Sub-total	108	143						251
	Turmas	3	4						7
3	Homens	40	82						122
	Mulheres	55	49						104
	Sub-total	95	131						226
	Turmas	2	3						5
4	Homens	35	75						110
	Mulheres	45	45						90
	Sub-total	80	120						200
	Etc.	Turmas							
Homens									
Mulheres									
Total	Turmas	11	15						26
	Homens	170	345						517
	Mulheres	233	207						440
	Mixtas								957

1/ Especificar as matérias práticas p/especialização, ex: Industrial (eletro-mecânica - Economia Doméstica, comercial, agricultura, etc.)



5.2 - Indicar o número de estudantes graduados por ano - nos últimos 5 anos em cada curso -----

5.3 - Dar o número atual de internos: homens ----- Mulheres ----- Total -----

- 5.4 - Quantos, do número total de estudantes, poderiam:
- i - andar a pé para a escola diariamente -----
  - ii - usar bicicletas, ônibus ou qualquer outro meio de transporte diário -----
  - iii - não ir à escola diariamente por causa da distância -----

5.5 - A escola proporciona almoço diário aos estudantes (sim ----- não -----)

Em caso positivo, indicar a duração do período de almoço e o número de estudantes que almoçam -----

- 5.6 - Indicar o nº de:
- i - semanas do ano escolar -----
  - ii - semanas de aulas no ano escolar (menos feriados - dias de exames, quando aulas não dadas etc. -----
  - iii - dias de aula por semana -----
  - iv - horas de aula por dia -----
  - v - quantos minutos para cada período -----

5.7 - Citar o número da equipe de professores por classificação: Professor, Assistente de Professor etc., e anos de ensino por matérias práticas e acadêmicas indicando o número de professores em tempo parcial ou integral (veja exemplo a seguir):

Classificação	Anos de Ensino	Materiais Acadêmicos			Materiais Práticos			Total
		Tempo Integral	Tempo Parcial	Total	Tempo Integral	Tempo Parcial	Sub-Total	
Professor	14	6	4	10	2	1	3	13
etc.	10	-	2	2	3	-	3	5



- 5.8 - Indicar em que área existem jovens professores qualificados -----  
-----

6. Informe financeiro

- 6.1 - Indicar a despesa corrente p/ano (nos últimos 3 anos) para os itens seguintes:

Corpo docente e administrativo: -----

Material de ensino e suprimentos: -----

Serviços (água/eletricidade/etc.) -----

Manutenção (Prédios/Mobil./Equip.): -----

7. Informe s/construções (veja exemplo nas páginas seguintes:

- 7.1 - Indicar o nº de dependências (para ensino e outros fins) com as seguintes especificações:

i - a capacidade máxima de estudantes. Cada unidade comporta salas de aula, laboratórios, oficinas, etc;

ii - o espaço , largura x altura (em m<sup>2</sup>) e área (em m<sup>2</sup> de cada tipo de unidade de ensino

iii - com o fim de julgar as condições dos prédios as seguintes indicações podem servir de orientação:

Boas: estrutura de material permanente (pedra, tijolos - concreto etc.) da manutenção regular dos prédios (pintura, janelas quebradas, telhados, instalações sanitárias funcionando bem)

Médias: estrutura de material permanente, manutenção irregular dos prédios .

Ruins: estrutura de material permanente ou não permanente ( , \_\_\_\_\_, nenhuma manutenção (reparos necessários.

iv - onde estiver assinalado não suficiente indicar o tipo e despesa aproximada do: equipamento e material de construção; outros tipos de equipamento e mobiliário (móvel e fixo)















TIPOS DE S A L A S	Capacidade máxi- ma (nº maior de estudantes)	Nº de salas ou unidades	PRÉDIO					Especificações neces- sárias para inclusão do informe				
			Dimensão em m <sup>2</sup>		Condições			Mobiliá- rio		Equipa- mento		
			Larg x altura	Área	Boas	Mé- dio	Más	Sufi- cien- te	Insu- ficien- te	Sufi- cien- te	Insu- ficien- te	
Equipe doméstica												
Corpo Docente												
-----												
-----												
-----												
-----												
Pessoal adminis- trativo etc:												
-----												
-----												
-----												
Outras acomoda- ções não mencio- nadas (ex: p/esco- las agrícolas, ou escolas c/cursos de agricultura, in- dicar tipo e áreas / dos prédios, casas de fazenda e nº de animais de cada uma.												

6. Atenção: (favor juntar qualquer outra informação).

(Tradução de MARIA ELISA CARRAZZONI)

INFORMACION BASICA SOBRE CONSTRUCCION DE EDIFICIOS  
NECESARIA PARA LA MISION PREPARATORIA  
DE PROYECTOS BIRF/AIF-UNESCO

La preparación de proyectos que entrañen construcciones requiere una información muy detallada. Esta información existe normalmente en casi todos los países, pero se precisa tiempo para reunir-la.

Como la misión de la Unesco ayudará a las autoridades docentes en los trabajos de preparación del proyecto, sería de gran utilidad y permitiría a todos los interesados ganar tiempo que se reuniera, antes de la llegada de la misión, la información básica necesaria para el préstamo proyectado.

La información y los datos que se piden se consideran esenciales para la debida preparación de los proyectos respecto de los cuales se espera recibir ayuda financiera del Banco y de la AIF. En consecuencia, préstamo que se presente al Banco.

4.00 DATOS SOBRE CONSTRUCCIONES, MOBILIARIO Y EQUIPO

4.10 ORGANIZACION Y ADMINISTRACION ACTUALES

4.11 Servicios técnicos profesionales

Servicios técnicos profesionales existentes en el país para proyectar edificios escolares.

- (a) Servicios oficiales (detalles, por ejemplo, sobre la plantilla de personal y sus títulos).
- (b) Empresas privadas (nacionales).
- (c) Empresas privadas (extranjeras).
- (d) Supervisión. Cómo se supervisa normalmente un proyecto de construcción.

4.12 Datos técnicos

- (a) Idioma que se utiliza normalmente en los planos, pliegos de condiciones Y ofertas.
- (b) Unidades de medida que se emplean generalmente (sistema métrico e anglosajón).

4.20 NORMAS DE CONSTRUCCION

4.21 Reglamentos de la construcción

Indíquese si existen normas sobre construcciones, reglamentos para casos de incendio o disposiciones sobre urbanismo. En caso positivo, cómo se aplican.



4.22 Normas sobre planos de edificios escolares

Indíquense las normas vigentes respecto a planos de edificios escolares. Especifíquese concretamente:

- (a) Dimensiones de las clases o aulas. (Para locales docentes indicar para cada tipo el número máximo de estudiantes y la superficie por plaza).
- (b) Dimensiones de las ventanas en relación con las dimensiones de las clases o aulas.
- (c) Altura del techo.
- (d) Normas sanitarias (número de W. C. y tipo, urinarios, lavabos, baños y duchas, en relación con el número de alumnos y personal de uno y de otro sexo).

4.23 Servicios

- (a) Normas y suministro de agua: consumo medio en litros (galones) por día y por persona en los internados y en las escuelas diurnas. ¿Se encargan del suministro de agua las autoridades, una compañía privada, o tiene la escuela sus propias fuentes de aprovisionamiento?
- (b) Métodos que se utilizan para la evacuación de las aguas residuales y de lluvia (alcantarillado público o tanque séptico).
- (c) Alumbrado. Indíquese en forma de cuadro el número de bujías metro (pie) o lux por  $m^2$  que se requiera para las diversas instalaciones.

Indíquense los periodos en que se utiliza la luz eléctrica, debido a condiciones climáticas, clases nocturnas, etc.

Voltaje y ciclos de la corriente.

4.24 Otras normas

- (a) Normas de resistencia de las construcciones: Indíquense, en forma de cuadro, las cargas móviles máximas que deben soportar las estructuras de los edificios, así como la resistencia al viento y al peso de la nieve.
- (b) Protección contra la luz solar: Métodos utilizados actualmente para proteger los edificios contra la luz solar directa y la reverberación.



- (c) Ventilación: Métodos de ventilación corrientemente utilizados: naturales (horizontal, vertical, etc.) ; ventilación mecánica (aire acondicionado o aire enfriado, por instalación central e por habitaciones).

4.25 Condiciones climáticas

- (a) Condiciones atmosféricas: humedad relativa, con las precipitaciones y temperatura mensuales, indicadas en forma de cuadro, en las zonas de los proyectos.
- (b) Riesgos naturales: Indíquense las zonas del país en que existan riesgos de terremotos, huracanes, inundaciones, termes, y los métodos de protección corrientemente utilizados.

4.30 PROCEDIMIENTOS DE CONTRATACION Y CONSTRUCCION

4.31 Capacidad de construcción

- (a) Indíquese el valor anual de los trabajos de construcción realizados por la industria de la construcción durante los cinco años últimos (sectores privado y público).
- (b) Contratistas: ¿ Existen contratistas locales? y, en caso afirmativo, ¿ los hay en todo el país? Existen firmas extranjeras de contratistas que hayan trabajado o estén trabajando en el país?
- (c) ¿ Son los subcontratistas empleados directamente / por el contratista general?
- (d) ¿ Existe una lista en que se clasifique a los contratistas por su capacidad de trabajo, la calidad de su personal y su idoneidad o no como contratistas de obras públicas?
- (e) Procedimientos que se siguen para el pedido al extranjero de determinados tipos de material y equipo, por ejemplo, de calefacción y ventilación, que esté incluido en el contrato principal.
- (f) Mano de obra especializada y no especializada: cuál es la situación del país en lo que se refiere a la mano de obra especializada y no especializada. / Indíquese si está igualmente distribuida por todo el país.



4.32 Procedimientos de concurso

¿Qué procedimiento general sigue el Gobierno para los concursos ?

- (a) Anuncio de concurso libre (por la radio, los periódicos, et.) o invitación especial a determinados contratistas en los que se tiene confianza.
- (b) ¿ De qué fuentes obtienen los contratistas los planos y la documentación?
- (c) ¿ Deben los contratistas hacer un depósito o dar garantías bancarias al presentar sus ofertas ?
- (d) ¿ A quién se someten las ofertas? ¿ Quién las examina y quién selecciona al contratista adjudicatario de la obra ?
- (e) ¿ Se acepta siempre la oferta que resulta más barata, o alguna otra?

4.33 Documentos y tipos de contrato

¿ Qué tipos de contratos y qué formas de pago a los contratistas practica el Gobierno?

- (a) Contrato a tanto alzado cuando el pago se realiza por etapas fijadas de antemano.
- (b) Contratos por secciones, realizándose los pagos por unidades de trabajo ejecutado.
- (c) En el caso de contrato a tanto alzado, ¿ presenta el contratista con su oferta una lista de precios básicos por unidad?
- (d) Indíquense los documentos que deben acompañar al contrato: planos y diseños, cantidades, pliegos de condiciones, etc.
- (e) Indíquense las formas de pago a los contratistas, entre ellas pagos adelantados por el trabajo corriente, o para permitirles hacer pedidos de equipo especial para un edificio.
- (f) Seguro: ¿ incumbe al contratista o al Gobierno asegurar las obras de construcción?

4.40 CONSTRUCCION Y MATERIALES4.41 Características de la arquitectura escolar local

Señálese las características dominantes de la arquitectura escolar local, en lo que se refiere a:

- (a) Principales métodos locales de construcción.
- (b) Principales materiales corrientemente utilizados.

#### 4.42 Materiales de construcción

- (a) ¿Qué materiales de construcción se fabrican y pueden adquirirse en el país? (Material en bruto nacional y de importación).
- (b) ¿Qué materiales de construcción se importan normalmente para las escuelas?
- (c) ¿Cuáles son los derechos de aduana que deben pagarse?
- (d) ¿Quién se encarga de la importación de los principales materiales de construcción? (Constructores o comerciantes).
- (e) ¿Pueden obtenerse en cualquier lugar del país los materiales locales o importados?
- (f) ¿Cuáles son los métodos de transporte de los materiales a las distintas regiones del país?

#### 4.50 EDIFICIOS ESCOLARES EXISTENTES

##### 4.51 Programa de construcciones escolares

- (a) Indíquese, en forma de cuadro, el número de escuelas (excluidas las primarias) construidas en los cinco años últimos, con mención del tipo, cifra de matrícula, superficie total, costo, y especificando si el proyecto de construcción fue establecido por un servicio oficial (nombre) o por una firma privada (nombre).
- (b) ¿En qué condiciones se encuentran los edificios escolares existentes y cuáles son los principales factores que influyen en esas condiciones?

##### 4.52 Servicios

Indíquese si las escuelas tienen, en general, los servicios siguientes:

- (a) Agua corriente (suministro general o instalaciones propias).



- b) Instalaciones sanitarias con agua corriente.
- c) Conexión con el sistema general de alcantarillado.
- d) Tanque séptico.
- e) Gas (de ciudad o butano).
- (f) Electricidad (conexión con la red general o generador propio).

#### 4.53 Unidades normalizadas de construcción

¿Existen planos normalizados que se utilicen en todo el país respecto a los elementos de los edificios escolares, por ejemplo, grupos de clases o aulas, talleres, viviendas de maestros, etc.? En caso afirmativo, indíquense en forma de cuadro los siguientes datos:

Tipo de construcción y finalidad de las salas o aulas, tamaño, materiales utilizados (piso, muro y techo), costo total por unidad de construcción y por metro cuadrado / (pie cuadrado).

#### 4.54 Plan de renovación

¿Hay algún plan de renovación o sustitución de los edificios escolares existentes?

### 4.60 MOBILIARIO

#### 4.61 Tipo de mobiliario escolar

- (a) Tipo de mobiliario que se utiliza normalmente (madera, metal, etc.). ¿Se fabrica en el país (en fábricas del Estado o en empresas privadas) o se importa?
- (b) ¿Tiene el Estado una oficina central de compras, o cada Ministerio adquiere por separado su mobiliario?
- (c) ¿Es el procedimiento general incluir los muebles empotrados (por ejemplo, bancos de laboratorio, depósito, estanterías, encerados, etc.) en la lista de muebles o en el contrato de construcción?

#### 4.62 Adecuación del mobiliario

Cuantitativo y/o cualitativo.

#### 4.63 Mobiliario normalizado

¿Existen tipos especiales normalizados del mobiliario utilizado?

En caso afirmativo, enumérense.

4.64 Adquisición

Qué métodos se utilizan para la adquisición de mobiliario y equipo ? (concursos nacionales o internacionales).

4.70 EQUIPO (docente y no docente)

Existe alguna lista tipo para equipo docente o no docente al uso de diferentes tipos y niveles de educación? Si es así, indiquen en / forma de cuadro el artículo empleado para cada local (incluyendo detalles tales como el número máximo de estudiantes por local de cente).

4.71 Equipo docente

## (a) Clases de enseñanza de ciencias y zonas afines

- i. Laboratorio de ciencias )  
generales ) Para trabajos prácticos;
- ii. Laboratorio de química ) demostración y/o
- iii. Laboratorio de física ) sistema de enseñanza por
- iv. Laboratorio de biología ) medio de "juego de útiles"
- v. Matemáticas )

## (b) Clase de estudios sociológicos

## (c) Biblioteca, incluyendo libros

## (d) Educación musical

## (e) Comercio

- i. Clase de mecanografía
- ii. Clase de práctica de oficina
- iii. Clase combinada de mecanografía y práctica de oficina

## (f) Clase de dibujo/arte/oficio

- i. Clase de dibujo (general)
- ii. Clase de dibujo (dibujos técnicos)
- iii. Clase de artes
- iv. Clase de oficios
- v. Clases combinadas de dibujo (general) artes/oficios

## (g) Arte industrial

- i. Taller de trabajos manuales (madera)
- ii. Taller de trabajos manuales (metal)
- iii. Taller de trabajos manuales (madera/metal combi  
nados)



- 8 -

- iv. Taller de máquinas (madera)
- v. Taller de máquinas (metal)
- vi. Taller de máquinas (madera/metal combinados)
- vii. Talleres de trabajos manuales/máquinas combinados (madera)
- viii. Talleres de trabajos manuales/máquinas combinados (metal)
- ix. Talleres de trabajos manuales/máquinas combinados (madera/metal)

(h) Economía doméstica

- i. Corte/confección
- ii. Escuela del hogar (cocina/lavado/gobierno doméstico)
- iii. Corte y confección combinados

(i) Educación agrícola

- i. Taller de agricultura
- ii. Granjas agrícolas

(j) Equipo audio-visual y ayuda general4.72 Equipo no docente

- (a) Sección Administrativa
- (b) Sección Medical (sólo para escuelas diurnas)
- (c) Sección de Profesorado
- (d) Sección de Servicio
- (e) Salón de uso múltiple y escenario
- (f) Cantina (sólo para escuelas diurnas)
- (g) Comedor (pensionados)
- (h) Cocina (pensionados)
- (i) Enfermería, incluyendo la Sección Medical (pensionado/escuela diurna)
- (j) Estancia de estudiantes
- (k) Unidad(es) del Superintendente
- (l) Vivienda del personal

4.73 Gestión

- (a) ¿Qué métodos se emplean para el abastecimiento del material, a través de los comerciantes locales, o bien a través de subastas internacionales?
- (b) Tiene el Gobierno una oficina central de compras, o se hacen éstas por cada Ministerio separadamente?

4.74 Adecuación del mobiliario

Quantitativo y/o cualitativo.

4.80 COSTOS4.81 Análisis del costo de los edificios escolares

Precios de construcción por metro cuadrado (pie cuadrado), tomando como base edificios de construcción reciente, para distintos tipos de escuelas (exceptuadas las primarias), distintos modelos de edificios (de uno o de varios pisos) y distintas regiones del país; tomando como base el precio / por metro cuadrado (pie cuadrado) en la capital, indíquense en un cuadro los reajustes locales de los precios, como porcentaje de los precios básicos en la capital y mencionen se las principales razones de la variación de los precios.

4.82 Relación entre trabajo y material y entre materiales locales e importados

- (a) ¿Cuál es la relación expresada en porcentaje entre el costo del trabajo y el costo de los materiales en las construcciones escolares?
- (b) ¿Cuál es la relación expresada en porcentaje entre los costos de los materiales locales y de los materiales / importados en tales construcciones?
- (c) ¿Qué salarios se pagan a los trabajadores especializados y no especializados en los diversos puntos del país?

4.83 Evaluación de los costos de construcción

Indíquese en forma de cuadro el aumento o la disminución de los costos de construcción expresado en porcentaje de los cinco años últimos. Indíquense, igualmente, los cambios previsibles durante los cinco años próximos.

4.84 Costo por unidad del mobiliario utilizado

¿Cuál es el costo por unidad del mobiliario corrientemente utilizado en la actualidad? (pupitres, mesas de laboratorio, etc.)



4.85 Costo por unidad del material normalizado utilizado

4.86 Conservación de edificios escolares

¿Qué disposiciones se toman para la conservación de los edificios escolares? Existe un presupuesto anual de gastos de conservación para cada escuela, y en qué forma se presenta?

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS  
PARA APRESENTAÇÃO AO BIRD/IDA

INTRODUÇÃO

A política adotada pelo BIRD/IDA em relação a projetos educacionais considera como financiáveis aqueles de alta prioridade, destinados ao treinamento da mão de obra necessária a promover o desenvolvimento dos países membros.

De acôrdo com tal critério o Banco dá especial atenção à educação secundária geral, à educação técnica e treinamento vocacional, e ao treinamento de professores.

O Banco não só exige que um projeto educacional se ja prioritário como também determina que o mesmo faça parte de um plano global para o desenvolvimento da educação e treinamento.

Segundo sua política geral, BIRD/IDA normalmente financia sômente uma parte do capital a ser aplicado em projetos educacionais. Geralmente êsse investimento (feito pelo BIRD), cobre despesas com construções e equipamento mas, onde se faz necessária por algum tempo a assistência técnica para encaminhar um projeto o Banco pode, em alguns casos, considerá-la como parte integrante do capital investido e incluí-la no financiamento ou crédito. Um exemplo disso poderia ser o emprêgo de professores estrangeiros no início de um novo programa, para pô-lo em andamento e promover o treinamento local de professores a fim de que possam levá-lo adiante.

O financiamento do BIRD/IDA tem por objetivo preencher urgentes lacunas no sistema educacional de um país, e não costuma normalmente prover o custo do aumento normal anual de prédios e equipamento necessários para corresponder ao crescimento da população em idade escolar.



PREPARAÇÃO DO PROJETO

Entre as questões que as missões de avaliação do BIRD/IDA procuram responder quando examinam qualquer tipo de projeto encontram-se as seguintes:

1. De que urgência e importância são os problemas a que o projeto corresponde?
2. Está o projeto básica e economicamente concebido e ajustado para produzir resultados que irão resolver esses problemas a custo razoável?

As respostas a estas perguntas requerem um grande e variado conjunto de informações, dependendo do tipo de projeto sob consideração. A seguinte lista foi organizada para auxiliar os países membros no preparo de projetos a serem avaliados pelo BIRD ou IDA, e divide-se em duas partes:

A - Dados gerais relativos ao sistema de treinamento e econômico e educacional do país que possam contribuir para a resposta à questão número 1 e que colocariam o projeto dentro da estrutura de desenvolvimento do país.

B - Dados específicos sobre o projeto propriamente dito relativos ao conteúdo da pergunta número 2.

A -- DADOS GERAIS

## 1. O sistema educacional e de treinamento:

- a)- legislação e regulamentação jurídica do sistema educacional: jurisdição, histórico, presente e futuro;
- b)- graus de jurisdição educacional, em relação interdependente:  
(1. Local; 2. Regional, 3 Nacional, 4. Particular)
- c)- estrutura do sistema educacional;
- d)- matrículas em todos os tipos de escolas por classe e sexo: pirâmide educacional, passado e projeção, indicando evasão e graus na qual ocorre. Treinamento de adultos. Total em treinamento e ensino supletivo. Taxas e bolsas de estudo.



- e)- currículos e roteiro. Linguagem de instrução, Sis temas de exame. Duração do ano acadêmico. Horas de instrução (horas-aula) por semana/ano. Ava liação de livros-texto e equipamento;
- f)- supervisão e administração;
- g)- planejamento educacional e sua relação com o pla no geral de desenvolvimento;
- h)- correlação entre o programa de educação e o de mão de obra; ligação entre o programa de educa ção vocacional, e a indústria e outros empregado res;
- i)- professores: fontes, vagas, treinamento, utiliza ção qualificações, salários em comparação com a indústria. Proporção aluno/professor. Horas/aula por semana;
- j)- incorporação de resultados de pesquisas e estu dos educacionais ao sistema de ensino.
- k)- contribuições significativas para o treinamento de mão de obra através de outros Ministérios, in dústrias, forças armadas, esquemas de fornecimen to de bolsas para aprendizes e esquemas de desen volvimento comunitário etc.

2. Mão de Obra: Quais são os recursos atuais de mão de o bra do país?

Como estão distribuídos?

Estão bem utilizados?

Há evidência de trabalho de menores? Há diferen ças salariais entre ocupações e recentes tendên - cias salariais? Emprega-se mão de obra altamente qualificada estrangeira ?

3. Projeção das necessidades de mão de obra: por indústria, o cupações e área, como estão relacionadas no Plano de Desen volvimento.

4. Projeção do ensino e treinamento (graduações) correspon den tes às necessidades de mão de obra.



4.

5. Plano para o desenvolvimento das facilidades educacionais de treinamento e matrículas durante os quatro a dez anos seguintes (correspondendo aos tipos e graus descritos sob o nº 1 (C) e (K) acima, e indicando, quando fôr o caso, mudanças na estrutura do sistema). Tal plano projetaria ano a ano a expansão dessas facilidades, matrículas, provisão de professores, e outros componentes de ordem administrativa, do ensino e do sistema de treinamento.
6. Construção, e manutenção: organização e administração para a projeção, construção, supervisão e manutenção de facilidades escolares e de equipamento de instruções, incluindo prédios escolares tipo padrão, em uso corrente; lista de equipamentos, especificações, custo/data, etc. Estimativa e contratos, padrões e controles.
7. Finanças: presente, passado recente, estimativas de futuras necessidades do sistema de ensino e treinamento correspondendo de mais perto possível as categorias e evasão anual, ver item 5 acima, e indicar:
  - a)- custos de capital
  - b)- custo de manutenção
  - c)- fonte de recursos, presente e futura e percentagem do total da despesa de educação e treinamento em relação à despesa pública geral.
8. Fontes atuais e futuras de financiamento externo e assistência técnica à educação.

#### B - FORMULAÇÃO DETALHADA DE PROJETO PROPOSTO

9. Descrição geral de condições educativas, financeiras e físicas de cada escola ou instituição apresentada no projeto. (Tais especificações deverão ser apresentadas em relação a cada escola ou grupo de escolas que tenham condições semelhantes).
  - (a) - Educacionais
    - (i) Programa acadêmico: objetivos da escola, duração dos programas e ano escolar; número de requisitos e mínimo padrão exigido para admissão e seleção; horas/aula por semana, currículo; tamanho das salas de aula; métodos de ensino;



conteúdo prático; requisitos para promoções e graduações; qualificações concedidas; facilidades bibliográficas; compra e fonte de livros textos; equipamento de instrução.

(ii) Corpo discente: entrada, saída e matrícula em cada programa acadêmico e classe de tempo integral, tarde ou outros espaços de tempo de classe durante os cinco anos passados, no presente ano ( se houver programas de expansão); projeção ano por ano durante o desenvolvimento até atingir objetivos; divididos por dia ou tabela sexo e fontes regionais, onde aplicáveis.

(iii) Fonte de estudantes: preparação, aptidão para aceitar e controles para requerer tal escolaridade.

(iv) Fonte de professores, números, qualificação e possibilidade de atingir desenvolvimento proposto.

(v) Bases para a proposta de distribuição geográfica das escolas.

(vi) Administração da escola.

## B) - Físicas

(i) Localização: critério adotado para novas escolas.

(ii) Arquitetura: em primeiro lugar: planta das acomodações e detalhes suficientes para estimativa dos custos reais. Plantas podem ser baseadas em padrões econômicos de espaço e podem ser obtidos depois de examinados os objetivos dos currículos horários e métodos de ensino para análises de tipos econômicos de Salas de aula. Métodos de atingir as áreas e requisitos de cálculo das salas devem ser mostrados, preferivelmente acompanhados por lay-outs diagramados dos principais itens de acomodações.

Segundo lugar: breve descrição dos lugares, selecionados, incluindo área, de preferência com uma planta. Terceiro lugar descrição geral de serviços externos de utilidade propostos e extensão de locais de trabalho com detalhes suficientes para uma estimativa realística.



6.

(iii) Lista de equipamento de instrução necessário (oficinas; laboratórios, gado, equipamento rural, livros etc.)

(iv) Mobiliário necessário.

C Financeiras

(i) Custo de manutenção anual, incluindo salários, material de ensino e outros custos correntes periódicos do investimento físico (prédio e equipamento).

(ii) Custos de capital, incluindo:

(a) construção de prédios, incluindo serviços internos. Estes custos estimados devem ser acompanhados por um relatório da medida unitária do custo usado no preparo de estimativas e um sumário das especificações básicas as quais se refere a unidade.

(b) Locais de trabalho e serviços de utilidade externa (Para maiores informações: "Guide Lines Relating to Procurement Under World Bank Loans and IDA credits").

(c) Taxas para projeto, supervisão e outros serviços profissionais.

(d) Equipamento de instrução.

(e) Mobiliário.

(f) Contingências.

(g) Terreno e impostos.

(h) Componente de moeda estrangeira de (a) a (f) acima.

iii Custo de pessoal estrangeiro e treinamento no exterior do pessoal local.

iv Programas de assistência financeira, se houver.

d) Implementação

(i) Administração do projeto: organização, pessoal.

(ii) Plantas; supervisão da construção, contratos e métodos de procurações (ver o "Guide Lines Relating..." ) padrões, procedimento e controle, em particular para a escola, como elas diferem, quanto às especificações contidas ( ver item 6 acima).

(iii) Provisão por meses e anos para o projeto, construção e equipamento da escola, tabela para pagamentos antecipados aos contratados e suplementares, e de serviços profissionais. O plano poderia indicar também outras providências essenciais para a implantação do projeto tais como recrutamento de consultores educacionais, professores estrangeiros, atos legislativos e administrativos, aquisições locais, acórdos com outras agências internacionais relacionadas com o projeto.

(iv) Processos de reembolso propostos.



O QUE DEVE SER PREPARADO PARA CADA ESCOLA EXISTENTE  
( A SER INCLUIDA NO PROJETO):

## 1. Local

Nome da escola

## 2. Tipo de escola: exemplo:

Ginásio vocacional

## 3. Cursos oferecidos atualmente:

carpintaria, mecânica

## 4. Matrículas em 1968, por série, por sexo:

Série	Nº de Classes	Meninos	Meninas	Total
10	7	200	120	320
11	6	150	100	250
12	5	100	90	190
TOTAL	18	450	310	760

5. Matrículas por tipo de curso e por série:  
ex:

Curso	Série 10	Série 11	Série 12	Total	Graduados no final de cada período
Eletricista					
Mecânicos					
Soldadores					

Atenção: Os itens discriminados podem ser aplicados a escolas novas

6. Desenvolvimento da escola - matrículas por série  
ex:

Ano	Série 10	Série 11	Série 12	Nº Graduados
1960				
1961				
1962				
1963				
1968				

## 7. Prédios existentes:

A. Local

Area

Propriedade

Serviços disponíveis: água  
força  
vias de acesso

É favor juntar planta do local, e dos prédios existentes indicando também local proposto para novas construções.

B. Relacionamento com outras escolas secundárias e colegiais da região - marcar num mapa com símbolos

(i) Escolas propostas para inclusão no projeto.

(ii) Outras ginásiais e pós-secundárias (colegiais), em cada caso um símbolo diferente para distinguir o tipo e o grau da instituição.

Mostre estrada de rodagem ou outros meios de atingir o local.

## C. Apresente tabela com matrículas nas escolas secundárias ou pós-secundárias dentro de um raio de 10 milhas das escolas propostas no projeto (grupá-las por tipo e grau).

Ex:

Matrículas em (1967 ou 1968)

Nome	Matrículas	Graduados p/ano
Escolas Secundárias (nível médio)		
1.		
2. etc.		
Escolas Secundárias (nível colegial)		
1.		
2. etc.		
Escolas Técnicas		
1.		
2. etc.		
Ginásios Vocacionais		
1.		
2. etc.		
Escolas de Pesca		
1.		
2. etc.		
Escolas normais (treinamento de prof.)		
1.		
2. etc.		
Escolas Técnicas normais		
1.		
2.		
3. etc.		
Universidades		



## 8. Prédios existentes:

- a) - data da construção  
 b) - breve relatório das condições gerais do prédio ou (prédios)  
 c) acomodações -- apresentar quadro:  
 ex:

Tipo de acomodação	Número	Áreas de unidade
Áreas acadêmicas classes	24	(i) 12 de 50m <sup>2</sup> 6 de 60m <sup>2</sup> (iii) 6 de 36 m <sup>2</sup>
Laboratórios	3	(i) 2 de 100m <sup>2</sup> (ii) de 60m <sup>2</sup>
Salas de trabalho científico		
Laboratórios de demonstração anfiteatros		
Salas de Arte Salas de Música		
Oficinas p/soldagem Oficinas p/mecânica etc.		
Áreas administrativas Gabinete do Diretor Escritórios Sala dos professores etc.		
Áreas Comuns Refeitórios, dormitórios etc.etc.		

## 9. Oficinas e Laboratórios

- a) Qual é o tamanho dos grupos que usam no momento cada tipo de laboratório?
- b) Qual é o tamanho (nº de componentes) do grupo que são propostos para cada tipo de laboratório ou oficina?
- c) Indicar qual ou quais oficinas e laboratórios existentes não foram especificamente construídos com essa finalidade.

## 10. Equipe

- A. Equipe de professores  
 (incluindo diretor e vice-diretor)

## Tabela

(i) Nome	(ii) Sexo	(iii) Idade
(iv) Qualif. acadêmicas	(v) Qualificações Profissionais	
(vi) Nº de anos de experiência de ensino	(vii) Anos de experiência industrial (se tiver)	
(viii) Nº de anos de ensino nesta escola		
(ix) Matérias ensinadas ex: Matemática 12 Química 4 Física 4 Total 20		
(x) Outras responsabilidades na escola		
(xi) Classificação: tempo integral ou meio horário		



B. Equipe administrativa e auxiliar  
 Dar o nº para cada tipo de trabalho

Parte 2 - Proposta para projeto

8. Breve relatório do desenvolvimento proposto  
 Ex:

- (i) Mudança de caráter ou objetivo de escola.....para escola.....e/ou (ii) expansão do currículo pela inclusão de.....e/ou (iii) prover facilidades complementares e recursos que permitam dividir classes superlotadas ou grupo de trabalho em oficinas.

9. Estrutura proposta e matrícula quando a escola atingir pleno de desenvolvimento em novas bases.

Ex:

Série	Nº de classes paralelas			Matrículas		
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
Série 10						
Série 11						
Série 12						
Total						

10. Matrículas propostas por tipo de cursos e estimativa anual por tipo de curso.

11. Análise do currículo proposto numa base semanal com períodos de ..... minutos cada, por série e sexo.

Indicar casos em que a classe é dividida em 2 ou mais grupos menores. Ex: para trabalhos práticos.

Indicar casos onde é proposto agrupar duas ou mais classes para algumas atividades.

12. Necessidade da equipe

- (a) Bases de cálculo (i) proporção professor/aluno  
 (ii) e/ou carga média semanal de ensino por professor
- (b) Equipe de professores (i) Total  
 (ii) por disciplina
- (c) Equipe administrativa Nº em cada tipo de trabalho
- (d) Adicional ao presente Total  
 (incluindo demissões e outros fatores de perdas)

13. Planta de acomodações

Total necessário para escola ou escolas do tipo proposto, para a estrutura do sistema proposto etc.



A	B	A.B.	Tipos a ser
Total requerido	Existente	Adicional a ser construído ou equipado	construído
Acadêmico			
Administrativo			
Comuns			

1. Baseado na análise da carga de trabalho e uso das áreas previstas.
2. Onde um espaço for inaproveitável no momento mas possível de ser aproveitado para outros fins, assinala-o;
3. Dar em código o nº de cada espaço destinado a ensino.

#### 14. Graduados

Breve relatório das oportunidades de trabalho dos graduados.

OBSERVAÇÕES: Este é apenas um modelo; outros dados poderão ser acrescentados aos que estão aqui contidos e a forma de apresentação poderá ser alterada.

Traduzido por: Maria Elisa Carrazzoni  
Divisão de Coordenação  
Secretaria Geral

V - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES



DIRETRIZES DO PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO, NA  
ÁREA DO ENSINO MÉDIO.

- Substancial expansão quantitativa do ensino público e do sistema de bolsas, abrindo corajosamente o caminho para sua gradual universalização;
- melhoria qualitativa, de modo a permitir imediato acesso ao trabalho a grande número de diplomados nesse nível, dando-se definitiva ênfase dos programas de ginásios orientados para o trabalho e aos programas de formação de técnicos de nível médio, nas áreas agrícola e industrial.

Essas diretrizes serão alcançadas através das seguintes linhas de ação:

1. Reformulação do ensino ginásial, de modo que ele venha, a constituir, com o nível primário, um sistema fundamental contínuo, capaz de atender à elevação dos padrões qualitativos, assegurando a formação básica do educando para atuar nas atividades da indústria, agricultura e serviços após treinamento intensivo e rápido para o trabalho.
2. Dentro da meta de expansão do ensino básico, intensificação da criação de oportunidades de acesso à educação de nível médio, com ênfase na rede de ensino público e no sistema de bolsas de estudo.
3. Expansão dos programas de equipamento escolar, especialmente de salas - ambiente, oficinas para os ginásios orientados para o trabalho e para os colégios industriais.
4. Melhores condições para o trabalho docente inclusive assegurando melhor e mais adequado sistema de remuneração; elevação do nível do pessoal docente, técnico e administrativo, notadamente nas áreas de ensino mais relacionadas com o desenvolvimento; formação e treinamento de professores de ciências, disciplinas específicas do ensino técnico e práticas educativas.
5. Aperfeiçoamento profissional do pessoal técnico de nível médio coletivo.

É objetivo prioritário do Programa Estratégico atribuir, na medida do possível, autonomia e flexibilidade, integração e continuidade, aos diversos ramos da educação de nível médio.

XXXXXXXXXXXX

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA GERAL

IVª REUNIÃO

ASSUNTO: Financiamento BIRD

DATA: 5/12/1968

PRESENTES:

Prof. ÉDSON FRANCO - Secretário Geral do MEC  
 Sr. José Teixeira Dias - Assessor - Gabinete do Ministro  
 Sr. Aphonse Shibusawa - BIRD  
 Sr. Christo Germanacos - BIRD  
 Dr. Joaquim Corrêa de Miranda - DEA  
 Dr. Ney Castro - DEI  
 Dr. Pery Porto - DES  
 José Mariano da Rocha - Reitor da Universidade de Santa Maria  
 Dr. Alcy de Souza Coelho - DO  
 Dr. Dircio Lima Guilhon de Oliveira - DO  
 Dr. Edson Machado de Souza - IPEA - MINIPLAN  
 Dr. Fausto Machado Freire - DIPLAN

Assessoria: - Itana Moraes - SG/SE  
 Maria Elisa Carrazzoni - SG/DP  
 Vera Bandeira - SG/DP

1.- O Secretário Geral abriu a reunião dizendo da satisfação em ter novamente a presença dos senhores Christo Germanacos e Aphonse Shibusawa, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e em saber que o Sr. Jacques Torf, técnico da UNESCO, que já trabalhou em diversos programas do MEC, vinha também participar da elaboração dos projetos de financiamento. Fez, a seguir, um resumo do que havia sido abordado nas reuniões anteriores, comunicando já ter recebido resposta dos Estados da União, com exceção de Goiás, ao expediente que mandara pedindo confirmação do interesse em participar das negociações em curso.



Disse que no mesmo expediente, pedira aos Estados que formassem os grupos de trabalho necessários aos estudos.

2.- Continuando o Secretário Geral disse que as Diretorias do Ensino Agrícola e do Ensino Industrial tinham possibilidades de elaborar seus projetos mas que os Estados teriam certamente dificuldades em fazê-lo para que seria então necessária a implantação de um Grupo Executivo que lhes desse assistência técnica. Sem dúvida alguma, cada um deles precisaria fazer um bom diagnóstico da situação local. Janeiro, Fevereiro e Março seriam os meses destinados à tarefa de coleta de dados. O Prof. Édson Franco referiu-se também ao curso que o Sr. Christo Germanacos pretende realizar nos dias 16 e 17 do corrente, destinado a dar elementos básicos para as equipes estaduais e funcionários do MEC ligados ao trabalho. A visita da Missão aos Estados estava sendo organizada. A seguir o Secretário Geral pediu que os técnicos do BIRD fizessem uma explanação sobre os problemas relativos ao financiamento.

3.- O Sr. Alphonse Shibusawa então falou sobre o interesse do BIRD em propiciar o financiamento ao Brasil no campo da Educação, dizendo que as negociações iniciadas com a vinda da Missão em julho foram incrementadas depois da vinda do Sr. Mac Namara e reafirmadas em Washington pelos dirigentes do Banco e ao Ministro da Educação, Deputado Tarso Dutra. Declarou-se, em nome de toda a equipe, impressionado com o volume de trabalho já apresentado mas afirmou que sabia o quanto ainda restava a ser feito. Queria aproveitar o momento para esclarecer uma dúvida: o Governo brasileiro havia estabelecido que o financiamento obedeceria ao esquema seguinte:

25% - Recursos Federais

25% - Recursos Estaduais

50% - Recursos do BIRD; gostaria de saber em

que base foi fundamentado esse esquema.

Trata-se de uma sugestão preliminar, informar o Professor Édson Franco.

4.- O Sr. Christo Germanacos também declarou-se bem impressionado pelo que foi realizado até agora e referiu-se à



próxima etapa: a constituição junto à Secretaria Geral de um grupo de trabalho em tempo integral.

O Grupo deverá ser constituído de :

- 1 educador
- 1 economista
- 1 arquiteto
- 1 estatístico

A finalidade do Grupo não será assumir inteiramente a responsabilidade da tarefa, mas sim dar assistência técnica, quando necessária, aos Estados que a solicitarem e completar o trabalho das equipes locais, quando fôr o caso. Deve trabalhar, coordenadamente, com os outros Ministérios.

Os objetivos do Grupo deverão ser :

- a) coordenar o levantamento dos dados necessários para a elaboração dos projetos;
- b) acompanhar o trabalho dos grupos estaduais prestando assistência técnica, quando fôr necessária;
- c) articular-se com os demais Ministérios para acôrto das medidas indispensáveis ao bom andamento do projeto.

O trabalho do Grupo deverá obedecer ao seguinte esquema:

- 1) levantamento de dados de caráter geral;
- 2) levantamento das necessidades de mão de obra no Brasil;
- 3) projeções demográficas para cada faixa etária.

Observação: O projeto só poderá ser avaliado à medida que esses dados forem levantados.

O Sr. Germanacos também frisou que deverá ser feito o levantamento dos custos salariais na indústria de construção, mostrando ser indispensável que o Ministério da Agricultura



participe do levantamento das necessidades do currículo a ser adotado nos colégios agrícolas. Ao Grupo Executivo caberá ir às fontes colher os dados. O Sr. Germanacos declarou ser recomendável que os membros do grupo que trabalhem na fase de elaboração possam continuar na fase executiva do projeto. Salientou que só será admitido um tipo de ginásio padrão necessário ao desenvolvimento do País e não 3 ou 4 tipos diferentes. O Sr. Germanacos deixou bem claro que os técnicos do BIRD não aceitarão programas de treinamento de professores que tenham a duração de 4 a 6 meses. Quanto ao prazo do financiamento nada foi decidido ainda mas, em princípio, admite-se que seja feito em 25 anos.

A seguir o Sr. Germanacos disse que antes da vinda da Missão da UNESCO que avaliará os projetos depois de elaborados será necessário que seja escolhido terreno para construção das escolas que ainda não o tiverem; o Grupo Executivo deverá colher o maior número de dados possível sobre os locais com probabilidade de serem comprados para as construções.

O representante da DEI tomou a palavra e fez uma explanação sobre o regime de manutenção das escolas técnicas. O Governo de São Paulo tem o maior interesse em que duas escolas, a de Santos e a de Mococa participem do financiamento. O projeto referente às Escolas de Campos, Pernambuco, caso seja considerado como integrante do plano deverá ser adequado às normas do BIRD.

Quanto ao DEA seu representante disse que as escolas de nível ginásial deveriam ser adaptadas à nova filosofia. Portanto o financiamento seria destinado à formação de técnicos de nível médio (nível colegial). É o primeiro auxílio internacional do 2º ciclo que recebem embora já tenham convênio com outros órgãos internacionais. Citou também a Portaria nº 667 de 19/9/68 que regulamenta os ingressos nos Ginásios agrícolas. Diz a citada portaria que: Os colégios agrícolas subordinados à DEA não mais farão exame de admissão ao ciclo ginásial (agrícola) que será extinto gradativamente. Os ginásios agrícolas que, por motivos diversos, não passarem a colégio serão destinados a ginásio polivalente ou vocacional ou orientado para o trabalho.

CONCLUSÕES:

- 1) - Formação de Um Grupo Executivo para dar assistência aos Estados envolvidos no programa de financiamento MEC - BIRD;
- 2) - Realização de um curso para os Grupos Executivos Estaduais para o Grupo Executivo Federal e funcionários das Diretorias que participam do projeto.
- 3) - Composição e definição dos objetivos dos Grupos Executivos.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

## SECRETARIA GERAL

ASSUNTO: Financiamento - BIRD

DATA: 17.12.68

LOCAL: Secretaria Geral

HORAS: 20 horas

PARTICIPANTES:

EDSON FRANCO - Secretário Geral do MEC  
CHRISTO GERMANACOS - BIRD  
APHONSE SHIBUSAWA - BIRD  
RICARDO TELEZ MOLINA - BIRD  
JACQUES TORFS - BIRD  
WANDERLEY DO PRADO BARRETO - DEA  
HELIO LOBATO VALLE - DEA  
ALCYR DE SOUZA COELHO - DIV.OBRAS  
DIRCIO LIMA GUILHON DE OLIVEIRA - DIV.OBRAS  
JEREMIAS PINHEIRO DA CÂMARA FILHO - DEI  
JOAQUIM CORREA MIRANDA - DEA  
FAUSTO MACHADO FREIRE - SG/DIPLAN

ASSESSORIA:

ITANA MORAES - SG/SE  
MARIA ELIZA CARRAZONI - SG/DP  
VERA BANDEIRA DE MELLO

INTERPRETE:

DALSTER DE ALMEIDA

1. Ao dar início a sessão, o Sr. Germanacos apresentou algumas sugestões, decorrentes de observações feitas em face do andamento dos trabalhos para elaboração dos Projetos de FINANCIAMENTO/BIRD, quanto à:

1.1 DEFINIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

a) Grupo de Trabalho Interministerial (definido pela Portaria nº841 de 26.11.1968.

b) GRUPO EXECUTIVO FEDERAL

- levantar e coligir dados
- assegurar às Diretorias Técnicas, matéria de assunto geral
- contactar com os Estados, prestando assessoramento

c) DIRETORIAS DE ENSINO TÉCNICO: DEA/DEI/DES

- montar os projetos definidos
- executar trabalho técnico quanto à elaboração dos projetos

d) DIVISÃO DE OBRAS

- montar o projeto físico dos ante-projetos
- executar trabalho específico prestando assessoramento às Divisões Técnicas.

1.2 ELABORAÇÃO DA 1ª PARTE DO PROJETO:

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) - do Ministério do Planejamento, tem, praticamente preparado, os dados relativos à 1ª Parte do Projeto. Bastaria um contacto oficial solicitando auxílio reg se campo para que o IPEA se pusesse em ação.

1.3 COLABORAÇÃO DA USAID:

A USAID poderia empregar verbas em pagamento de pessoal técnico especializado, para auxiliarem na colaboração dos projetos. A escolha do pessoal técnico, seria feita pelo Ministro da Educação e Cultura.

2. Coube ao Prof. Edson Franco, prestar as seguintes informações, tendo em vista as sugestões apresentadas pelo Sr. Germanacos:



2.1 IPEA E ELABORAÇÃO 1ª PARTE DOS PROJETOS:

Estava pronta uma correspondência, para ser assinada pelo Sr. Ministro, na qual se solicitava a cooperação do IPEA e sua equipe técnica.

2.2 SUPORTE TÉCNICO:

Estava minutada uma proposta, que seria levada ao Sr. Ministro, sobre a contratação de pessoal técnico, cujos vencimentos seriam financiados nos 4 primeiros meses pelo MEC e o restante pelo Banco Mundial, tendo em vista a elaboração dos Projetos.

Para efetivação desta proposta, lembrou o Prof. Edson Franco, - que no relatório que seria apresentado pela Missão ao Banco Mundial, um dos pontos a ser considerado seria a necessidade de um suporte técnico.

- pessoas que pensam em educação
- pessoas que planejam educação
- pessoas que se dedicam a educação

O problema de arripiar pessoal técnico especializado, no Brasil é difícil, como bem pode constatar a própria missão,

3. O Sr. Aphonse Shibusawa, declarou que achava viável o financiamento específico para manutenção da equipe técnica, se o valor fosse incluído no custo total do projeto e somente após a assinatura do financiamento.

4. RECOMENDAÇÕES FINAIS DA MISSÃO - BIRD

4.1 Que o MEC aguarde correspondência do Banco Mundial - (3 vias)

1a.v - Gabinete do Ministro

2a.v - Secretaria Geral

3a.v - Representação do Banco Mundial

4.2 Que após o recebimento da correspondência do BIRD, que remeta informações sobre:

a) confirmação do Estado de Goiás em participar do financiamento. Caso negativo o Ministro deve decidir sobre a inclusão de Mato Grosso ou Maranhão, no Projeto.

b) andamento dos trabalhos (evidências)

4.3 Que em meados de março viriam 2 técnicos do Banco Mundial: 1 educador e 1 arquiteto, a fim de constatar a montagem dos projetos.

4.4            Quo em face do prosseguimento dos trabalhos os técnicos do Banco Mundial (2), enviarão telegrama a Washington e então viria o resto da Missão ou sejam:

2 Economistas

1 Educador

1 Arquiteto

2 Técnicos em Ensino Industrial

2 Técnicos em Ensino Agrícola

Perfazendo um total de 10 elementos, que serão agrupados em 2 equipes.

5.            CONOGRAMA DE ATIVIDADES

- 5.1 - Reuniões semanais do Grupo de Trabalho Interministerial
- 5.2 - Reuniões semanais do Grupo Executivo Federal
- 5.3 - Reuniões conjuntas dos Grupos (2)



VI - EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

## VI - EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

## 1. Introdução:

Na 2a. fase dos entendimentos entre o Banco Mundial e o Ministério da Educação e Cultura, a coordenação entre a esfera federal e a estadual, objetivando uma perfeita integração na tarefa da elaboração dos projetos, requereu uma série de providências de ordem técnica e administrativa, desempenhadas por uma equipe especialmente designada pelo Secretário Geral do MEC, professor Édson Franco.

## 2.2 - Atividades desenvolvidas:

- a) - Convocar reuniões
- b) - Estabelecer e manter comunicação entre a Secretaria Geral, as Diretorias do MEC e autoridades estaduais, através de:
  - i - radiogramas / retemecs
  - ii - telex
  - iii - telefonemas
  - iv - ofícios
- c) - Providenciar instalação de serviço de som, e assessórios necessários, no Auditório do C.F.C.:
  - i - microfones
  - ii - gravadores
  - iii - equipamento para tradução simultânea
  - iv - quadro-negro
- d) - Preparar documentos de trabalho/BIRD e outros complementares.
  - i - tradução e adaptação
  - ii - datilografia
  - iii - reprodução em mimeógrafo
  - iv - montagem de pastas especiais
- e) - Supervisionar os trabalhos em plenário:
  - i - taquigrafia



- ii) - tradução simultânea
- iii) - atendimento aos participantes:
  - distribuição de material
  - informações
  - serviço de bar
- f) - Elaborar relatório final
- g) - Enviar o relatório e documentos finais aos Participantes do Seminário.

### 3. - Pessoal:

- a) - Coordenação ( Maria Elisa Carrazzoni  
( Itana Moraes
- b) - Tradução de Documentos: Maria Elisa Carrazzoni
- c) - Serviço de Tradução simultânea - Dalster de Almeida
- d) - Serviço de Taquigrafia: ( HÉlvio Martins de Souza  
( Manuel Pedro Lopes Júnior  
( Sam Feitel
- e) - Serviço de Datilografia: Luiza Lino da Silva
- f) - Serviço de mimeógrafo: Marino Cardoso dos Santos
- g) - Serviço de Secretaria: Vera Bandeira de Mello
- h) - Serviço de Som : Joel Silva Martins
- i) - Serviço de Atendimento: ( Ada Lúcia Gomes  
( Antônio Washington Laureans  
( José Raimundo Ribamar Ferreira.

-X-X-X-X-X-X-X-X-

Relatório elaborado por :

Maria Elisa Carrazzoni  
Itana Moraes

ANEXO :

TRABALHOS TAQUIGRÁFICOS



SECRETARIA GERAL  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO MEC/BIRD

DIA: 16/12/68  
HORA: 14.30 às 17.30hs.

-X-X-X-X-X-

O SR. CRISTO GERMANACOS - Senhores e Senhoras, hoje de manhã tratamos de certos setores, de certas seções do que nós conhecemos como parte primeira do pedido do Governo ao Banco Mundial, a parte n. 1 das informações básicas para dar uma estrutura ao projeto em si. A parte n. 2 descreve um projeto em detalhe. De maneira que, de manhã, nós cogitamos das bases em torno dos critérios do Banco, daqueles aspectos que dizem respeito à questão da mão-de-obra, financeiros em geral, da Nação ou do Estado.

Saio do assunto para perguntar se está presente um representante do Distrito Federal. Há aqui algum representante do Distrito Federal? (Pausa) No momento, não.

Esta tarde vamos tratar de outro aspecto da parte primeira: a educação e o sistema de treinamento, o sistema de orientação.

Mais uma vez, quero lembrar que a matéria será apresentada em dois níveis, separadamente. O grupo federal de trabalho cuidará do esforço educacional geral do Brasil e o grupo estadual de trabalho se dedicará apenas à questão ou ao problema do esforço estadual da educação naquele Estado específico. Gostaria de lembrar que, se alguma coisa que cabe ao Estado é também da esfera do Governo Federal, é requisito do Governo Federal, não há necessidade da repetição pelo estadual. Por exemplo, se o currículo do ginásio é organizado pelo Governo Federal, este dará a informação na seção federal do pedido e o grupo de trabalho do Estado / simplesmente mencionará que tal currículo é o mesmo do relatório do Governo Federal. Em outras palavras, os grupos de trabalho dos Estados têm / muito menos a fazer do que o de âmbito federal.

Gostaria de fazer uma distinção entre educação e treinamento. Por educação queremos significar qualquer tipo de instrução ou de ensino dado dentro do sistema formal e educacional do País ou do Estado, pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Educação. Treinamento, em nossa opinião, são atividades executadas pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Educação, por outros Ministérios, de treinamento básico de pessoas para funções específicas, fora do sistema formal / escolar. Assim, o SENAI realiza treinamento. O mesmo faz o SENAC. Se uma grande empresa, uma grande indústria, no Brasil, tiver um programa



de treinamento para seu próprio pessoal, isso é treinamento. É fora do sistema, a formal de educação.

A primeira coisa que queremos saber sobre sistema educacional é a legislação. Por isso mesmo, quero um resumo das partes / importantes, das partes críticas da Constituição ou das leis estaduais que se relacionam com a educação e o treinamento. Os Senhores façam um resumo. Em anexo a isso, cópia das leis. Não é necessário copiar toda a lei. Se houver dez leis referentes a educação, façam um resumo. Esse resumo não deve ter mais de uma página, podendo ter, no máximo, duas páginas. É isso o que queremos quando falamos em legislação: uma ou duas páginas de toda a legislação e depois anexem o documento relacionado. A palavra "lei" significa norma, regulamento, decreto, tudo isso. Se o Governo Federal ou o Governo estadual está considerando uma nova lei, um novo decreto, um novo regulamento que afete vitalmente o sistema educacional, os Senhores devem dar uma explicação completa do que está sendo examinado, embora não seja ainda um diploma legal. Talvez esteja em estudo uma proposta de decreto, de lei, no sentido de modificar o sistema educacional primário, ginasial, colocar a escola técnica, a escola secundária, a escola normal em nível colegial de escolas integradas. Se isso estiver sendo considerado seriamente, deve ser explicado.

Outra coisa que queremos saber é quem controla a educação. Isso talvez seja uma coisa muito difícil de responder, no Brasil. Segundo entendo, os Senhores têm controle federal, controle estadual, controle municipal, controle particular, outros controles, não sei. Importante é dar uma idéia das funções e responsabilidades de cada uma dessas autoridades; dêsses poderes de controle e, também, mostrar a relação entre essas autoridades. Na esfera estadual, o Estado indicará as autoridades dentro do Estado: Estado, municipalidade e particular. O Estado mostrará as funções e responsabilidades e o tipo de controle de cada entidade em separado e as relações entre elas. Por exemplo, ainda não compreendi que controle o Governo Federal exerce sobre a educação particular ou que controle a Secretaria estadual de Educação tem sobre a educação particular. Eu li e vi muitas coisas, mas não entendo. Os Senhores, em um ou dois parágrafos, talvez possam escrever, precisamente, o que isso significa. Nós queremos, então, o organograma da estrutura administrativa do Ministério da Educação ou das Secretarias de Educação; um organograma, mostrando os vários departamentos, mas não entrando muito em detalhe, os principais departamentos, as principais seções responsáveis no Ministério e nas Secretarias de Educação. Gostaríamos, pois, de receber, acerca de cada um dos Departamentos, uma pequena declaração, uma pequena explicação / sobre o que é, suas principais funções e responsabilidades. Sobre dois departamentos gostaríamos de ter um quadro mais completo. Se houver um Departamento de Planejamento, gostaríamos de conhecer suas funções responsabilidades e atividades. Nos Estados, talvez não exista um setor de planejamento. Mas, sempre que houver tal função, queremos uma explicação completa. Gostaríamos de saber, também, sua força, isto é, o Departamento de Planejamento consiste de dois educadores, um economista, um estatístico, dois sociólogos, um mensageiro e um chofer. Este é o primeiro departamento de que precisamos ter dados completos. O segundo departamento, sobre o qual necessitamos, também, conhecer dados completos, é o Departamento de Construções, se houver, no Ministério e nos Estados. Existe no Ministério da Educação, existe em Sergipe, eu sei. Mas, se os Senhores têm um Departamento de Construções, queramos os mesmos detalhes completos: as funções, as responsabilidades, as atividades, a força; quantos arquitetos,



quantos engenheiros civis, quantos desenhistas etc.

Terceiro grupo a respeito do qual desejamos saber alguma coisa é o Serviço de Supervisão, que os Senhores poderão chamar de inspetores, os supervisores federais e os supervisores estaduais; quantos para o ensino primário, quantos para o ensino secundário ou médio, quais / as suas funções, quem executa essas funções, quais os problemas particulares que enfrentam. Um país da América Latina tem dois supervisores. São muito bons, mas não têm dinheiro para viajar. Então, eles supervisionam a sala do Ministério da Educação e não as escolas. Qual a vantagem de ter supervisores assim? Talvez possamos ajudá-los nessa situação, se tivermos conhecimento dela.

De maneira que isso é que queremos saber no que toca à parte administrativa do Ministério ou da Secretaria de Educação de cada Estado.

O próximo aspecto que desejamos ver esclarecido refere-se à estrutura, ao sistema. Qual é a estrutura geral? Segundo entendo, a estrutura geral inclui primário, ginásio e colegial, nesta ordem de prioridade. Se for a mesma estrutura nos Estados, não se preocupem: simplesmente, digam que é igual à apresentada pelo Ministério da Educação. Se for diferente a prioridade, como acontece em São Paulo, em que, segundo / penso, temos seis anos de primário, então teremos de fazer o nosso próprio gráfico, a nossa própria tabela. Mas será primário, ginásio etc., justamente para não se começar a se subdividir - 1, 2, 3, 4 - e, quando chegarmos ao ensino superior, teremos várias subdivisões. Se o sistema for o mesmo, se for igual a estrutura, ou aproximadamente a mesma que está incluída na proposta federal, não se preocupem. Se for diferente, por favor expliquem. Novo diagrama para um Estado, se diferir da proposta federal.

Uma vez recebido isso, queremos saber, então, as matrículas em cada um desses níveis de ensino - primário, ginásio, colegial, superior. Se possível, queiram dividir por particular, federal, estadual, municipal. Nós queremos estes dados para 1966. Isto eu disse aos Senhores, hoje de manhã. Eu vi todos esses dados em folheto estatístico do Ministério da Educação para 1966. Mas, ao nível estadual, gostaríamos de receber outros detalhes a respeito das escolas do Estado que não estão incluídas no folheto apresentado pelo Ministério da Educação. De maneira que isto talvez seja necessário: os Estados apresentarem tabelas detalhadas sobre as matrículas, por série, por sexo, por idade, para seu próprio Estado. Nós sabemos dos dados para todo o país, mas não temos a informação para cada um dos Estados.

A próxima parte que queremos saber é currículo. Qual é o currículo do primário? Qual é o currículo do ginásio, no momento presente? Qual é o currículo do nível colegial? Qual é o currículo do ensino / agrícola, industrial etc.? Muitos desses dados os Senhores já têm. Aqui há um, ali há outro. Muito do material que estamos pedindo já existe disponível, por exemplo, em 1966, documentos existentes tanto no Ministério da Educação, como nas Secretarias de Educação. Nós vimos esses documentos. Nós vimos pilhas de documentos, todo tipo de trabalho que os Senhores possam imaginar. O que os Senhores têm de fazer é rasgar no livro e colo



car em sua pasta, em seu dossiê. Apenas isto. Nem tôdas as escolas têm o mesmo currículo. A Escola Agrícola de Sergipe talvez tenha currículo um pouco diferente da Escola Agrícola de Santa Maria. Não importa. Anotem um que seja típico, um currículo típico. As modificações dependem da ecologia da região. Não importa se houver muitas variações. Que dessem, em todo caso, um currículo típico. Os Senhores terão uma fôlha assim como esta para cada tipo de escola do Estado.

O próximo ponto é o programa de estudos. Qual o conteúdo do programa de História no ginásial, por exemplo. Qual a matéria do programa de história no nível ginásial, qual o programa da matéria de aritmética na primeira, segunda, terceira, quarta série do curso primário. Também existem estes dados, até certo ponto. Se eles existirem e se estiverem num volume, ponham num arquivo apropriado. Se quiserem fazer comentários, façam-bos. Mas os Senhores não precisam datilografar cinquenta páginas de programa de história do curso primário, se ele já está impresso num volume. Se não estiver num volume, escrevam uma palavra acêrca do que é a matéria de um programa de estudos em uma escola específica. Talvez os Senhores perguntem: Por que querem isso? Queremos verificar / que pontos os Senhores ensinam na escola, relacionados com seus objetivos educacionais, sua filosofia educacional, se estão de acôrdo, se estão combinando. Queremos saber se o programa de estudos está relacionado com a capacidade média de idade, ou a capacidade mental da criança que tem de estudar essa matéria. Quanto a isto, permitam-me fazer um comentário, falando entre amigos, espero. Fiquei horrorizado, no ano passado, em junho, quando estive aqui, ao ver o que os Senhores estão ensinando em suas escolas primárias. Os Senhores estão esperando que crianças de sete anos de idade, no Brasil, façam o mesmo que, em todos os outros países que conheço, na Europa, na América do Norte, em outras partes do mundo, esperamos que crianças de dez anos realizem. Eu sei que os Senhores são altamente inteligentes, eu sei que os Senhores têm imaginação muito criadora. É minha imaginação sôbre os brasileiros. Mas não me digam que, em média, os Senhores estão três anos adiantados, em inteligência, em relação às crianças de outros países. Não acredito. Talvez estejam um ano adiantados. Posso aceitar até dois anos. Mas três, não. Ginásial ou colegial não são a mesma coisa. Fico surpreso, por exemplo, ao ver que os estudantes que concluíram o colégio raramente ingressam na faculdade sem um ou dois anos de preparatórios. Há alguma coisa errada: ou o sistema de educação secundária não está alcançando o padrão desejado ou então o nível superior está começando em padrão muito alto. Uma dessas duas coisas está errada. Não sei qual. Talvez as duas juntas. Em outras palavras, o que falta em seu sistema educacional é uma articulação. Não há uma verdadeira conexão entre o que se ensina na escola secundária e o que se ensina na faculdade. Essa articulação, creio, está faltando. O nível do vestibular é para preencher essa falha. Mas isso, Senhores e Senhoras, nada tem a ver com o nosso tópico de hoje a tarde.

Outra coisa que queremos saber é quanto tempo as crianças ficam na escola. Quantos períodos por semana, quantos períodos por dia, quantos dias na semana, quantos dias no ano. Os Senhores terão notado que usei a expressão período e não a palavra "hora". Em alguns países, o período é de 45 minutos; em outros, de 40 minutos; em outros, de 50 minutos; em outros, de 55; em outros, de 60. Se usarem hora, não sei a que os



Senhores se referirão. Por favor, declarem, então, expliquem, cuidadosamente, que um período significa tantos minutos, que a palavra "hora" representa um período de tantos minutos. Por exemplo: os Senhores dizem que o professor ensina 24 horas por semana. Que significa isso? Significa 24 períodos de 50 minutos. Ele não está trabalhando 24 horas, e, sim, 23 horas. Fiz a pergunta, apenas, para mostrar que o que os Senhores sabem eu não posso saber, a menos que os Senhores definam o que quer dizer. Por favor, definam o que quer dizer hora de 60 minutos ou que cada período de contato com a classe significa tantos minutos. Esclareçam, por favor. Definam. De Estado para Estado pode ser diferente.

Segundo ponto: quando os Senhores declaram o número de dias de trabalho escolar por ano, esclareçam, por favor, se estão incluindo os períodos de exames ou não. Se os Senhores dizem 180 dias de trabalho mais 15 dias de exames ou 180 dias, incluídos 15 dias de exames. Se o documento não explicar, não vou saber. Por favor, queiram tornar bem claro, no tocante à esfera federal e à esfera estadual.

O próximo item refere-se às atividades de outros Ministérios ou organizações que se preocupam com educação e treinamento. Por exemplo, o Ministério da Defesa talvez tenha colégios militares, em que os filhos de militares, aos 10, 11 anos de idade, recebem educação ginásial e, depois, colegial, juntamente com treinamento ou tática militar. Se os Senhores tiverem isso, essa escola de treinamento e educação em nível ginásial, então devem dizer o que o Ministério do Exército está fazendo. Com relação ao Ministério da Saúde, talvez esteja ele dando treinamento a médicos. Tem uma idéia do que esse pessoal está fazendo, está gastando anualmente em suas atividades de treinamento? - Certamente, minha experiência em outros países me ensina a não fazer esta pergunta aos militares. Pode-se perguntar a eles quantos estudantes estão sendo educados no nível ginásial, mas não se pergunte a eles quanto custa esse ensino. Nenhum país do mundo dará essa informação. Temos o SENAI, o SENAC, temos o SETAC, uma série de organizações que estão dando um tipo de treinamento. Queremos ter alguns detalhes sobre isso: o número de pessoas que frequentam esses cursos, o número de adolescentes e adultos, alfabetização de adultos etc. / Apenas algumas linhas, uma tabela. Não precisa ser muito grande a informação.

Chegamos, agora, ao ponto mais importante de todos. Quais são os seus planos e programas educacionais? Já existem? Isto os Senhores devem informar com alguns detalhes. Como é que os Senhores vão em educação? Qual é a estratégia desse plano? Por que? Como? Quando? Onde? Se os Senhores tiverem um plano e um programa, sugiro que incluam esses volumes, conforme estão, no arquivo ou na pasta especial de planos e programas. Então, me escrevam suas interpretações e análises sobre isso, porque se trata de coisa que deve estar pronta muito antes da chegada da missão. Antes da missão chegar, queremos saber como os Senhores vêm seu próprio plano. Num Estado que visitei, a Secretaria de Educação não dispunha de um plano, mas havia um plano esquematizado, em preparo e incluído no plano econômico do Estado. Se os Senhores não tiverem um plano educacional, usem esse que está no plano econômico.

No caso do planejamento federal, certamente os Senho-



res têm dois volumes preparados pelo IPEA, têm um plano trienal e têm um documento, de cujo nome não me recordo agora, que também explica o planejamento. Há a considerar, ainda, o Distrito Federal e os Estados. Esse documento está agora sendo revisto. Dá a filosofia, os objetivos do novo ginásio. Sei que está sendo revisto com muito cuidado. De maneira que essa própria revista deve entrar em pasta especial de planejamento, por que isso, eu creio, não está ainda aprovado. É apenas uma proposta. Para mim, como planejamento educacional o mais importante a ser feito pelo grupo de trabalho é essa parte de planos e programas. Se isso não for feito, será difícil justificar qualquer projeto. Lembro mais uma vez que, se os Senhores não têm um plano no momento, não é preciso pensar em termos de um plano detalhado, completo, cobrindo todas as atividades educacionais do país ou do Estado. Será suficiente para nossos fins, para nosso objetivo um plano em esqueleto, um plano provisório, explicando onde espera estar a educação primária em 1976, onde espera estar a educação secundária em 1976. Também um esboço de plano que deve incluir metas. Em primeiro lugar, quantidade; em segundo lugar, formas de obter melhor qualidade. Um esboço da forma como os Senhores estão pensando realizar. Relacionem: 1, 2, 3, 4. O custo geral.

Neste título, há um último ponto que desejo expor e é o segundo em importância. O mais importante, eu disse, é plano e programa. A propósito, todos os Senhores entendem a diferença entre plano e programa. Se não sabem, quero explicar. Digo isto porque, numa reunião da UNESCO, muitos especialistas que conheci lá não sabiam a diferença. Portanto não é nada demais ignorar. Suponhamos que os Senhores estão trabalhando num plano de 66 a 76. Os dados mais recentes de que os Senhores dispõem talvez sejam de 1966. Estão trabalhando em suas metas para primário, secundário e superior. Estou simplificando bem. Entendam. Os Senhores estão elaborando essas metas. Não vou entrar em detalhes de como os Senhores vão estabelecer essas metas. Vamos supor que já tenham feito isso de maneira adequada, e as metas sejam X, Y e Z. E, neste momento, as matrículas para 66 sejam A, B e C. Imaginemos que isso já foi feito. Naturalmente, os Senhores têm que dar essas matrículas, têm que fornecer essas matrículas. É um dado muito simples. Vamos supor que isso seja 10.000. Isso significa que, para 10.000, os Senhores precisam de 10.000 novos lugares em escolas secundárias, tendo cada escola secundária um turno apenas. Os Senhores precisam de 10.000 lugares. Ora, isso é o que os Senhores têm de programar, dando, para cada ano, informação sobre quantos lugares vão precisar. Isso é simples. De 66 a 76 são 11 anos. Vamos dizer 10 anos, para tornar mais fácil o cálculo. Dividindo 10.000 por 10, têm 1.000. Muito simples. Mas não é. Sinto muito. Não funciona assim. Aqui é que é necessário um verdadeiro planejamento para fazer esse programa. Quem planeja nunca tenta planejar ou programar apenas em cinco anos. É muito difícil para mim entrar na outra parte, na outra fase. A proporção não é a mesma. É mais ou menos assim. Quer dizer, programar é descobrir, é achar o que tem de ser feito cada ano dentro desse plano, até chegar a 76. Então, isso é muito difícil ainda, considerando o alcance das reformas educacionais que os Senhores têm em mente, o impacto, no primeiro ano, do número de matrículas, para decidir, então, quando introduzir essas reformas, se em 70, em 71, em 73. Ora, é aqui que podemos economizar milhões de dólares ou jogar fora milhões



de dólares. O planejamento pode economizar para o Brasil milhões de dólares ou pode jogar fora milhões de dólares. Esta a diferença entre planejamento e programação, plano e programa.

De maneira que a minha primeira prioridade é plano e programa, mesmo em esboço. Em segunda prioridade estão os professores. Onde estão os professores? De onde vêm eles? O Banco não discutirá um projeto a menos que os Senhores mostrem que a fonte de suprimento de professores é certa, é garantida, está ali, ou estará ali em um ano, em dois anos. Há outro fator. Impõe-se um bom planejamento nacional. Não se pode ter um programa isolado. Programa de construção deve mover-se juntamente com o programa de treinamento de professores. Programa de construção de escolas profissionais deve também progredir juntamente com a secundária. De maneira que estamos num vácuo completo. O critério bancário exige que os mestres, os professores tenham o treinamento necessário, para proporcionar o número preciso. Mais uma vez registro que no Brasil acontece coisa muito estranha. No ensino superior estão formando número necessário de professores para os colégios e ginásios, mas temos percentagem muito pequena dos formandos universitários nas escolas secundárias. Que está acontecendo? Que estão fazendo eles? Os Senhores estão produzindo mais do que precisam, mas as escolas têm proporção muito baixa de professores capacitados. Os professores não estão indo para as escolas. Por que? Salários? De maneira que, quando falamos de programa de treinamento de professores, falamos em termos de reforma ou modificação legislativa ou ministerial que atraia para as escolas o pessoal qualificado, treinado. Em São Paulo, estão produzindo talvez mais professores ginásiais do que os necessários. Estão eles nas escolas? Se não estão, esse programa não satisfaz. Impõe-se uma mudança nas leis, na administração de modo a atrair os professores que estão sendo treinados para as escolas. Não é suficiente dizer que, em 71, precisarão do número X de professores e o centro de treinamento de professores proporcionará o número X de professores. Precisarão mostrar que esse número X de professores vai lecionar, de fato, nas escolas. Isto o que queremos dizer por programa de treinamento de professores e não apenas uma questão de construção de centro de treinamento de professores. É a questão da segurança de que os professores vão para as escolas lecionar.

Se os Senhores tiverem alguma pergunta, estou à disposição.

Este calor sugere-nos uma coisa. Se os Senhores perguntarem se, no interior do Brasil, nas bibliotecas escolares, devem ter aparelho de ar condicionado, nós concordaremos. Os Senhores incluam isso no projeto das bibliotecas escolares.

Os Senhores têm alguma pergunta? Os Senhores podem fazer perguntas, podem fazer comentários, podem discordar. Eu adora isto. Eu gosto de brigar.

Nós nunca esperamos receber tôdas as informações. Mas esperamos ver um esforço em obter uma informação. Segundo eu disse antes, grande parte desses dados já existe, já está à disposição. Grande parte dessas informações se encontra num relatório que escrevi em 68, baseado em documentos que encontrei no Ministério da Educação e nos Esta-



dos. Informação existe, não tôda, mas a maior parte dela.

UM SR. REPRESENTANTE (1) - Espera-se que o grupo de trabalho de nível federal coordene os dados que serão fornecidos pelos grupos estaduais. Pergunto se não haveria a conveniência de que êsses / grupos estaduais trabalhassem segundo os mesmos modelos, para facilitar êsse trabalho de coordenação do grupo federal.

O SR. CRISTO GERMANACOS - A resposta é afirmativa.

UM SR. REPRESENTANTE (1) - Neste caso, deveria êsse grupo de âmbito federal elaborar êsses modelos, inclusive de tabelas. Eventualmente, poderíamos esperar que a UNESCO já nos fornecesse, a título de sugestão, algumas tabelas.

O SR. CRISTO GERMANACOS - Não vemos razão pela qual o grupo de trabalho federal não pudesse fazer modelos gerais de que os Senhores precisam para o Brasil e para os Estados. O mesmo quanto às tabelas. Se os Senhores quiserem modelos para os Estados, façam. O grupo federal poderia sugerir modelos que os Estados usariam ou não. De qualquer forma, quando a missão técnica chegar aqui, desde que estejam / aqui os dados ajudariam os Senhores a colocar a forma apropriada.

UM SR. REPRESENTANTE (2) - Pergunto se já há alguma experiência dêsse tipo de consulta na América Latina.

O SR. CRISTO GERMANACOS - A maior experiência tem sido na América Latina.

UM SR. REPRESENTANTE (2) - Se já existe um plano, nós gostaríamos de conhecer, para poder, então, o Governo Federal fazer as recomendações aos Estados. Nós teríamos o ponto de partida para o Estado.

O SR. CRISTO GERMANACOS - Acho que o melhor plano e programa que vi em tôda parte do mundo foi o de Trinidad.

UM SR. REPRESENTANTE (2) - Eu queria era uma fonte / de informação, para que nos pudéssemos basear, para recomendar aos Estados êsse projeto.

O SR. CRISTO GERMANACOS - Eu diria que era fonte básica de informações com o mencionamento de metas seria o plano central / dar as metas de nível nacional e os Estados dizerem se podem passar ou vão ficar abaixo dessas metas, mostrando, então, o que pretendem fazer. Estamos tentando buscar as idéias. Nós utilizamos, em grande parte, as suposições feitas no plano nacional. Pelo menos eu vi as suposições feitas ali no plano nacional. São Paulo, por exemplo, tem suposições diferentes. Mas não tem importância, desde que saibamos quais são as suposições.

Pergunto se está presente o representante do Distrito Federal. Indago, também, se Mato Grosso está representado. Quero ter um encontro com o representante do Distrito Federal hoje à tarde, depois desta 7



reunião. Com o representante de Mato Grosso eu falaria agora.

O SR. JACQUES TORFS - Vamos falar a respeito de dados sobre construções mobiliário e equipamento.

Gostaria de saber uma coisa: os Estados onde a Secretaria de Educação também está encarregada da construção. Brasília, São Paulo, Sergipe. Onde não tem uma Secretaria encarregada da construção / queira tomar nota para dar as informações necessárias à Secretaria de Obras que está realizando as normas em seus Estados. Acho que todos / têm esses documentos que chamo informação básica sobre construção de edifícios para a missão preparatória de projetos BIRD/UNESCO. É um trabalho geral para todos os países. Entre as informações básicas, desejo comentar que a missão deseja ter uma documentação em forma de tabelas, com o mínimo de comentários. Ou tabela ou a própria legislação relativa / ao setor, sobre o problema legal.

Serviços técnicos profissionais. Aqui se deveria fazer / uma descrição de todos os instrumentos que podem ser aproveitados para realizar, executar as normas de construção nos vários serviços oficiais, explicando, também, o que podem fazer as empresas privadas.

Isto pode ser muito importante para o Banco. Mas acho que existem algumas diferenças.

Normas sobre planos de edifícios escolares. Este é um ponto sobre o qual queremos dados. Existe em cada Estado, acho, alguma regulamentação ou alguns dados sobre o número de metros quadrados por aluno. Mas isso, geralmente, é uma coisa confusa. Recebi, por exemplo, dados do Rio Grande do Sul que indicavam que havia 1m<sup>2</sup> de construção por aluno de escola primária. Na realidade, tem mais. Em cada escola há 2m<sup>2</sup>, porque trabalha com dois e três turnos. São 2m<sup>2</sup> para dois ou três alunos durante o dia. Quando se divide o número total de alunos para superfície quadrada disponível para os alunos, o resultado dá 1m<sup>2</sup> por aluno. Neste caso é necessário aclarar as coisas. Descrever as normas, o número de metros quadrados em construção por aluno e turno. Quer dizer, se houver mais de um turno, qual seria o número de alunos, o número de pessoas prováveis. Dividindo o número de alunos por metro quadrado, temos as normas de construção.

Aqui, têm demais dados técnicos: dimensão das janelas, altura do teto, normas sanitárias, serviços de água, métodos que se utilizaram para evacuação das águas residuais e pluviais. Estes são tipos de informação geral. No planejamento específico das unidades escolares, deve ser feita referência a uma norma local. Não vamos melhorar a norma local de 5 mil por cento, mas desejamos obter o nivelamento das normas. Este dado é importante para calcular as despesas possíveis e para verificar os elementos sobre investimentos e gastos, despesas de capital.

Em outras normas, aqui problema para os arquitetos, temos normas de resistência das construções, proteção contra a luz solar, métodos de ventilação que se usam e que se poderia usar. Acho que se falou da possibilidade de aproveitar ar refrigerado para as escolas. São coisas que podem ser consideradas.



Capacidade de construção. Chegamos a um problema mais complicado. Indicar o valor anual dos trabalhos de construção realizados pela indústria de construção durante os últimos cinco anos. Penso que essas estatísticas não devem existir na maioria dos Estados. Dever-se-iam fazer algumas estimativas baseadas no número de licenças concedidas para edificação e ver se isso corresponde à realidade. Discutir esse problema com as autoridades municipais. Importante é chegar a uma indicação sobre a capacidade local de desenvolvimento e de construção, capacidade local da indústria de construção. Se num setor se vai planejar a construção de três ou quatro escolas simultaneamente, isso pode representar um esforço exagerado para a indústria local de construção. É uma possibilidade que eu sugeriria, de adoção de medidas intermediárias. Não é uma coisa que vá eliminar a possibilidade de construir as escolas, mas é necessário considerar a existência desse problema.

Contratistas (empreiteiros). Aqui há uma série de perguntas sobre o aproveitamento de firmas que estão construindo por contrato. Alguns Estados aproveitam firmas empreiteiras para fazer os trabalhos. É possível. Será necessário considerar a utilização de empreiteiros nos demais Estados. Mas é útil saber qual a situação desses empreiteiros. Se for necessário, desejável contratar, deve-se saber se existem empreiteiros, dar uma lista dos empreiteiros disponíveis e descrever o procedimento para a escolha.

Finalmente, temos uma pergunta aqui sobre a mão-de-obra especializada e não especializada. Estamos voltando às perguntas de tipo geral. Agora temos uma verificação. Esta pergunta é para avaliar a capacidade de construção da mão-de-obra local. Mão-de-obra especializada e não especializada: qual a situação do país no que se refere à mão-de-obra especializada e não especializada. Indicar se está igualmente distribuída por todo o país. Claro que não. Na maioria dos Estados, tem uma boa quantidade de mão-de-obra especializada nas respectivas Capitais. Nas pequenas cidades praticamente não há mão-de-obra para construção. Estes são pontos sobre os quais precisamos ter informação básica, não informação literária; se possível, apenas cifras e estimativas.

Procedimentos de concurso. Acho que tem expressão no particular a concorrência de obras. É necessário informar ao Banco sobre as técnicas utilizadas nas concorrências, na escolha de empreiteiros, se necessário. Acho que isso deve ser bem mais simples. Deve existir nas Secretarias de Obras a documentação pronta e esta é indispensável para julgamento pelo Banco.

A quem são submetidas as propostas? Quem as examina? Quem seleciona os empreiteiros? No Brasil existe um sistema muito complicado para fazer tudo isto e penso que o Banco não tem sugestão para completar; ao contrário, terá para simplificar o processo.

Documentos e tipos de contrato. Que tipo de contratos e que formas de pagamento aos empreiteiros são usados pelo Governo?

Novamente, são detalhes de tipo contábil, mas o Banco tem de saber como vai funcionar a coisa. Quem vai receber o dinheiro,



através de quem, quem vai controlar as despesas, quem vai fazer o controle contábil. Portanto, necessita o Banco de todas essas informações.

Há aqui, também, uma cláusula sobre seguros. Quem / vai segurar as obras em construção, se existem. O seguro será feito pelo Governo do Estado? A vantagem desta lista é que ela servirá para discussão e uma solução antes da chegada da Missão.

Construção e materiais. Características da arquitetura / escolar local. Assinalem-se as características dominantes da arquitetura escolar local no que se refere a: a) principais métodos locais de construção; b) principais materiais correntemente utilizados.

Creio que os arquitetos em cada Estado terão informações completas a esse respeito. Naturalmente, seria interessante solicitar ao arquiteto um a nota breve sobre os métodos locais de construção. Em toda parte métodos modernos são empregados. É preciso informar se tais métodos são mecanizados ou não, que tipos de materiais de construção / são geralmente utilizados. É preciso especificar que tipo de tijolo, de cimento etc.

Há aqui uma série de perguntas. Que materiais de construção são fabricados e podem ser adquiridos na região? Temos perguntas / também sobre importações desses materiais. Isto porque este questionário foi feito para diversos países, em alguns dos quais não existem certos materiais de construção. Isto não se adapta, pois, precisamente, ao caso do Brasil. Assim sendo, quando se fala em "importar", quer dizer "importar dos demais Estados". Um projeto de construção de escolas com o aproveitamento dos materiais locais tem um aspecto de estímulo da economia local. Mas há casos em que se torna necessário importar esses materiais de outros Estados. Será interessante saber por quê. Problema de impostos? De que ordem são esses problemas? É preciso especificar, para interpretação do projeto.

Quais os ônus de importação? Creio que isto não terá aplicação. É possível que alguns Estados, como o Pará, importem alguns elementos.

Importação dos principais materiais de construção. Para dar-se uma resposta adequada, deverá dizer-se "importação dos demais / Estados do Brasil". Ou melhor: "os materiais de construção podem ser obtidos em qualquer lugar do Estado ou importados dos demais Estados do Brasil".

Chegamos agora a um inventário das escolas. Isto vai ser mais difícil.

A pergunta novamente segue o conceito, a filosofia geral do Banco de que é impossível ter-se uma opinião sobre um projeto particular sem ter-se uma visão geral do quadro no qual existe o projeto. Pergunta-se, então, o número de escolas construídas nos últimos cinco anos,



com menção do número de matrículas, superfície total, custo, especificando se o projeto de construção foi estabelecido por um serviço oficial ou por uma firma particular. Tenho impressão de que para muitos Estados é difícil ou impossível dar uma resposta a este respeito. Mas é necessário tudo fazer para dar alguma informação, pois esta deve existir. Houve uma construção, houve um pagamento, houve movimento de despesas. Então, tudo isto deve estar protocolado, deve haver alguns papéis a ser possível produzir toda a informação aqui pedida. Acredito que não haja todos esses dados perfeitamente catalogados. Será necessário realizar pesquisas.

Em que condições se encontram os edifícios escolares / existentes e quais os principais fatores que influem nessas condições ? O estado geral das escolas, pintura das paredes, do teto, tudo isto tem de ser descrito, tem de haver uma avaliação do estado físico geral. Sei que alguns Estados têm isso. O Paraná, por exemplo, tem, de cada escola primária, uma fotografia que mostra as suas condições. Mas não o tem em relação ao ginásio e ao colegial. Entretanto, os inspetores, os supervisores devem ter uma idéia sobre as condições das escolas. Se não a têm, não estão trabalhando convenientemente, pois devem saber onde ficam as escolas e como funcionam, em que condições. Não é necessário apresentar um estudo completo de todas as escolas primárias / existentes.

Foi esquecida aqui uma pergunta que considero importante para o meio brasileiro. Muitas vezes, não existem as escolas do nível colegial ou não existem as primárias. Quer dizer, no mesmo local estão sendo dados dois turnos de primário e um turno de ginásio. Isto é um substituto por capacidade. Assimé que, se chegar aqui um técnico / que não esteja inteirado da situação, éle calculará a capacidade fazendo uma divisão pelo número de alunos, dando a cifra uma impressão de que há trinta alunos por sala de dois turnos com ensino ginásio. Éle calcula as existências atuais de salas de aula pela divisão do número de alunos por sessenta. Mas isso dará um resultado absolutamente falso. É necessário explicar isto, fazer uma reconciliação e dizer: na realidade, as existências objetivas de ginásios são tais. Ademais, possivelmente / 50% dos alunos só aproveitem o terceiro turno de uma escola. Será interessante, pois, fazer um cálculo oposto. Pode haver cinquenta ginásios, mas um turno desses ginásios ser aproveitado para escola primária. Não sei se existe esta situação em todos os Estados, mas sei que / isso se observa em pelo menos três deles.

Acho, portanto, que no item 4.51 deveríamos ter um item c: "qual o número de alunos dos ginásios e dos colégios que não têm escolas e que têm de aproveitar as salas de aula das escolas primárias?".

Serviços de que necessitam as escolas: água corrente, instalações sanitárias, conexão com o sistema de esgotos, caixa séptica, gás, eletricidade.

O Banco Internacional insiste neste tipo de serviços e de



seja ter sobre eles informações as mais detalhadas possíveis porque os considera parte importante do processo indicativo. Não é só para conformar-se às regras gerais sanitárias, mas porque o fato de dispor-se de todos esses serviços tem influência no sistema de educação do menino, do estudante. Aham eles que, quando se planeja uma escola, se deve assegurar que todos esses serviços são de primeira qualidade. Desejam saber também qual a situação desses serviços nos demais estabelecimentos. Se necessário, formularão algumas sugestões sobre o que deve ser feito nos demais estabelecimentos, nos que não terão financiamento do Banco.

Unidade uniformes de construção. A pergunta é se existem planos uniformizados, que sejam utilizados em todo o País, a respeito dos elementos dos edifícios escolares, por exemplo, grupos de salas de aula, oficinas, alojamentos de professores etc. Em caso afirmativo, indicar / em forma de tabelas os seguintes dados: tipo de construção, finalidade das salas de aula, dimensão, materiais utilizados, custo total por unidade de construção e por metro quadrado.

Penso que não há esses dados em nível da União, mas certamente eles existem em nível dos Estados. O engenheiro, o arquiteto da Secretaria aplica planos semelhantes em quase todas as partes. Acho que aqui no Ministério da Educação existe um grupo de construção escolar que deve orientar as idéias até a produção de planos uniformes para o País. Será necessário haver um intercâmbio de informações para completar a documentação sobre esses pontos.

Tipo de mobiliário escolar. Tipo de mobiliário que se utiliza normalmente. Se é fabricado no País ou se é importado. Também aqui "importado" quer dizer "importado dos demais Estados". Tem o Estado um escritório central de compras ou cada Secretaria adquire em separado seu mobiliário? Esse procedimento geral inclui os móveis e as listas de móveis ou contratos de construção? São detalhes sobre as tradições e os métodos utilizados.

Desejo insistir aqui sobre a necessidade de separar mobiliário de equipamento. Havendo dúvidas, será interessante solicitar do grupo de trabalho de nível federal a perfeita definição do que é mobiliário e do que é equipamento, porque existem alguns casos que são marginais.

Deseja o Banco saber também se existem tipos especiais, padronizados de mobiliário. Acho que sim, porque cada Estado tem para esse fim uma norma, que deve ser descrita.

Equipamento. Aqui há uma descrição, há uma idéia do que poderá ser classificado como equipamento. Fala-se nas classes de ciências afins: laboratórios de ciências gerais, de química, de física e de biologia. Desejam saber, por exemplo, quais são os equipamentos de bibliotecas, inclusive livros, que aqui são considerados como equipamentos.

Acho que equipamentos musicais, instrumentos musicais são equipamentos para as classes de educação musical.



Para as classes de comércio temos, por exemplo, nas classes de mecanografia as máquinas de escrever e de calcular como equipamentos.

Classificam-se também os equipamentos das classes de desenho, de artes e ofícios.

Eu vi uma Fundação de ensino médio que possui listas absolutamente completas de todos os equipamentos utilizados para todos os tipos de ensino. O que se precisa não é um inventário total de todas as existências, mas uma descrição do que se considera necessário para cada tipo de classe de desenho, para cada tipo de laboratório, para cada tipo de classe de ensino.

Temos aqui as perguntas para as artes industriais: oficinas de trabalhos manuais, em madeira, em metal etc. Está aqui uma lista completa. Quais as Secretarias de Educação aqui representadas que possuem listas do que precisa cada uma das classes especializadas ou não? Estou sendo informado de que existem e foram distribuídas, mas não sei se isto é exatamente o que o Estado deseja fazer.

Esperamos seja possível obter, neste passo, uma resposta bem completa, caso contrário ela poderá ser catastrófica. A Missão / não terá tempo de fazer colheita de todos esses dados. Precisamos saber e determinar as coisas que estão disponíveis e as que não estão disponíveis e não ter que perguntar se estão ou não disponíveis. Se não estiverem mencionadas, não estarão disponíveis. Assim deveria ser.

Acho que seria muito interessante indicar os custos, embora não estejam especificados nesta lista, porque tudo isto implica no conhecimento dos custos. Tendo o plano detalhado da construção da escola, deve ser muito fácil fazer a lista e dar o custo total. Os custos unitários são / tantos que não se justificaria um trabalho de meses e meses, com uma perda enorme de tempo.

A lista referente aos equipamentos para a parte não docente é também completa: serviços administrativos, serviços médicos, serviços de professorado etc. Pode haver um ginásio magnífico, mas se o diretor do ginásio não dispõe, por exemplo, de uma máquina de escrever e não pode fazer contabilidade, toda a eficiência da escola fica comprometida. Segue a lista: equipamento para cantinas, oficinas, enfermarias, locais de recreio dos estudantes e um ponto de grande importância - alojamento dos professores. Este último ponto deveria ser considerado principalmente nas pequenas cidades, onde possivelmente existe o problema de alojamento.

Chegamos à análise dos custos dos edifícios escolares.

Também aqui acho que os dados existem, mas não sei por que é tão difícil obtê-los num papel. Cada vez que visito um Estado encontro a mesma experiência. Pergunto qual o custo, mesmo global, de uma / escola e recebo como resposta 180 cruzeiros novos por metro quadrado .



Outra pessoa diz: 150 cruzeiros novos por metro quadrado em 1968. Mas a construção é de 1966. Então, 150 cruzeiros novos em 1966 não são os mesmos 150 cruzeiros novos em 1968. É preciso dar dados precisos. / Quando se fala no custo de construção unitário, não deve ser o custo médio das construções nos últimos anos, em valor do cruzeiro de então. É preciso dizer: em 1968 o custo de construção é tal; em 1966 foi qual. Caso contrário, será impossível chegar a uma conclusão. Não se pode dizer que em uma zona será mais alto e em outra mais baixo. Esses dados tem de estar disponíveis. Também conheço muitos arquitetos que não desejam, de maneira alguma, dar custos por metro quadrado, porque eles são muito variados: 150, 180, 200 cruzeiros novos. Eu, pessoalmente, não acho seja impossível. De todo modo, deve ser possível. É preciso dispor das informações e, se estão fazendo construções, baseado nelas deve ser possível estabelecer o custo unitário.

Relação entre trabalho e material e entre materiais locais e importados. O importante aqui é descrever qual a parcela correspondente aos salários dos operários das construções e a relativa aos materiais. Que salários são pagos aos trabalhadores especializados e não especializados nos diversos pontos do País.

Voltamos sempre à mesma pergunta de hoje pela manhã: quais são os salários dos empregados profissionais típicos em várias partes do País.

Segue-se uma pergunta sobre o aumento ou a diminuição / dos custos de construção expresso em percentagem nos últimos cinco / anos. É claro que, no caso do Brasil, será necessário fazer duas apresentações: uma em cruzeiros de cada ano, outra em cruzeiros de valor constante. Cruzeiros de 1968 ou cruzeiros convertidos em dólares. Senão, vamos ter flutuações enormes dos custos de construção que não são mais do que reflexos da situação inflacionária. Cada vez que se fizer referência a aumento de preços, será necessário fazer essa apresentação em cruzeiros em cada ano e também em cruzeiros corrigidos, com seu valor aquisitivo do ano de 1968.

Custo por unidade do mobiliário utilizado. Isto já comentei, em relação a mobiliário e a equipamentos. É preciso, desde já, fazer listas detalhadas de mobiliários e equipamentos necessários para cada curso com alguns dos custos unitários.

Uma última pergunta que, no meu entender, devia ser a primeira: que providências são tomadas para a conservação dos edifícios escolares?

Notei em quase todos os Orçamentos dos Estados que as despesas de conservação dos edifícios, do mobiliário e do equipamento são mínimas, absolutamente abaixo de todas as normas possíveis. É necessário dar uma idéia do que se está fazendo nesse sentido. Tenho impressão de que isto servirá de base para discussões posteriores sobre o aumento / dessas despesas de conservação. Em outros países, para outros tipos de projetos, o Banco pagou a organização de serviços de conservação. Não



sei se isso se aplicaria às escolas. Seguramente, o Brasil tem perdas enormes econômicas por não conservar as coisas que possui.

É este precisamente o trabalho. É o que temos de saber.

O SR. CHRISTO GERMANACOS - Com referência às novas escolas, deve ficar bem claro que o grupo de trabalho federal deverá estabelecer as normas e os padrões a serem empregados para um tipo semelhante de escolas. Deverá preparar uma lista com o número de metros quadrados indispensável, custo médio do equipamento para certa sala de aula e de mobiliário para outro tipo de sala de aula. Oficina de madeira: área, equipamento, custo do equipamento. Poderá fazer isso. De posse dessas normas, os Estados dirão se concordam com elas para os seus ginásios. Não será aprovado o projeto de um ginásio que esteja aplicando padrões diferentes de outro semelhante. Deve ficar claro: é preciso haver uniformidade nos dados e padrões aplicados a tipos semelhantes de escolas. Muito obrigado.

O SR. JACQUES TORFS - Há alguma pergunta a ser feita?

UMA SRA. PARTICIPANTE - Gostaria de saber se o BIRD tem noção do custo que um Estado ou o Governo Federal terá na elaboração de um projeto.

O SR. JACQUES TORFS - Não sei se há idéia dos custos, mas não acho difícil fazer uma estimativa. Como se trata de mobilizar o grupo central durante provavelmente nove meses e também um grupo em cada Estado, isso pode ser calculado em questão de minutos. Temos despesas de pessoal e despesas de transporte. Na minha opinião, as despesas serão poucas, particularmente devido aos benefícios indiretos. As informações solicitadas pelo Banco Internacional deviam estar disponíveis em cada Secretaria de Educação.

UMA SRA. PARTICIPANTE - Mas nós somos um País subdesenvolvido, sem essa gama de dados em mãos.

O SR. JACQUES TORFS - É preciso ter esses dados em mãos. Não vejo possibilidade de fazer um trabalho educacional desses sem os dados em mãos.

Uma vez existindo o projeto, algumas despesas, como da execução, do controle da sua execução, podem ser financiadas pelo Banco, durante um período de transição. Isto é natural. Na realidade, o Banco também paga às missões que vão a todas as partes para verificar, para assessorar os grupos de trabalho, no Governo Federal e no Governo Estadual.

UM SR. PARTICIPANTE(3) - Ouvi o ponto-de-vista de Mr. Christo Germanacos de que os custos para um mesmo tipo de ginásio deveriam ser os mesmos em qualquer parte.



O SR. JACQUES TORFS - Ele não disse isso. Afirmou / que as normas é que deverão ser as mesmas para os novos ginásios e isso não implica em que os custos sejam os mesmos. A quantidade de mobiliário para cada sala não deverá ser a mesma para todo o País. Isto pode implicar em custo de construção e custo de equipamentos muitos distintos. Em Manaus, por exemplo, esses custos deverão ser bem mais elevados do que em qualquer outra parte.

O SR. CHRISTO GERMANACOS - Fazemos uma norma uniforme e, então, cada localidade, acrescenta uma percentagem para construção, outra para equipamentos, outra para mobiliário de acordo / com os custos de construção naquela localidade, o custo de transportes / etc. Não se pode fazer de outra maneira. Era o que tinha a acrescentar.

O SR. JACQUES TORFS - As normas são as mesmas para todos os Estados e para efeito de cálculo existem as diferenciais de custo.

UM SR. PARTICIPANTE (Mato Grosso) - Creio que seria interessante, para melhor esclarecimento do assunto, conceituar mobiliário, equipamento e instalações. São três despesas bem características de uma construção, são três aspectos que poderiam ser bem definidos, porque há, efetivamente, uma parte de material que se confunde com instalações, com equipamentos e com mobiliário. Talvez não tanto quanto a mobiliário, mas quanto a equipamento e instalações.

O SR. JACQUES TORFS - Acho que esta diferenciação de verá ser feita pelo grupo central, federal. O grupo de trabalho deverá dizer: os equipamentos são tais, o mobiliário tal e as instalações tais. Embora alguns Estados tenham normas próprias, será preciso adotar a norma federal, porque esta é que será considerada pelo Banco Internacional para os novos projetos.

UM SR. PARTICIPANTE - Mr. Jacques Torfs referiu-se aos tipos de construção e à sua própria execução, que variam de local para local, nas grandes cidades, nas cidades menores, nos distritos, na zona rural. Efetivamente, esses tipos de construção variam, como variam as próprias instalações, de acordo com a existência ou não de energia elétrica, das condições enfim para funcionamento das escolas. Os próprios custos são variáveis dentro de um mesmo Estado.

O SR. JACQUES TORFS - Exato,

O SR. CHRISTO GERMANACOS - As normas-padrão servem para todas as escolas.

Suponhamos que um mesmo tipo de ginásio tenha um grupo de quarenta para fins de ensino, de História, de Português, de idiomas estrangeiros. Quando entramos na parte das oficinas de artes industriais, esses quarenta se tornam vinte mais vinte, dois grupos de vinte. Esta é uma norma que deverá ser uniforme em todo o País. Seja de quarenta, de trinta e seis ou outra qualquer. Isto não afeta o projeto que os senhores tenham preparado. São Paulo quer sessenta e diz: 'nós temos dinhei-



ro para ter classes menores". Eu aceito isso. Os senhores têm turmas de quarenta. Então, mencionam isso. Os recursos seriam os mesmos. Generalizando, seriam os mesmos.

Para uma sala de aula com capacidade de quarenta alunos nós aceitaríamos 56 metros quadrados a 60 metros quadrados. Aceitaríamos até 54, mas não aceitaríamos mais de 60, porque aí seria jogar dinheiro fora. Esta é uma norma.

Esperamos ver uma decisão tomada pelo Brasil para todos os ginásios em todos os Estados, utilizando esta norma, seja ela qual for, nesta base, dentro desta proporção. Não diremos sessenta nem sessenta e quatro. Os senhores decidirão, mas todos os Estados obedecerão à mesma norma.

Nos centros de treinamento de professores, os grupos podem ser de trinta pessoas. Suponhamos uma turma normal, comum, de trinta pessoas. Seriam necessários de 48 a 52 metros quadrados. Qual é a norma? O Departamento de construções tem a norma: Nós queremos / dentro dessa proporção.

Ciências em geral. Para um grupo de quarenta alunos, 90 metros quadrados, mais 30 metros quadrados para depósito. Isto é uma norma. Nós aceitaríamos 85, 84. Isso depende do engenheiro, do arquiteto. Talvez sejam 84, dependendo do modelo que utilizarem. Se quiserem 80, não aceitaremos, porque é muito pequena. Se quiserem 100, diremos que é demais e que estarão jogando dinheiro fora. Qual é a norma que os senhores vão aplicar?

Semana passada, vi uma escola técnica em um dos Estados. As oficinas são 50% maiores do que deviam ser. O Governo Federal, que construiu essa oficina gastou 50% mais do que o necessário. Parece que quer uma escola federal. Fui a um laboratório que era quase 50% menos do que o necessário.

Desta forma, esperamos que os senhores se sentem e pensem cuidadosamente sobre estas normas e padrões, dependendo do tamanho da turma, das atividades que vão ser executadas.

Isto são apenas exemplos.

Para cada tipo de sala, mormente sala especializada, esperamos encontrar normas estabelecidas: equipamentos X, tantos cruzeiros novos; mobiliário Y, tantos cruzeiros novos. Os senhores disporão de uma lista dos equipamentos necessários para uma oficina adequada e o custo estimativo para cada tipo de equipamento. Chegamos, portanto, a um total. Os senhores têm uma lista. Eu vi essa lista. Aqui há dois fatores que se aplicam especialmente a equipamentos, da mesma maneira como foram aplicados à construção. Custos de transporte. Quando o Estado especifica, deve acrescentar 10% no total. Esta norma, este fixo sugiro seja estabelecido pelo grupo central de trabalho do Governo Fe



deral, que já fôz uma lista das coisas necessárias. Agora, se um dos Estados tem autorização para mudar o programa de estudos das artes industriais, então o seu custo de equipamento será diferente.

Quando passamos pelo Estado de São Paulo, fomos a duas oficinas de artes industriais. Não me lembro se de escolas federais, estaduais ou municipais. O que se via era uma oficina com uma fila para madeira, outra de cerâmica e outra de metal. É muito boa a idéia, mas exige um professor altamente especializado que possa cuidar de quatro grupos, quatro ou cinco estudantes, cada grupo fazendo coisa diferente. Os senhores que são professôres sabem qual a dificuldade de um trabalho dessa espécie e como tem de ser altamente treinado o professor. Em São Paulo, talvez estejam treinando professôras para êsse fim. Se, realmente, houver professôres treinados dessa forma, acçitaremos essa filosofia, essa maneira de fazer as coisas. Portanto, São Paulo teria uma norma diferente para calcular êsses dados, porque disporia de uma única oficina combinada.

Normalmente, a maneira mais segura, se a escola fôr / bastante grande, terá de haver uma oficina para madeira, uma para metal, uma para eletricidade etc., cada uma com um professor treinado / em madeira, em metal, em eletricidade. Esta é a maneira mais simples, a melhor maneira de manter uma oficina. Mas, conforme a filosofia, a norma deve ser mudada.

Gostaria de fazer um estabelecimento todo especializado, mas esperaríamos ver em um ginásio laboratórios, oficinas para artes industriais, uma sala para estudos sociais, com projeção, um teatro de demonstração, e projeção. Se houver bastantes períodos, uma sala de música, uma sala de artes. Estas salas especializadas nós esperaríamos ver.

Além disto, qual é a mais importante sala de uma escola? A biblioteca. Não nos peçam que construamos ginásios sem bibliotecas, porque não o faríamos.

Muito obrigado a todos. Amanhã estaremos aqui novamente às 9.30 horas. (Encerrada a reunião às 17.25 hs.)

-X-X-X-X-X-X-



SECRETARIA GERAL  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO MEC / BIRD

DIA: 17/12/68  
HORA: 9.30hs.

O SR. GERMANACOS - Bom dia, Senhoras e Senhores:

A primeira parte da nossa palestra de hoje versa sobre escolas, de modo geral, e a segunda tratará de cada escola individualmente, de acordo com seu tipo.

Vamos examinar a assistência dada pelo BIRD aos governos dos Estados, por intermédio dos países, para que se desenvolvam certos níveis, certos tipos de instituições educacionais. Isto foi decidido depois de um estudo muito cuidadoso das necessidades reais, de maneira que é muito importante que entendamos qual o tipo de escolas e em que níveis de educação podem ser incluídos os projetos.

Não examinaremos nesta primeira parte do projeto nenhum outro tipo de escola, nenhum outro tipo ou nível de educação, a não ser o ginásio. De sorte que o meu primeiro ponto a examinar, esta manhã, é o ginásio. Que tipos de ginásio estamos preparados a assistí-los? Começarei por uma definição negativa: estamos apenas preparados a considerar ginásios que têm um currículo moderno; que têm programas modernos de estudos; que têm edifícios modernos, equipamento, mobiliário, um bom ensino e boa aprendizagem. Estamos claro, alguém tem alguma dúvida? Vamos considerar apenas ginásios modernos. Estes ginásios, que têm sido selecionados, por algumas pessoas são chamados policulares (polivalentes?). Não chamem, por favor, G.O.T., porque não os chamaremos G.O.T.

Passo, portanto, à segunda parte da minha definição: nós ajudaremos os Srs. a ter um moderno currículo, a solucionar o desenvolvimento de uma criança de 11, 12, 13, 14 e 15 anos de idade. Para prosseguir uma educação moderna, boa e geral, é nossa filosofia - é a filosofia dos educadores modernos - que uma criança de 11, 12, 13, 14 e 15 anos não deve estar preparada para tipos específicos de empregos. De maneira que não ajudaremos os Srs. a construir ginásios, porque os Srs. estão ensinando crianças a ser carpinteiros, bombeiros, datilógrafos ou fazendeiros. Mas ajudaremos os Srs. a construir ginásios em que os estudos práticos são dados de forma que as crianças realizem os trabalhos com as suas mãos e também trabalhem com a sua mente e seu corpo para desenvolver suas aptidões gerais, seu desenvolvimento geral, de maneira a atender tanto o ensino agrícola como o industrial e até mesmo a economia do lar.



Tudo isso, como já dissemos, é parte da Educação Geral, que preconizamos, e não especificamente objetivada, com objetivos de formar um tipo específico de trabalhador, isso está claro? Alguma dúvida? Alguma pergunta sobre isso? Esta é uma questão importantíssima e quero deixá-la bem clara.

O DR. PINHEIRO - Com relação ao ensino técnico, ensino ginásial-técnico, gostaria de saber se ambos os ciclos estão nos planos do Banco.

O SR. GERMANACOS - Esperaremos que os Srs. apresentem pedidos de assistência para a criação de estabelecimentos, de ginásios que tenham um currículo bem balanceado, bem equilibrado, com objetivos desenvolvimentistas, de garantir à criança a oportunidade de desenvolver plenamente a capacidade de suas aptidões, abrindo novos horizontes para a criança, orientando-a, sobretudo, não tentando transformar a criança em um trabalhador específico para um tipo específico de trabalho ou de função. Esta a razão pela qual não gosto do nome GOT, dá uma impressão errada do que são os objetivos dessa escola, este é primeiro número definido.

Definindo o número dois, estamos considerando o ginásio neste tipo de estrutura primária, 4 anos, 6 anos, dependendo do Estado, acho que, normalmente, 4 anos de duração, depois a criança ingressa no ginásio, creio que o objetivo final é este: todo mundo entra para o ginásio. Em muitos Estados isto vai demorar a acontecer, 10 ou 20 anos, mas de verá acontecer, mas o objetivo final disto é o ginásio de 4 anos, depois a seleção, os estudantes ingressarão no nível colegial, na estrutura atual temos o colegial secundário, colegial industrial, colegial normal, colegial comercial, etc., alguns Estados estão pensando no colegial integrado, que dá todas essas especializações numa única escola, mas no momento presente estamos tratando com essa estrutura, lembrando que os estudantes do ginásio sairão para trabalhar, outros seguirão para o nível colegial. O ginásio que está elaborado aqui neste documento do EPEM, este documento agora está sendo revisto, é o de três tipos, no primeiro ciclo os estudantes fazem trabalho prático em várias atividades, no segundo ciclo eles se completam em uma dessas atividades práticas ou talvez duas, esta é a filosofia geral do documento.

Aceitaremos que cada Estado tenha sua própria estrutura, desde que o MEC aprove seu próprio currículo, seu próprio objetivo, sua própria filosofia, desde que, mais uma vez repito, esta satisfaça as condições que eu declarei anteriormente, quais sejam: um currículo bem equilibrado, bem balanceado de teorias e práticas, dentro do conceito geral de educação e não dentro do conceito de especializações, de maneira que é o tipo de ginásio que estamos preparados a aceitar, mas estamos / preparados, também, para aceitar o ginásio de três anos de duração, por exemplo: São Paulo tem seis anos no primário, talvez consideremos que um ginásio de três anos seja suficiente, depende das condições, mas em princípio aceitamos a idéia. Uma coisa que os Srs. devem considerar em seus ginásios é que depois de seis anos de primário o currículo e os programas de estudo dos ginásios não podem ser os mesmos do currículo e dos programas de estudo de ginásios que começam depois de qua -



tro anos de primário, estaremos começando num nível diferente, São Paulo já considerou isso, os Srs. estão trabalhando em seus próprios currículos, em seus próprios programas de estudo, entretanto não se esqueçam disso: os programas de estudo do Governo Federal, primário de 4 anos, e os sistemas estaduais, 6 anos de primário, os Srs. devem ter seus próprios programas de estudo para ginásios, não podem usar os programas preparados há séculos. Conseqüentemente, repito, não financiaremos ginásios industriais, ginásios agrícolas, ginásios normais, etc. não financiaremos nem consideraremos êsses ginásios de forma alguma porque achamos que êles são antiquados, fora da moda.

Alguma dúvida?

A PROFESSORA EMIDES - Mas êsses estudantes teriam condições de continuar o ciclo colegial, possivelmente, trabalhando?

O SR. GERMANACOS - Estamos chegando a uma filosofia educacional básica, êste é um aspecto do problema, existem vários, permitam-me dizer em poucas palavras que a educação e a filosofia educacional moderna não feitas com vistas a um futuro de 70 ou 80 anos, acredito nessa filosofia e não se pode destinar para um trabalho específico uma criança que não tenha uma boa educação geral.

A PROFESSORA FERREIRA PINTO - Portanto, não é o caso de uma criança com 4 ou 6 anos de educação transformada num trabalhador especializado.

O SR. GERMANACOS - Pela mesma razão, se queremos que o estudante, porque, como já disse, considero o ginásio industrial ou agrícola muito antiquado, se se quer o trabalhador industrial altamente especializado êle precisa de uma boa educação geral, sólida por natureza, primeiro porque a maquinária torna-se cada vez mais complexa e mais moderna, exigindo, assim, mais compreensão, de qualquer forma a filosofia que se está desenvolvendo agora é esta, esta é a filosofia que achamos certa, a questão é adaptá-la ao país e caso êle queira desenvolver-se numa direção, desde que esta filosofia não seja contrariada, nós o aplicamos. A êsse respeito os Srs. podem ter mais perguntas a fazer mais tarde.

Dois tipos de informações necessárias serão exigidas das escolas que devem ser incluídas no projeto, um tipo de informação será a declaração dos objetivos dos ginásios e os seus currículos e outra a maneira ou a forma como as escolas serão administradas, bem como o programa de estudo que vai ser utilizado, seguindo isto se aplica em ginásios.

Estas são as bases filosóficas gerais para a natureza e objetivos de administração, de organização de toda a sua lista de escolas. De maneira que precisamos disso, e com esta informação - não preciso repetir a informação para cada escola. Isto está claro?

Algumas coisas que são comuns a todos os ginásios, ponho no princípio e digo: isto é comum a todos os nossos ginásios, no Estado do Pará, por exemplo. Não preciso repetir novamente. Eu tratarei apenas /



dos mais importantes, complexos assuntos, porque os Srs. têm um documento em mãos que lhes dá uma orientação detalhada sobre o que preparar acerca de cada escola, separadamente. De maneira que não entrarei neste detalhe. Os Srs. já têm estes dados? Alguém tem uma cópia que me possa mostrar? Vou examinar apenas alguns itens.

No Brasil há um fato, creio que é muito importante que façamos uma distinção entre duas coisas, a capacidade da escola e as matrículas, porque no Brasil, algumas vezes, temos a escola sendo utilizada para dois turnos, três turnos. Entendo que em alguns casos, quatro turnos. Uma escola tem capacidade de, digamos, 300 alunos, temos a matrícula / de 900 alunos, porque temos três turnos de 300 cada um. A capacidade é o que a escola pode dar em educação, o número e educação em diferente / tempo, em qualquer turno, se preferirem. De maneira que se uma escola tiver capacidade de 500 alunos, em cada um dos turnos, não deve usar mais de 500 por turno. A capacidade é de apenas 500 alunos. Capacidade física, o número, o horário para dar aula às 10 horas da manhã. Às 4 horas da tarde talvez sejam outros 500, isso é um tempo diferente. A matrícula é o número total de alunos, que recebe educação nessa escola, durante o dia. Está bem claro isso? A maioria dos países tem isso, porque a capacidade e a matrícula são sempre as mesmas, em muitos casos.

Portanto, nesse documento que os Srs. têm, quando digo matrícula, é matrícula mesmo. Ele dá suas colunas, não uma coluna. Uma vai mostrar a capacidade e a outra, vai mostrar a matrícula. Eu sugeria que se fizesse assim: CAPACIDADE: -

MATRÍCULA: 1º turno, 2º turno, 3º turno total.

Se é escola já existente, que vai ser expandida, então sugiro que os Srs. ponham aqui 350 alunos no nível ginásial, 290 no colegial, 97 seja o que for. Não digo que tipo de curso, de educação, de nível. Isto está bem claro? Quando os Srs. acharem que não está claro, digam. A palavra Matrícula deve ter duas diferenças: capacidade e matrícula.

Isto me traz a outro ponto, a definição de ginásio. O Banco não os ajudará a construir um ginásio que vai ser usado para outros objetivos, diferentes dos ginásiais. Nós exigiremos que os Srs. entendam que o ginásio deve ser usado como ginásio apenas, e não tenha no segundo turno primário ou colegial. Deve ser usado apenas para o ginásial, durante o dia, ginásio deve ser usado para o que foi construído. Por que?

Por que o Banco faz essa exigência "boba", os Srs. dirão. / Porque construímos um ginásio com equipamento dispendioso para as artes industriais, para a economia, estamos estragando dinheiro se usamos isto para colocar crianças do nível primário neste ginásio. Vamos ter as mesas de trabalho, oficinas, isso é perda de dinheiro. Nós objetamos o nível colegial ali. Porque o ginásio não é construído para um nível de ensino / de química, física ou biologia, é necessário um nível colegial. Ginásio não é construído para este fim. Laboratório de ginásio é construído para as crianças de 11, 12, 13, 14 e 15 anos. Não é para um químico, nem para um pre-universitário. Isto para não aprender química erradamente.

Não assistiremos os Srs. em tal hipótese, a dar tal tipo de



instrução. O Banco é Banco de Desenvolvimento. Estou pronto a ajudá-los a prosseguir e farei o possível, o mínimo possível de juros. O Banco é isto e esperamos que esta escola seja usada dentro do sistema formal, para o máximo de dois turnos, e não mais.

Terceira parte: por que não insistir? Vamos insistir nisso. Porque se os Srs. calculam três turnos completos de ginásio, crianças de ginásio, num desses edifícios, isso significa que não poderá prosseguir a educação, porque não há tempo suficiente para três turnos completos. O Sr. pode usar o edifício à noite, depois dos dois turnos terminarem sua tarefa inteira de educação. Podem usá-lo para cursos ou aulas especiais. E mesmo para o colégio, em casos especiais. Mas apenas no período citado. Os outros dois turnos do sistema formal não devem ser prejudicados.

Passaremos agora à nossa próxima definição de ginásio. Esperamos que em qualquer turno de aula, em ginásio, que a turma trabalhe um mínimo de 26 ou 28 períodos por semana, se o período for de 50 minutos, isso é o mínimo que aceitamos. Não se esqueçam disso. Se o período é de 55 minutos, podem fazer o cálculo equivalente, se é 45 minutos, podem fazer o cálculo equivalente e encontrarão 28 períodos de 50 minutos ou mais ou menos 30 períodos para 45 minutos. Não faz diferença qual seja, o que a escola quer é o número total, em classe, em laboratório, que deve ter o equivalente a 28 períodos de 50 minutos, aproximadamente.

Sras. e Srs., eu gostaria de dizer-lhes que o Banco insistiria, mas não se esqueçam desses pontos que estou trazendo, eles não são tirados da minha cabeça, são pontos que vi e que existem no documento da política brasileira. São declarações políticas do Brasil, com as quais concordamos, se São Paulo vier a aparecer com uma maneira diferente de aulas, podem modificar e nós achamos que satisfaz, se o governo brasileiro aceita isso, está ótimo. Estive falando com o pessoal do Distrito Federal, em Brasília e ele está pensando em termos dois turnos, depois as escolas fazendo dois semestres. Isto é excelente. Com isto concordamos inteiramente.

Os Srs. realizem a parte administrativa que nós assistimos, estou certo de que o governo brasileiro aceitará. Não estou sendo inflexível, e aqui os Srs. tentem, que será aceito, porque insistimos que ainda há boa educação nessas escolas. Portanto, queremos essa formação para as escolas, há uma frase, com relação a isso, num documento que está sendo traduzido, que sintetiza o assunto: ESTRUTURA DE MATRÍCULAS. Gostaria de explicar isso, aqui talvez os Srs. usem outra expressão e, possivelmente, isso não está bem claro, digamos que uma escola incluída no plano de financiamento pelos Srs., com um plano de financiamento total até 1976, por exemplo, digamos que numa cidade específica, em certo Estado, os Srs. digam o que precisa uma escola para 600 alunos, farei os cálculos até 1975, apenas, esta escola precisará no primeiro ano do ginásio de 200 lugares, globalizando os dois turnos teríamos o total de 400 alunos, mas apenas 200 para cada turno. Esses 200 alunos do primeiro ano 1974, levando



em conta quais as desistências, as repetições de ano, porque este aqui já é o 2º ano, ficará mais ou menos a mesma coisa, os Srs. podem dizer que é muito otimismo, suponhamos, entretanto, que os Srs. levem em consideração as várias reformas que os Srs. têm em mente para melhorar o movimento de alunos da primeira série até a última. Portanto, até 1976 devem haver poucas desistências num sistema em reforma, esperamos que as reformas sejam introduzidas ao mesmo tempo para melhorar o fluxo, sem estas reformas os Srs. estarão perdendo dinheiro, jogando dinheiro fora. De maneira que o programa de ginásio deve ser lançado num programa de reforma de administração de escolas, de critério de promoções. Esta filosofia deve ser aplicada, estas normas, esta política para melhorias, devem ser aplicadas ao mesmo tempo que os Srs. constroem escolas. Como exemplifiquei, no caso de ser construída uma escola para 600 alunos a estrutura de matrículas terá que ser essa, mostrarei como ela será quando estiver funcionando completamente, no programa do EPEM, fiz estes cálculos no fim-de-semana, suponhamos / que os Srs. vão construir uma escola com a capacidade de 400 alunos, aplicando critérios científicos, a utilização de todos os recursos é baseada no currículo, o ginásio mais econômico é o ginásio com a capacidade para 600 alunos, neste ginásio todas as salas estarão sendo bem utilizadas, salas especiais, dispendiosas em particular, esse foi o cálculo que fiz, sei que em algumas áreas não poderemos ter um ginásio para / 600 alunos porque não existirão os 600 naquela localidade nem em 1975 ou 1980, só fiz cálculos até 1976, mesmo assim os Srs. deverão construir ginásios com a capacidade prevista para 400 alunos. Outra coisa que vi de interessante no ginásio de 400 alunos é o seguinte: um ginásio de 360 alunos exige as mesmas transformações que um ginásio para 400 estudantes, o que significa dizer que um ginásio para 360 é tão dispendioso quanto o para 400 alunos, portanto este de 360 seria anti-econômico, qualquer coisa abaixo de 360 é anti-econômico, a unidade mais econômica é a com capacidade para 600. A segunda razão para mencionar isto é a seguinte: a escola deve depender da cooperação escolar daquela área, não somente teoricamente, não iremos construir um ginásio para 400 se a população escolar daquela área mostra a necessidade de uma escola para 720 em 1976, caso não façam isto modificaremos a sua proposta, de maneira que é melhor fazerem uma escola certa, numa área de maior densidade talvez os Srs. queiram construir um ginásio para 1.000 ou até mesmo 1.500 alunos. Entretanto, Senhoras e Senhores, não fiz quem com a idéia fixa de que cada escola deve ser para 400 alunos, talvez os Srs. queiram construir uma escola para 400 alunos, tais palavras: algumas escolas teriam 400, 800, 1.200 ou 1.600, isso pode ser feito nas grandes cidades, mas é preciso uniformidade, estandarização, padronização e menos trabalho, mas em áreas rurais, isso não funciona. Os Srs. devem construir escolas para a população escolar, que vai exigir uma educação. Isto o que tenho a dizer a respeito de estrutura de matrícula.

Srs., eu tentei apenas dar três pontos principais: primeiro, a definição de ginásio. Segundo, a importância de não duplicar o material que é aplicável a todos os ginásios, em seu Estado, coloco isto primeiro e depois entro em detalhes para cada escola. Terceiro, esclarecimentos do que é exigido, necessário, quando nos referimos à capa-



cidade de matrícula. Alguma pergunta? Não trato dos outros detalhes por que estão dentro do documento que os Srs. devem receber, assim que fôr traduzido. (Pausa).

Até os Srs. pensarem numa pergunta, gostaria de esclarecer mais um ponto. Os dados e as aulas, 40, seriam 5 turmas de 40. Ou 4 turmas de 40. Agora se um Estado precisa ou acha que talvez esteja trabalhando na base de 36 alunos, nós aceitaremos isso, 36 a 40 no ginásio, mas não mais de 40, 40 é o máximo de alunos que aceitamos. No nível colegial, 32 a 36, talvez tenham 40. Outro ponto que gostaria de mencionar é que num ano haverá 120 alunos. No ano seguinte, haverá desistência. Talvez 108, é melhor ter apenas 108 alunos, os Srs. precisariam de 4 grupos, neste caso, 3 grupos de 36, não é isso? Ainda precisamos / de três grupos, apesar da desistência.

Mas os Srs. concluíram que apesar disso, na sala de aula para 40, a capacidade real não é 108, e sim 120. A capacidade real para a qual estão construindo a escola, embora saibam que alguns alunos desistirão. Aqui, este dado passou de 200 para 160. Esta é uma diferença usada de 4, em vez de 5. Portanto, os 5 grupos do primeiro ano se tornam 4 grupos. Se isso for 180, eu não poderia fazer isso. De maneira que temos que deixar 200, porque eu vou construir uma classe para 200.

O SR. TEODOLINO CERDEIRA - Eu gostaria de perguntar se consideramos todos os dados que vão ser coletados relativos à população escolar, capacidade do sistema educacional de cada cidade, etc., se o Banco tem a metodologia que nos permita conjugar todos êsses dados e desde logo poder-se avaliar onde se justifica a localização de escolas. Se já há critérios para localização de escolas. Em princípio, nas cidades?

O SR. GERMANACOS - Espero que os Srs. não queiram detalhes sobre as plantas, acho que seria errado interferirmos nisso, o que queremos ver é a lista de escolas e as áreas que devem ter base para mostrar que são prioritárias, no seu problema. Os Srs. estão falando de terreno em escola, há muitos critérios que devem ser usados para de dir se um terreno específico serve ou não. Acho que nesse sentido devem pedir ao Departamento de Construções a lista dos critérios que utilizarão.

O SR. WILSON RODRIGUES - Nós adotamos um critério / que uma população de 35 crianças acumuladas ou não, justificam a criação de classe primária e uma população numa cidade de 5.000 pessoas e 8.000 justificam a criação de um ginásio e colégio respectivamente. Perguntamos se êstes dados são válidos dentro dos padrões do BIRD.

O SR. GERMANACOS - Os Srs. também têm critérios que seja uma nova cidade que tenha apenas 5.000 trabalhadores, que se mudaram para lá... Pergunta-se: a produção, qual é o total da escola primária nessa cidade? Qual o número de lugares que precisam de um ginásio? Um número dêsse resultado, vou levar para o ginásio, o que / sai primário para o ginásio? Este ginásio os que estão no primeiro ano, em mais anos este ginásio terá menos de 360 crianças. Os Srs. dirão sim. Eu diria logo de antemão que 5.000 pessoas dariam 400 crianças / em idade de 11 a 14 anos. A resposta geral é sim, mas cada caso merece ser examinado.



Outra coisa, nós não devemos esquecer 'é que não devemos considerar escolas primárias nessa cidade, as escolas primárias, numa distância próxima dessa cidade. As escolas primárias tôdas levam ao gi<sup>n</sup>ásio, estamos trabalhando, vendo o tamanho das escolas e a consideração das crianças que eram ep<sup>q</sup>uenas crianças.

O SR. WILSON RODRIGUES - Êstes os dados mínimos, os primeiros para considerar a instalação da escola, mas estou satisfeito / com a resposta.

O SR. GERMANACOS - Gostaria de sugerir outros dados , a primeira coisa que precisam é uma coisa muito simples, é o que chamam de mapa da escola, isto é, um mapa, por exemplo, de Sergipe, com tôdas as escolas secundárias marcadas no mapa. As principais estão marcadas secundárias, cada tipo de escola secundária é mostrada, isto é a primeira coisa. Então outro símbolo mostra onde os Srs. querem agora que seja construídas novas escolas. Como preâmbulo, é a primeira coisa que vou olhar.

Fiquei muito satisfeito de ver Sergipe, fazer isso e não levou muito tempo. Pode ser feito isto num dia, mesmo para um grande Estado. São Paulo talvez precise de uma forma bem maior, mas é uma coisa muito útil isso. Os Srs. têm mais alguma pergunta?

Sras. e Srs., vocês estão sendo muito pacientes comigo, tenho tentado provocá-los para uma discussão, mas eu não consegui isso . Falhei. Sugiro uma pausa de 5 minutos e dentro de 5 minutos começaremos o próximo tema. Está aí o representante do Pará e gostaria de falar com êle.

(Intervalo de 5 minutos)

O Sr. TELLES MOLINA :

Senhoras e Senhores, inicialmente incluiremos ao nível colegial, tomando o sistema indicativo colocado pelo Sr. Germanaco, uma vez mais quero recordar que para cada escola há uma primeira parte que é a descrição da situação atual, trataremos um pouco mais detalhadamente do desenvolvimento de cada escola do sistema, referir-me-ei, em geral, a qualquer tipo de educação não geral e não técnica, à escola agrícola, técnica ou comercial ou outra similar de igual nível ou não, o processo seria o mesmo, estou me referindo, por exemplo, às escolas agrícolas de nível colegial, com 3 anos de duração, como se trata de desenvolvimento, de acôrdo com os mesmos níveis de educação técnica, o problema é de capacidade das escolas, principalmente nos lugares de grande densidade demográfica, esta é, fundamentalmente, uma atividade produtiva, de caráter econômico, neste ponto não preciso insistir porque meu companheiro já explicou isto muito bem, o critério adotado pelo Banco não permite apoiar essa filosofia no ginásio industrial, esta é uma pré-condição para qualquer projeto de desenvolvimento, o segundo critério / do Banco se trata de converter as atuais unidades educativas em escolas eficientes, com propósitos bem definidos e objetivos bem marcados, que não haja nenhuma confusão a êsse respeito, para um colégio dêsse tipo consideraremos evidentemente o currículo em função das necessidades de



desenvolvimento econômico do país, que tipo de pessoal deve produzir o colégio de acordo com as necessidades dos centros industriais, agrícolas e comerciais que se tratam. O currículo imediato leva à consideração da necessidade do tipo de professores que se necessita para desenvolver esse currículo, provavelmente paralelo, bem como preparar um programa de desenvolvimento de professores em centros de treinamento, porque esse novo currículo vai necessitar de um outro tipo de professores. O colégio técnico é caro porque necessita de uma planificação esmerada e o fator econômico, aluno, é considerado cuidadosamente, a eficiência do colégio tanto no sentido econômico como no sentido educativo propriamente técnico tem, também, que ser um fator a considerar, mas é preciso que ponha em uso o professor. O uso que o professor poderá ter dele. Muito bem.

Então vamos ao primeiro ponto, que seria o cálculo de estoque e da produção do estoque, pessoal desse nível. Isto percente à classe do desenvolvimento do país e geralmente o setor agrícola, industrial / tem que considerar Condições para ajudar a competir na preparação do cálculo do estoque técnico - é complicado e não há metodologia para isso. O estoque atual se pode conseguir, geralmente os países têm o estoque de técnicos disponíveis. Porém, para uma atividade econômica especial, aí várias possibilidades detem o grau, uma é o mal emprêgo na profissão, tem que se recorrer a oficinas do Governo, tanto federal, como estadual, como oficinas paraestatais, fica o empregado em número de técnicos que emprega, os respectivos programas. Isto é uma coisa que emprega, por que há outro grupo que não emprega. É preciso ir buscar. Porém sempre o pessoal está fazendo uma empresa própria, digamos, agricultura, para se recorrer. Então em cada classe, em cada país, em cada Estado, é preciso investigar, tudo recorrer para esse efeito. Em outros países existe objetivos profissionais, muitos países têm oficinas profissionais / para ir buscar o pessoal. Também nós pedimos informações dos egressos das escolas. Também pedimos informações de oficinas de títulos profissionais, que aqui existem. Estou dando elementos num caso de preparação que me permita comprovar que concordo, para poder obter uma lista mais ou menos aproximada do estoque atual profissional. Depois disso, depois de obter o estoque atual, há que projetar a estatística. E também projetar os programas de desenvolvimento dos governos, federal e estadual que cada entidade autônoma que usa o respectivo técnico. Estarão aí a Federação, os Estados, a superintendência das escolas, estarão a / ABCAR, os bancos agrícolas, etc., de 1966 até 1976. Isto é uma fonte de informações para a projeção. Porém há outra possibilidade de simplesmente calcular a potência e ver a margem. Se temos uma idéia do desenvolvimento, então podemos fazer um cálculo melhor de quais as necessidades de estoque para os anos futuros. Por certo que aqui me foi citado o exemplo da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, sobre o total de técnicos agrícolas e por especialidade. Usando esta curva que traçei no quadro ao lado, encontramos o resultado que estamos vendo. No que tange ao desenvolvimento do país, temos na curva o ponto de desenvolvimento e o estoque de técnicos. Vamos a seguir um pouco maior. O estoque de técnicos vamos a passar analisando de 1966 a 1976; 1966: 7.000; 1976: 12.000. Vamos supor 45 que seguem estudos. Fazendo o cálculo de abandono de 2%, mais aqueles que seguem o nível superior, este total me vai dar 860 em 1969. No outro ano, 1.000; depois, 1.100.



Esta a lista básica. Podemos ter uma massa de pessoal técnico bem preparado, botando inversão que estão em outras atividades, porém creio que é o caso, no Brasil, dê-se nível, uma falta de pessoal no Brasil devido à falta de preparação e inadequados currículos. Depois disso, pessoal técnico sem ocupação, alguém poderá dizer que é devido aos programas de desenvolvimento, porque não casa a equipe técnica. Pode-se, uma vez feito isto, se calcular até as escolas que existem, os colégios que existem, em definitivo, quantos colégios necessitamos mais, adicionais, ou que número maior precisamos, isto é definitivo que números de classe nos colégios necessitamos. Provavelmente, salvo o caso, talvez seja a solução mais econômica. Isso em lugar de criar novos colégios para cubrir a demanda. Devemos ter em consideração, digamos que necessitamos de 1.000 da 1ª série, devemos estimar quais dêles chegarão ao fim. Provavelmente 5% da matrícula inicial não chegará. Quer dizer, 1.400 no ano seguinte, então será um nível de capacidade total de classes que necessitamos nesse sistema. Temos 2.000 classes, precisamos de 3.500 matrículas, necessitamos de 1.500 instalações. Aqui, outra vez, este é o critério técnico. É preciso investigar quais os programas e regiões do país em que a agricultura vai-se desenvolver mais. É preciso ver a produção agrícola, a produção por Estado. Se vai desenvolver no Norte. Ou no Sul, onde não foram efetuados. É preciso ver os lugares onde mais se prevê. Ao mesmo tempo, onde é urgente a necessidade para cobrir pedidos que são necessários. É importante para a organização a consideração do desenvolvimento agrícola, previsto o desenvolvimento geral do país. Para seguir adiante, temos que passar aos currículos, a uma análise mais detalhada dos currículos. Estamos pensando em quatro escolas de caráter técnico, que teriam que ter caráter geral, devemos ter em vista matérias comuns e matérias brasileiras. Há algumas orientações gerais sendo obrigatórias. Há matérias básicas das quais são obrigatórias as de ns. 1, 2 e 3, do quadro, e que são a parte técnica dividida em dois turnos; o de caráter técnico-agrícola e há outro grupo para países agrícolas que não querem figurar nessa coisa. Já no Brasil há escolas de opinião, existe já a escola de agricultura, que tem técnicos florestais, agrícolas e pecuários, porém a coisa não está clara, supondo que essas especializações, agrícola, pecuária, florestal e industrial, devem ser para o último estágio do currículo, para o último ano do colégio, segundo as cifras, a situação atual brasileira em matérias gerais está reclamando 17,5, em matérias básicas esta se colhendo 27,5 e em matérias técnicas, não se distinguindo especializações, incluído trabalho de campo, 55, esta é a distribuição atual do currículo no país, porém se quisermos distinguir melhor um currículo sobre todos os aspectos técnicos talvez seja melhor este tipo de distribuição, que ajuda a especialização, não distinguimos especializações em bases gerais e especiais, matérias agrícolas gerais ou especiais, currículos preparados para algumas escolas independente de universidades, nas diversas séries do currículo as matérias básicas vão diminuindo e as matérias especiais vão aumentando, esta percentagem inclui trabalho de campo e trabalho de aula, temos as matérias gerais e as matérias básicas, que vão diminuindo ao final...

O SR. DAVI SALOMÃO - Quais as diferenças entre as matérias gerais e as básicas?



O SR. TELLES MOLINA - Matérias gerais são português, cultura geral, etc.

O SR. DAVI SALOMÃO - E as básicas?

O SR. TELLES MOLINA - Matemática, biologia, física e química ...

O SR. DAVI SALOMÃO - Para o ensino agrícola?

O SR. TELLES MOLINA - Sim, estas quatro aqui no Brasil são obrigatórias, aqui está um plano mais adiantado de desenvolvimento do currículo, que, como dissemos, seria defender estas quatro aulas de matérias especiais, de acordo com o currículo que se possa preparar para uma determinada localidade. Estes são dados básicos para calcular as instalações de um colégio, a matrícula, evidentemente, distribuída pelos anos e séries, como já vimos e os currículos, também, atendendo a este critério, a esta filosofia, horas de laboratório, também, atendendo a este critério, a esta filosofia, horas de laboratório, horas de trabalhos de campo, etc.

Supondo que há 40 ou 44 horas semanais num colégio, das quais 28 seriam teóricas, as restantes poderiam ser para outros trabalhos, trabalhos práticos, de campo e teríamos, também, 12 horas semanais que permitissem introduzir esse tipo de colégio que se está propondo, então as percentagens anteriores, aplicando as 40 ou 44 horas de ocupação semanal, seriam distribuídas nos diversos tipos de trabalho, como já dissemos, isto seria para a primeira série, para a segunda supomos uma escola com matrículas para as três séries, imaginemos em turmas de 40, 4 turmas, e na terceira em três, isto totalizaria 10 turmas, aqui teremos um total de horas de aula semanal por turmas de acordo com o quadro anterior, um total de horas de aula que necessitamos na semana, isto é, 4 turmas por X de aulas para a 1ª série, o total de horas de aula será, então, a soma. Essa aula teórica, como se vê, dá o total de horas, dependendo aí de outros fatores, que é o total de horas semanais de aulas dividido pelo número de horas utilizáveis, o que dá o número de aulas teóricas, caso usarmos 100% das instalações o resultado, evidentemente, será melhor, conseqüentemente o aproveitamento vai ser de  $3,5/4=87,5$ , isto num cálculo preliminar, esta é a realidade.

O SR. DAVI SALOMÃO - Será que o Sr. poderia explicar melhor o número de horas utilizáveis?

O SR. TELLES MOLINA - Pois não, usando os dados de alunos do interior, residentes, 8 por dia, 56 semanais, supondo, entretanto, que pela manhã o trabalho num colégio agrícola pode ser prático ou não, este número pode modificar-se semanalmente de acordo com o número de dias utilizados neste tipo de trabalho e o seu calendário escolar.

Muito bem. O mesmo para laboratórios, tendo em conta o número 40, que é o tamanho dos grupos e, neste caso, dividimos por



dois, para baixar a média de 20 alunos, de laboratórios. Isso tem importância para determinado número de professores. Porém creio que estou lento demais, e vou correr um pouco mais. Professorado. Do currículo se deduz o número de professores igual ao de aulas. Número de horas por matéria, ou grupos de matérias, total, dividido por 24 ou 26. Legalmente se estabelece para o professorado 20 e 30. Este o número de professores de cada matéria ou grupo de matéria. Isto é para os Srs. calcularem. Então está claro que é chegado determinado número de aulas de laboratórios, número de talheres. Aqui está por que a seção de construção, para os diretores dos Departamentos especializados, o número de aulas de laboratórios e de técnicas. O que podemos fazer? Isto tem que estar em relação com o tipo de ensino mínimo que se pretende dar nos colégios. Quando digo uma matéria só, agrícola, não vou colocar o mínimo, vou colocar uma análise das três horas. Não vamos ter tempo de cumprir aquilo. Levaria mais o técnico agrícola à seção de potássio, toma rapidamente, chegar a conhecer quanto custa, e não mais que aquele basta. Quando desejamos / maquinaria, não se trata de estudar termos dinâmicos, mas sim de estudar e fazer com que os motoristas não parem seu transporte. E de uma vez por todas. Deve-se preparar em caráter permanentemente.

Isto deve ser uma mecânica especializada, porém tem que haver preparações técnicas. Não se trata de tirar a genética. E de que o país baixe a produção de ciclos, não se pode modificar, é preciso renovar, em câmbio eu digo, no Brasil é preciso testar que há laboratórios para isso. Como dizia o Sr. Germanacos, a biblioteca é uma prioridade única. Eu fico esperando perguntas.

O SR. HÉLIO LOBATO - O contato com Brasília nos deixou uma dúvida que queria esclarecer de maneira informal, nós vimos, naquela ocasião, que para um colégio de 500 alunos, o sr. preconizava 11 laboratórios para trabalhos de 20 alunos de 500. Laboratório, em nosso conceito, é uma sala atualizada, equipada para física, química, biologia, geralmente com instalações de água, luz etc. Pergunto o conceito que o Sr. faz de laboratório, - 11 laboratórios.

O SR. LOLINA - Sim. Não sei se disse 11, cada hora de prática que fizemos. A pergunta é que tipo de laboratório. Isso é um propósito geral. Não laboratório especializado, mas laboratório que se faz para desenhar e em pouco tempo que sirva para desenho, digamos, desenho, biologia, ramos agrícolas. Outro tipo de laboratório é um laboratório de análise, que pode ser química e pode conter física e dirigentes de maquinaria. O laboratório pode ganhar outras atividades.

O SR. HÉLIO LOBATO - Aqui é difícil, seria não feito a análise de trabalhos agrícolas?

O SR. MOLINA - De química.

O SR. HÉLIO LOBATO - Nós chamamos em cultura geral, de física. Ele serve para matérias técnicas.

O SR. MOLINA - Química requer instalações mais com -



pletas e mais caras. Há um tipo técnico para isso, que depende dos armários que se tenha para usar.

O SR. HÉLIO LOBATO - Neste caso não serviria?

O SR. MOLINA - Não. Um laboratório para química e outro para outras matérias. Digamos, indústrias em que se precise de instalações e outras coisas que não se necessite. Eu penso no lucro dele, é antieconômico, é preciso calcular as duas distâncias do grupo, que é reservado num laboratório, cursos para um setor, parte agrícola, enfermidades e outro para química (calor, gaz, etc.). Alguma dúvida? Muito obrigado.

O SR. GERMANACOS - Sras. e Rs.

Devo pedir desculpas por fazer a coisa muito rapidamente, sem dar tempo a descanso. Temos muitos assuntos a examinar e temos que andar depressa. Vou tratar da questão de treinamento de professores. Os Srs. se lembram que ontem eu disse que queria por países membros, incluindo o Brasil, e queria assistir o Brasil, pois a função do Banco deve ser o Desenvolvimento. Ele está interessado em construir escolas por si mesmas. Não estou interessado unicamente em construir escolas, estou interessado em ajudar os países a desenvolver sua educação e suas capacidades de treinamento para professores, melhor nível de vida e de recursos econômicos do país. Conseqüentemente nós consideramos todos os aspectos, todos os elementos que são necessários para fazer uma boa educação e bom treinamento possível. Um desses elementos é construir edifícios educativos, adequadamente, fazendo aprendizagem de ensino. Outro elemento é bom equipamento para aprendizagem no ensino, bom elemento, é bom mobiliário, para aprendizagem. Mas tôdas essas coisas se não tem nenhuma utilidade, se eu não tiver um professor que possa ensinar? E em particular, se eu não tiver um professor que saiba o que ensinar? Estou certo de que alguns dos Srs. recordarão comigo: Eu posso ensinar melhor - se tiver uma boa sala de aula. Se tiver bons auxílios visuais e as crianças aprenderão melhor se tiverem bom mobiliário, portanto, a chave, a parte vital é o professor e esta a razão porque em nossos debates com o Governo do Brasil, em nossos encontros, nos dizermos a êle: "sim, ajudaremos vocês a construir ginásios, a construir colégios agrícolas, a construir colégios industriais, mas apenas se os Srs. colocarem nestas escolas, em todos os sistemas, professores qualificados", somos realistas e esperamos que o Governo do Brasil, que como todos os governos tem problemas, no futuro coloque 500 mil alunos qualificados nas escolas, mas esperamos e sabemos que isso levará muitos anos, mas queremos ver primeiro o início, o começo, para produzir o tipo adequado de professor para o objetivo particular e específico do tipo específico da escola. Ao falar sobre êsses assuntos, inevitavelmente, emocionou-me porque sou professor, sei o valor do ensino e do professor. Êste é o número um, queremos ver o começo feito, segundo, queremos ver os Governos dos Estados modificando suas legislações naquilo que fôr necessário para assegurar o bom treinamento desses professores e a sua permanência nas escolas, que não saiam delas para arranjar emprêgos em outras partes, não há vantagem nenhuma se os professores não se sentirem atraídos pelas escolas, usando para isso todos os meios de prendê-los a ela, portanto as leis devem ser modificadas adequadamente, de outra forma os Srs. estarão gastando di -



nheiro inútilmente. (palmas, palmas)

Senhoras e Senhores, todos devem estar lembrados que anteriormente mostramos essa estrutura, que foi proposta, a estrutura da política brasileira de educação, alguns Estados já começaram a aplicar isso, como muitos já consideraram e examinaram qual é a destinação adequada para os professores neste nível, qual é o nível, qual é a destinação adequada para um professor nesse nível, algumas das universidades já fizeram isso, alguns Estados também, a idéia é a seguinte: uma pessoa que se forma na universidade é um professor para nível secundário de qualquer nível, a normalista é a professora para o ensino primário, esse tem sido precisamente o sentido da educação secundário do primeiro e do segundo ciclo e para a educação primária, a normalista, entretanto quando os Srs. estruturaram o problema de outra forma, de maneira que se essas universidades se tornam separadas dos objetivos, não há um único objetivo para tudo isso, mas dois objetivos separadas e cada um deles tem o seu próprio objetivo, seu próprio programa e currículo integrado, talvez devêssemos considerar no nível do professorado, isto se o país tivesse recursos suficientes de modo a permitir o ensino universitário a todos, no momento só um país no mundo tem dinheiro para fazer isso, e o faz, são os Estados Unidos da América do Norte, até o professor primário tem formação universitária, isto é excelente, isto não ocorre nos outros países, o que fazer, então? Temos que considerar o que podemos fazer hoje e nos próximos 5 anos e até mesmo nos próximos 10 anos, esperar que um dia cheguemos a esse estágio, a essa fase, a esta situação, esta não é só a situação do Brasil, é a da Inglaterra, da França, da Espanha, do meu próprio país, a Grécia, devemos ser realistas, não podemos nos dar ao luxo de ter uma grande expansão nesse primeiro nível de educação secundária, pegar pessoas formadas em universidades para ensinar aqui nesse nível, dar a eles um salário que seja adequado, que corresponda a 4 anos de ensino universitário.

Senhoras e Senhores, percebemos que, falando em termos gerais, esta é a norma política, diria, contudo, que espero que num futuro muito próximo os Srs. levantem o nível educacional dessas normalistas, como no Chile onde isto está sendo feito, igualmente na Colômbia começaram também a fazer isso e podemos dizer até que isso está se fazendo em toda parte, creio que o Brasil está pronto para isso, dos Estados brasileiros São Paulo é o que pode fazer isso mais rapidamente, isso, nos outros Estados, talvez leve algum tempo, para o nível colegial esperamos um diploma universitário completo de acordo com a formação universitária, em Santiago estão fazendo isso, mas para este nível estamos sugerindo duas espécies de cursos, um treinamento antes de entrar na parte do ensino o estudante, você pode pegar um ginásio, de sistema antigo e esperar que ele compreenda a filosofia do novo tipo de ginásio, simplesmente lendo este folheto. Temos para ele curso especial. Isto é o que estamos sugerindo. O que queremos dizer sobre professores qualificados é isto. Agora quando estivemos aqui, em junho do ano passado, fizemos um estudo com dados estatísticos de que dispúnhamos, e fizemos um cálculo rápido, e isto indica que 10 anos entre 1956 e 1966, se o Brasil quiser alcançar suas metas de 50% do nível de 11 a 14 anos de idade, em todo o país, os Srs. precisariam, / anualmente de novos professores qualificados, para o ginásio, de 15.000 deles, anualmente, entre agora e 1976, 15.000 professores qualificados de ginásio, dos quais cerca de 3.000 teriam que ser professores de artes indus



triais, economia industrial e obviamente não pode ser feito isto. De maneira que sabemos que ginásios, nos próximos dez anos, só terão uma preocupação de professores qualificados. Somos bastante realistas para aceitar esta realidade, mas propomos que seja criado, com o governo brasileiro 3 instituições para professores, que sejam modelo, de tipo experimental, tipo piloto, para outras instituições brasileiras e que serão necessárias, nos próximos 10 ou 15 anos. De maneira que as 3 instituições que estamos querendo criar, para Brasília, Distrito Federal, são simplesmente as primeiras / que devem ser muitas instituições, nos próximos três anos. Em outras palavras, Srs., não sugerimos que essas três instituições até 1976 proporcionem 15.000 professores, eles proporcionarão o máximo, creio eu, de 600 professores. Os Srs. podem ver o que é necessário, mas já estão fazendo isto, e isto é uma grande ajuda; creio em Pernambuco a Universidade Federal já está fazendo esses cursos, isto é ótimo. Mas é preciso mais cursos, posso mostrar aos Srs. De maneira que os três que estamos querendo ou desejando que construam são apenas o ginásio. No Distrito Federal, 2 em Brasília e um para outro lugar a matéria acadêmica será a expansão do programa de treinamento e expansão do ensino industrial, que já existe lá e outro será no campo agrícola, que existe no Km. 20 de Brasília. Mas pensamos em colocar mais uma grande instituição, mas não se pode fazer isso porque é antieconômico. Os primeiros devem ser construídos na capital do País.

Gostaria de dizer mais algo a respeito desses cursos. Eu disse aqui que é preciso dois anos de treinamento de professores. Há outro tipo de treinamento de um ano. Nesta sala são todos educadores profissionais?

VOZES - Sim.

EURIDES SIMÕES DUARTE (SUDENE) - Para o Nordeste já há um programa de treinamento, e com o 4º Plano Diretor da SUDENE, começará em 69 a política da SUDENE de três turnos básicos de reforma administrativa das escolas educacionais; melhoria do campo docente para nível médio e, nesse sentido, já temos funcionando há dois anos o Centro de Treinamento: 1º com reestruturação dos órgãos educacionais; 2º com melhoria do corpo docente, escolas de nível médio. Em 1969 começará o treinamento de professores de artes industriais e comerciais.

O SR. GERMANACOS - Esses cursos devem ser efetuados da seguinte maneira: o professor sabe o que ensinar? Se não sabe o que ensinar, convém que saiba. Deve saber matemática, deve saber agricultura, deve saber sua arte. E dar ênfase a esses cursos. Isto é a primeira coisa que devemos considerar, como básica, na filosofia e na vida da escola, no seu programa. Mais alguma pergunta?

EURIDES SIMÕES DUARTE (SUDENE) - A percentagem de matéria pedagógica, qual é o conteúdo?

O SR. GERMANACOS - 70% de pedagogia e 30% cadeiras que aprovam. Só 80%.



O SR. ROBERTO - A terceira possibilidade era aluno de um ano e 2 universitários e poderiam fazer 6 meses de treinamento, o menor tipo de treinamento. Gostaria de saber se é aceitável que o treinamento se fizesse por tempos parciais de 2 ou 3 meses.

O SR. GERMANACOS - Eles estão fazendo já esses cursos especiais em comunicações especiais. Gostaria de dar um exemplo, o Colégio Técnico Industrial graduado, de crianças, nele trabalhou como supervisor mais alto um professor. Ele decide ensinar. Certamente ensinando agora pedagogia, este precisará de pedagogia. Ele conhece seu assunto, ele seria um professor no nível local, eu diria que seria uma pessoa formada por universidade, numa oficina, não no lado da tecnologia, mas sim na oficina. Isto o que eu quero dizer quando falo em cursos especiais.

O SR. WILSON - Gostaria de perguntar a respeito do financiamento, se já estão considerados os recursos para despesa de capital e despesa de custeio, e se nessa despesa de custeio podem ser considerados os honorários de professores e administradores.

O SR. GERMANACOS - Este aspecto foi debatido ontem. O valor total do projeto, eu não sei, porque os Estados não apresentaram dados suficientes para se ter uma idéia do que custa. Agora quando se refere ao Banco, não faz nenhuma diferença custo de capital e custeio, vamos confiar e conferir isso na capacidade do governo federal e outros poderes envolvidos para executar este tipo de trabalho, cuidar disso e executar o projeto.

No que se refere a salário, isto é problema do governo e do Estado. Nós não incluiremos nada disso no projeto. Mas incluiremos nos projetos uma garantia de que o Governo dos Estados, progressivamente irão introduzir o professor qualificado, e nós vamos querer ver provas de que nós esperamos de sua qualidade. Isso é evidente. Lamento não estar com elementos ou provas do que será o professor ou a escola.

Em outras palavras, aplicaremos nossos critérios se os governos dos Estados não puderem fazer professores qualificados, caso isto não aconteça, nada feito, o projeto ruirá.

O SR. GILBERTO LOBATO - O projeto inclui o custo total dos empreendimentos?

O SR. GERMANACOS - Não estou percebendo o alcance total da pergunta, entretanto, não seria como em Brasília em que a Escola Agrícola dista 30 Km do centro da cidade, distante dos colégios, portanto, do próprio CETEB.

A SENHORA ITANA DE MORAIS - Especificamente a formação de um professor para atendimento para ginásio não seria feito de um centro de treinamento vinculado a Faculdade de Educação, a minha pergunta prende-se a esse aspecto, como vincular esse trabalho a uma faculdade de educação para nós já termos o levantamento desse tipo de professor para Brasília?



O SR. GERMANACOS - Seria justamente situarmos o centro de treinamento junto a Faculdade de Educação de Brasília, atualmente a Secretaria de Educação prepara professores para os níveis colegial e ginásial com um treinamento de duração de 4 a 8 semanas.

Este centro está sendo colocado em Brasília como um exemplo a ser seguido por todos os outros Estados, como o tipo de centro que deve ser criado em todo país, mas ele deveria ser um centro para treinamento agrícola, industrial e até mesmo para assuntos acadêmicos gerais, todos independentes, mas não dissemos se isso será parte da faculdade de educação ou não, caso não seja então deve ser utilizado com esta ligação à faculdade da universidade, não apenas de Brasília, mas de todos os Estados, atualmente ele não é visto como parte da Universidade de Brasília porque o que houve na escola de Educação de Brasília no ano passado mostra que ainda é cedo para aceitar-se esta responsabilidade total, se o Governo quiser fazer isso creio que não haverá impecilhos e nós ficaremos satisfeitos com a Faculdade de Educação de Brasília, vendo-a receber a força, o poder para ter este curso. Gostaria de esclarecer uma coisa, porque os Srs. aqui são do Ministério da Educação e Cultura, até aqui vimos a parte do projeto total, que está menos adiantada e que pode atrasar a parte do treinamento dos professores, e isto ainda não foi feito, portanto sugeriria que os Srs. começassem a pensar, o Ministério, nisso imediatamente, de outra forma todo o projeto pode ser prejudicado, sem esses centros de treinamento de professores o resto do projeto de desmornará.

O SR. WILSON RODRIGUES - O Sr. aceita a idéia de este centro de Brasília abrigar a treinar professores de todo o país, que desenvolveriam o programa em seus Estados e Municípios, e ao mesmo tempo a permanência desses professores em atividades escolares durante esse treinamento ?

O SR. GERMANACOS - Esse é o objetivo do centro até os outros Estados criarem centros de treinamento para seus próprios professores.

A SENHORA ITANA MORAES - Teria de ser de forma de professores para professores?

O SR. GERMANACOS - Não, seria de professores para ginásio.

A SENHORA ITANA MORAES - Nesta primeira etapa este centro, sendo um só, receberia os professores dos Estados em Brasília e eles seriam treinados para treinarem outros professores nos Estados?

O SR. GERMANACOS - Espero que esta primeira fase de treinamento de professores comece em 1969.

O SENHOR GILBERTO LOBATO - Nós temos na Diretoria do Ensino Agrícola um programa de criação de um centro de educação técnica, este centro formaria professores para o ensino técnico agrícola e também para mão-de-obra qualificada, vejo que há a idéia de integração entre os diversos centros...



O SR. GERMANACOS - Se essa idéia não existisse não haveria auxílio do Banco.

O SR. GILBERTO LOBATO - Ouvimos que senão houvesse integração industrial não haveria auxílio do Banco.

O SR. TELLES MOLINA - Creio que devemos esclarecer um pouco, a coisa está integrada no programa, justamente por isso é que é importante.

O SR. GILBERTO LOBATO - Pensei que fôsse a mesma base física.

A SENHORA ITANA MORAES - Porém o programa tem que estar integrado como disse o Sr. Germanacos, gostaria de saber qual o currículo do centro de treinamento para professores do ginásio, de colegial.

O SR. GERMANACOS - Considerando uma instituição de treinamento de professores agrícolas e assuntos acadêmicos, como professores de educação técnica-industrial, então começamos a ver como isso está errado, o grupo agrícola deve estar próximo, por isso que seria colocado / próximo à escola acadêmica porque ela é a escola onde os professores devem ficar, ela não pode ficar a 30 ou 40 km de distância, deve estar próxima ao ginásio para a prática de ensino, esta a razão pela qual existe o centro.

Se nenhum dos Srs. desejar formular mais alguma pergunta, encerrarei esta reunião. (pausa)

Senhoras e Senhores, muito obrigado, às 2,30 horas es taremos novamente reunidos para finalizar este Seminário.

LEVANTA-SE A SESSÃO ÀS 12,30 HORAS



SECRETARIA GERAL  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO MEC/BIRD

DIA: 17/12/68  
HORA: 15.00hs.

-x - x-

O SR. C. L. GERMANACOS - Meus senhores, vamos dar início aos trabalhos da presente sessão. Sou forçado a esclarecer ao plenário que ela será encerrada com brevidade, porque temos de apanhar o avião de regresso.

Conseqüentemente, suprimimos a exposição do sr. J. Torfs programada para esta tarde, abreviando assim os debates.

A respeito do tema "Cálculos e custos do financiamento" relativos aos projetos, temos a informar que o Banco Mundial examina com o Governo Brasileiro a implementação de projetos.

O primeiro ponto a considerar é o relativo à expansão / das escolas existentes. Adotamos na matéria o seguinte código: N = novo ; E = expansão; C = conversão; R = substituição.

Se se trata de expansão, de transformação, nesse caso seria C; a expansão, por exemplo, dos sistemas de ginásios e colégios, seria A; tratar-se-ia de expandir a capacidade dos ginásios existentes. Pode haver substituição por um novo sistema. Pode haver expansão e conversão, importando a substituição em expansão. Nesse caso, ao mesmo tempo pensa-se na expansão da capacidade. Suponhamos uma escola composta de três prédios. No momento, estão matriculados 400 alunos em cada turno. Quer-se expandir de modo a elevar a matrícula para 600 alunos por turno. Seria, então, necessária a criação de 200 novos lugares. Como proceder? Construir outro prédio, com esses 200 lugares. Seria a fórmula mais simples mas não a maneira mais econômica e mais educacional. Faz-se, então, um estudo do problema. Verifica-se a capacidade real da escola tendo-se em vista que não se trata propriamente de matrícula mas de capacidade - quantas crianças poderão ser atendidas nesse prédio. Se a capacidade fosse, por exemplo, para 320 alunos, teríamos de aumentá-la de 280 novos lugares. Deveríamos, então, projetar um prédio para 600 alunos? Nesse caso, procede-se a cálculos empregando normas e padrões adequados. Examina-se a situação atual. Há, por exemplo, 15 salas de aula, 1 laboratório, 1 oficina, 1 sala para assuntos de economia doméstica, etc. Se se fizer coisa nova, que seria necessário?

Deve-se notar, não somente a situação existente, mas também a finalidade - a sala de aula, a sala que serve de laboratório, etc. / Poder-se-ia desdobrar salas de aula, ou transformá-las numa única. Talvez



as salas sejam pequenas demais, ou haja sala demasiado grande - caso em que poderíamos aproveitá-la para a biblioteca. A maneira de trabalhar, portanto, é no sentido de que a escola se torne econômica, do tipo certo e adequadamente utilizada. Tivemos um caso na Colômbia e outro no Equador, de escola antiga; no primeiro andar, havia uma sala muito grande, com janelas de estilo antigo; era usada como sala de aula, quando talvez o ideal seria adequá-la a aula de arte - pintura, escultura, etc. É nesse ponto que entram o arquiteto e o engenheiro para determinar qual a melhor maneira de utilizar a sala de aula.

Alguma pergunta sobre o assunto? (Pausa).

Não havendo perguntas, passamos a outro ponto, a implantação da escola. Começamos pelo exame do terreno e a adequação à construção da escola ou a reconstrução de escola existente. Como proceder? Construir mais um pavimento, talvez seja julgado antieconômico pelo arquiteto. Construir nova escola no local? Ou então outra em outro local ou encarar a utilização de outra escola próxima.

Suponhamos que o Banco e o Governo já se entenderam no sentido da realização dos projetos. A questão é saber quem vai implementar e executar esses projetos.

Em um país de sistema unitário, a solução seria fácil; mas no Brasil há governo federal e estadual. É ponto a considerar.

Passando ao exame concreto da matéria, devemos examinar o Departamento de Arquitetura do Governo; quantos arquitetos, engenheiros, desenhistas existem e o trabalho que realizam no Departamento. Se o Departamento tem condições para isso, sugeriremos a formação de uma unidade de projetos, que administrará o empréstimo e fará a execução.

Se o Departamento não for bastante eficiente, sugeriremos que o levantamento do projeto seja feito diretamente sob a administração do Diretor Geral. Talvez seja criado um Ministério de Obras Públicas. A unidade de projetos seria então no âmbito federal, com unidades estaduais; os Estados deveriam então dispor de Fundações que se encarregassem desses projetos. Num Estado, como por exemplo o de Sergipe, uma unidade de projetos deve ser reduzida.

A unidade de projetos, como pensamos, será constituída de um Diretor de projetos, de um economista, de um educador, de um competente administrador e, finalmente, de um arquiteto. Se o Diretor for economista, basta pensar no educador e vice-versa; para completar o quadro, é necessário um contador.

São esses elementos que administram o projeto. Um arquiteto não poderá preparar desenhos para todas as escolas; isso será feito no Departamento de construções ou da Fundação ou, na falta de um ou outro, contratado com firmas particulares de arquitetos.



O trabalho do arquiteto é verificar o que fazem os arquitetos, os desenhistas, os construtores; êle funciona como administrador ou supervisor; não faz desenhos, mas confere desenhos.

O educador trata da parte educacional, verificando se obedece aos padrões estabelecidos. O arquiteto e o educador trabalham juntos, permanentemente; um não terá utilidade sem o outro.

Esse é o grupo que prepara os contratos.

Os contratos de equipamentos devem ser feitos de acordo com a lei. Em alguns países há comissões especiais ou Fundações com sistema próprio para exame de concorrências, observância de regulamentos, etc. Pronto o edifício, a unidade transfere aos Departamentos responsáveis, aos setores de educação; dêsse dia em diante, a unidade de projetos não tem mais responsabilidade, que passa à autoridade constituída para tal tipo de ensino.

Tais são os processos usuais. Há casos em que o sistema funciona de modo diferente. Na Colômbia há um chamado Instituto de Construções Escolares, unidade muito grande. O Diretor do Instituto é o diretor de projetos; os arquitetos, contadores, etc., do Instituto, são os arquitetos, contadores, etc., dos projetos. Foi necessário criar unidade / em separado porque os elementos devem executar trabalho específico para evitar confusão com outras modalidades de trabalho do Instituto.

É dessa forma que esperamos que os projetos sejam / executados. Desejamos conhecer as observações dos Estados a respeito da execução dos projetos, as qualidades do respectivo pessoal.

Há casos em que o país é muito pobre ou o Estado é excessivamente pobre. Então, é incluído no empréstimo custos operacionais, salários, etc., da unidade de projeto, principalmente no tocante ao pessoal, que deve ser qualificado e deve ser remunerado condignamente, sem o que não se obterá pessoal em condições para executar os projetos.

Alguma pergunta a respeito dêsse ponto?

O SR. REPRESENTANTE DO PARÁ - Em reunião anterior, perguntou-se a respeito da responsabilidade da UNESCO e do Governo Federal. Reconhecia-se que ela deve ser repartida entre ambos. Há entendimentos nesse sentido?

O SR. C. L. GERMANACOS - Esperamos que a pergunta fôsse formulada hoje, mas o Sr. Ministro da Educação viajou a Brasília onde é aguardado com urgência e, conseqüentemente, não pode discutir essas relações, mas faremos uma recomendação no sentido de que o assunto - de importância vital - seja abordado e complementado em relação aos Estados.

O Grupo de Trabalho do Governo Federal deve destacar especialistas que darão assistência aos Estados que não dispõem de pessoal. Nesse ponto, sinto não poder ser mais específico, não sendo nosso o problema.



- 4 -

O SR. REPRESENTANTE DE BRASÍLIA - O Grupo de Trabalho, acredito, representa o ensino industrial e agrícola. Haveria um grupo para cada modalidade?

O SR. C. L. GERMANACOS - A sugestão que apresentamos, baseada na experiência, consiste na formação de um Grupo Central, para evitar as duplicações nas tarefas. O Grupo, constituído de 4, 5 ou 6 pessoas, fará a coordenação dos trabalhos pelos respectivos Departamentos. Há casos em que mais de um Departamento executa tarefas semelhantes, de modo que às vezes percebe-se que parte da tarefa é excessiva, por estar sendo realizada por outra unidade.

Pergunta um assistente a respeito da reunião que deverá ser realizada no mês de março.

O SR. C. L. GERMANACOS - Mencionei o mês de março porque foi esse o aludido na reunião. O assunto será determinado de comum acordo entre o Governo Federal e os Estados e o Ministério da Educação não deverá adiar a reunião se um ou outro Estado esteja atrasado. Nesse caso, ele ficará para um próximo programa. Espero que seja anotado pelo MEC que o Governo Federal estava mais atrasado que todos e a demora resulte talvez do fato de ninguém até agora ter começado a pensar acerca de centros de treinamento de professores.

Mais alguma pergunta? (Pausa). Não havendo mais perguntas, encerro a exposição agradecendo a atenção de todos e espero que transmitam aos Secretários de Educação e aos seus amigos dos Estados os ensinamentos deste Seminário; estamos prontos a prestar qualquer esclarecimento, atender a quaisquer pedidos de informações.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. REPRESENTANTE DE MATO GROSSO - Desejo assinalar que foi muito oportuno ouvir os técnicos do Banco. Notamos o interesse notável do Banco no desenvolvimento da educação no Brasil. Minha esperança é que os programas atinjam à área de Mato Grosso e desejo finalmente ressaltar os excelentes ensinamentos que recebemos neste Seminário onde os técnicos aplicaram a verdadeira pedagogia - foram objetivos e claros nas exposições que fizeram. Nossos agradecimentos aos técnicos do Banco Mundial.

O SR. C. L. GERMANACOS - Agradecemos ao ilustre representante de Mato Grosso as referências ao nosso trabalho.

O SR. TEODOLINO CERQUEIRA - Peço aos senhores que não se retirem, aguardando alguns momentos para ouvirem comunicação importante que será transmitida ao plenário pelo Sr. Édson Franco.

(Pausa)

O SR. ÉDSON FRANCO - Meus amigos, estamos encerrando os dois dias de atividades quando, por deferência especial dos técni-



cos do Banco Mundial, foi possível realizar essas 16 horas de atividades.

A par do agradecimento pessoal, à presença de todos e à atenção dos técnicos do Banco, assinalo o esforço de todos que se deslocaram de seus Estados para comparecerem a este Seminário e peço excusas por não ter sido integralmente presente aos trabalhos, como seria de meu gosto, porque o Ministro convocou reunião extraordinária do Conselho Federal de Educação, à qual devia comparecer.

Esta reunião, de mais alta relevância, está tratando de algumas providências relacionadas à ultimação do ano letivo de 1968 e havia necessidade imprescindível da reunião para tal fim.

Acredito que ao encerrar nossas atividades, deva fazer algumas considerações fundamentais. Sabemos que o financiamento internacional, cada vez mais volta as vistas para o Brasil e, sobretudo, à área de ensino, especialmente parece ser este o primeiro investimento e ducação no Brasil que se pretende realizar.

Estou certo, por outro lado, que ainda estamos nas tarefas preliminares, no trabalho relacionado com os projetos definitivos ou não definidos de financiamento para educação.

Essas duas considerações nos levam a uma conclusão quase genérica; falta ao Brasil pessoal necessário à elaboração desses projetos, e, sobretudo, possibilidade de desvinculação total das pessoas, ex-clusivamente para fins de elaboração desses projetos de financiamento.

Sabemos quanto sacrifício deve ter implicado a venda de Diretores e Chefes de Serviço dos Estados e das Direções do Ministério. Parece que se impõe a tarefa inicial; os benefícios aqui recebidos / por essa orientação dada pela equipe técnica do Banco Mundial não deve ficar exclusivamente conosco mas, tanto quanto possível, seja transmitida pelos companheiros de trabalho, a fim de que as futuras reuniões que se fizerem para outros tipos de financiamento sejam obviadas dessa tarefa, / que parece ser preliminar.

Após a Lei de Diretrizes e Bases, de 1962, o Conselho Federal de Educação houve por bem realizar, como dispõe o art. 9 letra b da Lei, reuniões conjuntas de entrosamento e intercâmbio de autoridades educacionais dos Estados com o Conselho Federal de Educação e autoridades do Ministério. Paralelamente, foram feitas conferências nacionais de educação, seminários sobre ensino universitário e foruns universitário.

Verificou-se a imponentialidade do pessoal necessário a essas tarefas de financiamento. A cada passo notamos que se trata de uma característica persistente: o número de pessoas disponíveis para esse tipo de trabalho é realmente reduzido.

Estou certo de que essa foi a declaração e o testemu



nho do Sr. Ministro - de que constituída a Comissão Inter-Ministerial, que deu partida a êsses projetos de financiamento do Banco Mundial, orientada em sua decisão clara e precisa, o Grupo Executivo Brasileiro, que será o suporte do trabalho dessa Comissão Inter-Ministerial, o Sr. Ministro já está de posse dos nomes dos técnicos que deverão integrar esse Grupo Executivo e os trabalhos de infraestrutura da Secretaria Geral serão objeto dessas atribuladas, mas também viva atividade da nossa Divisão de Planejamento e Coordenação da Secretaria Geral, quando seria oportuno revelar / o nome dos professores que colaboraram nesta reunião que hoje se encerra.

Esse Grupo Executivo irá parlamentar com os Estados e executar as diretrizes traçadas. Deve ser uma preocupação de todos os presentes notarem que não tenham participado dêste Seminário os técnicos que seriam possivelmente os integrantes do Grupo Executivo. Poderemos responder que o Grupo Executivo decorre da Comissão Inter-Ministerial já designada e em funcionamento, da qual estão presentes a maioria / dos representantes. Caberá a essa Comissão disciplinar os trabalhos a serem executados pelo Grupo Executivo.

Parece, por outro lado, muito indispensável considerar que cada um dos Diretores do Ministério têm atividades específicas a realizar em função do financiamento, ao mesmo tempo em que se responsabilizam os Estados por outros pontos da tarefa.

Volto aos pontos iniciais, para ficarmos cônescios de nossa problemática.

Em primeiro lugar, caracterizam-se três tipos de projeto. O primeiro se refere aos projetos definidos relacionados com a Diretoria do Ensino Agrícola e Industrial. Praticamente tôdas as Escolas Técnicas devem ser readaptadas e seus representantes estão presentes. A Diretoria do Ensino Industrial já tem projeto para apresentação definitiva.

Em segundo lugar, os projetos relacionados com os Estados. Estão praticamente consignados nêles os Estados do Pará, Goiás, Sergipe, São Paulo, Distrito Federal que participa também independente / dos Centros de Educação Técnica dêsse tipo de financiamento. São 5 unidades da Federação a serem beneficiadas com êsse treinamento.

Algumas unidades, entre elas Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas contempladas com similar financiamento da USAID relacionado com ginásios novos; agora a USAID se propõe ampliar o programa para mais dois Estados; Pernambuco e Guanabara. Ao todo / considerado êsse financiamento com a cobertura de 11 Estados da Federação, das 23 unidades excluídos os Territórios. Isso significa praticamente 50% das unidades beneficiadas.

A tarefa mais importante é que a representação dos Estados que participa dêste Seminário levem aos governos como se espera que integrem, no decurso desta semana, material mimeografado correspondente a tudo aquilo que aqui foi dito, perguntado e respondido.

Nestas condições, cada Estado constituirá seu Grupo,



informando os nomes dos integrantes que manterão articulação com o Grupo Executivo Federal e a Comissão Inter-Ministerial já conhecida de todos pela distribuição do trabalho inicial.

Parece que se impõe a todas as unidades federativas / adotar sua política com relação a esses Grupos de Trabalho. Seria conveniente e indispensável que êle fôsse concebido mediante ato governamental o que implicaria em imediato engajamento do governo estadual ou do Distrito Federal: Não deve ser ato necessariamente do Secretário de Educação, mas possivelmente do Governo do Estado constituindo o Grupo de Trabalho.

Constituído o Grupo, caberá aos senhores responsabilizar-se pela remessa de documentos oficiais ao Ministério. Peço encarecidamente a todos que ao remeterem a relação do Grupo façam-no endereçado ao Ministério da Educação, mas efetivamente encaminhado à Secretaria Geral, para facilitar o recolhimento das informações.

Tanto a constituição como a comunicação não devem ultrapassar o dia 30 de dezembro, data máxima para serem recebidas aqui.

Independente disso, e parece que é a segunda tarefa de finida do Grupo, deve êste passar a executar tarefas que lhe forem cometidas sem esperar confirmação por parte do Ministério da aceitação ou não do Grupo. Não caberá ao Ministério aceitar ou não; cabe ao Estado definir quem será e as condições indicadas.

Esse Grupo deve executar as três tarefas a que nos reportamos na abertura dos trabalhos:

1 - levantar todos os dados necessários à boa elaboração dos projetos. Nessa ocasião caberá a profunda articulação com o Grupo Executivo Federal bem como independente dessa articulação, com o Grupo ou Missão do Banco Mundial que vier para esse tipo de tarefa até a terceira fase, da viabilidade técnica e econômica dos projetos.

2 - Cada Grupo deve, ao fazer as comunicações de sua instituição mencionar expressamente o local em que vai funcionar, para facilidade de correspondência que deve ser trocada. Se possível, inclusive prever o telefone, endereço telegráfico ou mesmo alguém que na Guanabara represente o Estado ou o Governador e possa ser o veículo da comunicação com a direção do Estado.

Feita a instalação, examinar e estabelecer os trabalhos que constituirão resultado dessa reunião; algumas delas serão unidades pioneiras e o material a elas remetido será o suporte das necessidades do Banco Mundial para os dados fundamentais à elaboração de projetos.

Tenham em conta, fundamentalmente, que toda tarefa / de planejamento é sobretudo racional e lógica e assim deve depender de premissas para obter efetivamente conclusões. Essas premissas são todos esses dados que alimentarão as conclusões de financiamento de cada Estado.

Parece que se impõe também que cada um pense que, ao



elaborar esse vasto manancial de dados relacionados com a situação do Estado para esse tipo de financiamento, ter em conta o Plano Estadual de Educação ou pelo menos ter em vista esse plano integrado da educação, sob pena de financiamento se repartir de tal modo que depois proporcione consequências negativas a esse financiamento.

3 - Em relação ao terceiro tipo de projetos relacionados com os Centros, tarefa que será mais urgente, difícil mas ao mesmo tempo importante porque desses Centros, em nosso entendimento na Secretaria Geral vai depender a viabilidade econômica e técnica dos projetos de ginásios. Entendemos, assim, que se esses Centros não forem os alimentadores das técnicas devidamente traçadas ao magistério nesses ginásios, certamente teremos fracassado nesse tipo de financiamento.

É importante, portanto, que o Ministério da Educação, especialmente a Diretoria do Ensino Industrial, que esteja alerta para esse fato, da urgente elaboração de projetos referentes aos Centros de Educação Técnica Agrícola de Brasília, bem como aos Centros que devem formar professores de práticas educativas para ginásios em todos os estabelecimentos de ensino oriundos desse financiamento.

Creio que minha memória não registra nenhuma nova anotação para ser tratada. Entretanto, há pouco menos de um mês realizamos reunião de Secretários de Educação e Presidentes ou representantes de Conselhos de Educação e todos ficaram incumbidos de comunicar ao Ministério a aceitação do financiamento e a possibilidade de execução dos projetos. Mas ainda não tivemos correspondência a respeito. De certo modo, há representantes dos Estados presentes, que terão em vista a data de 30 de dezembro marcada para as comunicações.

Quanto à Divisão de Obras, estamos a postos para oferecer assistência técnica aos Estados para elaboração dos projetos de ginásio se for o caso e agradeço nesse sentido a cooperação das equipes da SUDAM e da SUDENE.

Nosso maior empenho é que essa articulação com os organismos regionais se faça da maneira mais adequada e precisa. Na ausência do Estado de Goiás que estava incluído, poderá beneficiar-se o Estado de Mato Grosso, cujo representante dr. Wilson Rodrigues, espírito idealista, notável pela avidez crescente com que se dedica ao desenvolvimento do ensino em seu Estado, se isso ocorrer agradeceríamos a presença de S. Exas. participando deste Seminário; caso contrário, não será pelo nosso gosto, mas pela acolhida do Estado de Mato Grosso quanto à formulação de seus projetos.

Termino agradecendo aos participantes do Banco Mundial. Antes da partida da Missão, haverá uma reunião final e antes do fim do ano, pelo que estamos informados, algumas recomendações emanarão de Washington para orientação da Comissão Inter-Ministerial e conseqüentemente de todos os trabalhos decorrentes de projetos para financiamento. Se isso ocorrer, na medida em que possam ser encaminhados imediatamente tais recomendações aos Estados, no que couber, para conhecimento de todos.